

**UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS -  
MESTRADO E DOUTORADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM LEITURA:  
ESTUDOS LINGUÍSTICOS, LITERÁRIOS E MIDIÁTICOS  
LINHA DE PESQUISA: ESTUDOS LITERÁRIOS E MIDIÁTICOS**

Rosiana Kist

**A EXPERIÊNCIA DA ESCRITA E DA MATERNIDADE EM DUAS OBRAS  
DE AUTORIA FEMININA: UM ESTUDO COMPARATIVO DE  
*AS ALEGRIAS DA MATERNIDADE E AS PARCEIRAS***

Santa Cruz do Sul

2020

Rosiana Kist

**A EXPERIÊNCIA DA ESCRITA E DA MATERNIDADE EM DUAS OBRAS  
DE AUTORIA FEMININA: UM ESTUDO COMPARATIVO DE  
*AS ALEGRIAS DA MATERNIDADE E AS PARCEIRAS***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado e Doutorado (PPGL). Área de Concentração em Leitura: estudos linguísticos, literários e midiáticos, e Linha de Pesquisa em Estudos literários e midiáticos da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Dr. Rafael Eisinger Guimarães.

Santa Cruz do Sul  
2020

### CIP - Catalogação na Publicação

Kist, Rosiana

A experiência da escrita e da maternidade em duas obras de autoria feminina: um estudo comparativo de *As alegrias da maternidade* e *As parceiras* / Rosiana Kist. – 2020.

109 f. : il. ; 2 cm.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2020.

Orientação: Prof. Dr. Rafael Einsinger Guimarães.

1. Crítica Feminista. 2. Literatura de autoria feminina. 3. Maternidade. 4. Buchi Emecheta. 5. Lya Luft. I. Guimarães, Rafael Einsinger. II. Título.

Rosiana Kist

**A EXPERIÊNCIA DA ESCRITA E DA MATERNIDADE EM DUAS OBRAS  
DE AUTORIA FEMININA: UM ESTUDO COMPARATIVO DE  
*AS ALEGRIAS DA MATERNIDADE E AS PARCEIRAS***

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado e Doutorado (PPGL), área de concentração em Leitura: estudos linguísticos, literários e midiáticos, e Linha de Pesquisa em Estudos literários e midiáticos da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

*Prof. Dr. Rafael Eisinger Guimarães*  
Professor orientador – UNISC

*Profª Drª. Rosane Maria Cardoso*  
Professora examinadora - UNISC

*Profª Drª. Cecil Jeanine Albert Zinani*  
Professora examinadora - UCS

Santa Cruz do Sul  
2020

## **AGRADECIMENTOS**

Esta escrita, em parte desenvolvida durante o puerpério e em meio aos cuidados do meu bebê recém-nascido, merece muitos agradecimentos!

Estão nas entrelinhas deste trabalho meu amado marido Jessé, Companheiro e Amigo; meus queridos pais e irmãos; toda a equipe do Programa de Pós-Graduação em Letras da Unisc - secretárias, professores e todos os colegas e amigos que o Mestrado me proporcionou.

À CAPES, obrigada pela concessão da bolsa PROSUC que propiciou este estudo.

Professor Rafael E. Guimarães, obrigada por tuas leituras, contribuições e imensas compreensão e carinho!

Por fim, dedico esta pesquisa a minha mãe e tantas outras mães que, oprimidas racionalmente, não tiveram o poder de escolha ou não pela maternidade.

*E ao meu amado filho Davi e seu irmãozinho gêmeo, agora um anjo, Rafael.*

## RESUMO

O presente estudo está centrado na discussão e análise das formas pelas quais os romances *As alegrias da maternidade* (1979), da nigeriana Buchi Emecheta, e *As parceiras* (1980), da brasileira Lya Luft, reconfiguram as noções tradicionais de maternidade, tecendo aproximações entre as narrativas e as tendências críticas contemporâneas do pensamento feminista. A pesquisa identifica as marcas de gênero e suas especificidades na escrita de autoria feminina, para, em seguida, problematizar a concepção de maternidade como característica intrínseca à natureza feminina. As contribuições teóricas advêm de pensadoras como Simone de Beauvoir (2016), Judith Butler (2003), Hélène Cixous (1976), Luce Irigaray (2017), Heloisa Buarque de Hollanda (2018), Rita Terezinha Schmidt (2012, 2017) e Elisabeth Badinter (1985), assim como das intelectuais do feminismo negro Gayatri Spivak (1994, 2010), Angela Davis (2016), bell hooks (2018) e Djamila Ribeiro (2017, 2018). Ao analisar a constituição das personagens Nnu Ego e Anelise, protagonistas dos romances de Buchi Emecheta e Lya Luft, respectivamente, procuramos identificar como a noção de maternidade é reconfigurada por elas nas narrativas, para, finalmente, investigar de que maneira as particularidades culturais e de escrita contribuem para a problematização da ideia que as mulheres estabelecem para a maternidade dentro das obras estudadas. A utilização do estudo comparado como procedimento de pesquisa justifica-se pela escolha do *corpus*: uma obra de uma escritora nigeriana e uma obra de uma escritora brasileira, reconhecidas pelo cânone tradicional e contemporâneas da década de 80. Ao estudarmos duas obras que abordam a mesma temática, porém em contextos distintos - Nigéria e Brasil -, o problema de pesquisa específico com o qual nos deparamos expõe a fragilidade desse estereótipo. Identificamos que a ideia universal de maternidade vai ser reconfigurada e particularizada em cada uma das culturas e na materialização da escrita (na forma), além de ser marcada pela condição do gênero, pois enquanto a personagem nigeriana valoriza a maternidade como única opção possível, a personagem brasileira questiona sua impossibilidade de conceber filhos, o que suscita nela angústia e conflito.

**Palavras-chave:** Crítica Feminista. Literatura de autoria feminina. Maternidade. Buchi Emecheta. Lya Luft.

## ABSTRACT

The present study is centered on the discussion and analysis of the ways in which the novels *As alegrias da maternidade* (1979), by the nigerian Buchi Emecheta, and *As parceiras* (1980), by the brazilian Lya Luft, reconfigure the traditional notions of motherhood, weaving approximations between contemporary narratives and critical trends in feminist thought. The research identifies the marks of gender and their specificities in the writing of female authorship, to then problematize the concept of motherhood as an intrinsic characteristic of female nature. Theoretical contributions come from thinkers like Simone de Beauvoir (2016), Judith Butler (2003), Hélène Cixous (1976), Luce Irigaray (2017), Heloisa Buarque de Hollanda (2018), Rita Terezinha Schmidt (2012, 2017) and Elisabeth Badinter (1985), as well as intellectuals of black feminism Gayatri Spivak (1994, 2010), Angela Davis (2016), bell hooks (2018) and Djamila Ribeiro (2017, 2018). When analyzing the constitution of the characters Nnu Ego and Anelise, protagonists of the novels by Buchi Emecheta and Lya Luft, respectively, we seek to identify how the notion of motherhood is reconfigured by them in the narratives, to finally investigate how cultural and writing contribute to the problematization of the idea that women establish for motherhood within the works studied. The use of the comparative study as a research procedure is justified by the choice of the corpus: a work by a nigerian writer and a work by a brazilian writer, recognized by the traditional and contemporary canon of the 80's. When studying two works that address the same thematic, but in different contexts - Nigeria and Brazil -, the specific research problem that we face exposes the fragility of this stereotype. We identified that the universal idea of motherhood will be reconfigured and particularized in each of the cultures and in the materialization of writing (in form), in addition to being marked by the condition of gender, because while the nigerian character values motherhood as the only possible option, brazilian character questions her inability to conceive children, which raises anguish and conflict in her.

**Keywords:** Feminist criticism. Literature female authorship. Motherhood. Buchi Emecheta. Lya Luft.

*De mãe*

*O cuidado de minha poesia  
Aprendi foi de mãe  
mulher de pôr reparo nas coisas  
e de assuntar a vida.*

*A brandura de minha fala  
na violência de meus ditos  
ganhei de mãe  
mulher prenhe de dizeres  
fecundados na boca do mundo.*

*Foi de mãe todo o meu tesouro  
veio dela todo o meu ganho  
mulher sapiência, yabá,  
do fogo tirava água  
do pranto criava consolo.*

*Foi de mãe esse meio riso  
dado para esconder  
alegria inteira  
e essa fé desconfiada,  
pois, quando se anda descalço  
cada dedo olha a estrada.*

*Foi mãe que me descegou  
para os cantos milagreiros da vida  
apontando-me o fogo disfarçado  
em cinzas e a agulha do  
tempo movendo no palheiro.*

*Foi mãe que me fez sentir  
as flores amassadas  
debaixo das pedras  
os corpos vazios  
rente às calçadas  
e me ensinou,  
insisto, foi ela  
a fazer da palavra  
artifício  
arte e ofício  
do meu canto  
de minha fala*

Conceição Evaristo

## SUMÁRIO

<b>1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>8</b>
<b>2 FEMINISMO, FEMINISMOS: INTERSECCIONALIDADE ENTRE A FALA E A ESCUTA .....</b>	<b>15</b>
2.1 Feminismo decolonial: novas perspectivas para as mesmas opressões .....	24
<b>3 EXPERIÊNCIAS DISTINTAS DE SER MULHER: PROBLEMATIZANDO LEITURAS ACERCA DA MATERNIDADE .....</b>	<b>27</b>
3.1 O imaginário acerca da maternidade: intersecções .....	28
3.2 A ficção contemporânea reconfigurando a maternidade .....	50
<b>4 UM CORPO QUE ESCREVE: LINGUAGEM E PODER NA LITERATURA DE AUTORIA FEMININA .....</b>	<b>56</b>
4.1 A inscrição da diferença do corpo por meio da linguagem .....	59
<b>5 TORNAR-SE MULHER, TORNAR-SE MÃE? TECENDO APROXIMAÇÕES ENTRE OS ROMANCES <i>AS ALEGRIAS DA MATERNIDADE</i> E <i>AS PARCEIRAS</i> .....</b>	<b>72</b>
5.1 A frustração do “desejo” de ser mãe em <i>As alegrias da maternidade</i> .....	75
5.2 O anulamento do ser na maternidade de Anelise em <i>As parceiras</i> .....	82
5.3 Vicissitudes da maternidade em <i>As alegrias da maternidade</i> e em <i>As Parceiras</i> .....	88
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>98</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>101</b>

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao olharmos acuradamente para a história da cultura ocidental, percebemos que a maternidade foi fonte dos mais diversos sentimentos desde as primeiras sociedades, tendo recebido diferentes significados ao longo do tempo. Apesar dessa importância, o tema foi pouco problematizado pela estética literária tradicional - menos ainda pela perspectiva da mãe -, que a representa de maneira convencional, estereotipada, segundo a visão masculina, como aquela que cuida e educa os seus filhos, é boa esposa e dona de casa. No entanto, quando transgredir esses padrões e não atende a essas características esperadas, ela é penalizada de alguma maneira: por meio da morte ou do suicídio. A figura feminina é, então, definida de modo ambíguo: concomitantemente exaltada na maternidade, por cumprir o mistério de criar novos seres humanos, e inferiorizada, ao ser delimitada pela função materna. Considerando que as grandes mães da literatura foram, predominantemente, representações de escritores homens, é fácil perceber em personagens femininas como Emma Bovary, de Flaubert, ou Anna Karenina, de Tolstói, a corporificação desse papel fixo dos cuidados com o lar, da maternidade como realização da mulher e suas conseqüentes disponibilidade afetiva e integral do tempo para o marido e os filhos e a responsabilidade total da criação destes, além da romântica ideia do amor incondicional. Elas integram uma visão masculina a respeito da maternidade, já que, raramente encontram-se representações que enfatizam os pensamentos e as reflexões da mãe sobre suas experiências, sobre sua condição e suas aspirações e decepções, como as que buscamos nesta pesquisa.

Na busca por respostas, encontramos muito mais dúvidas e lacunas. Talvez por isso o tema tem recebido, entre as escritoras contemporâneas de todas as raças e classes, um lugar de destaque. Experiência presente nos enredos das produções de autoria feminina nas mais diversas culturas, a maternidade é vista dicotomicamente tanto de forma positiva quanto restritiva, essa última direcionada pela visão ocidental. Reflexo de uma imposição cultural muito antes de uma escolha, a maternidade desumaniza a mulher. Santificada, ela passa a ser

percebida pela sociedade não mais como um sujeito, mas como uma função: ser mãe.

Temos, a partir deste estudo, a oportunidade de discutir aspectos inerentes ao que se costuma pensar ser a principal função da mulher na sociedade. Sob a perspectiva de personagens mulheres criadas por autoras também mulheres, abordamos a originalidade de cada obra, *As alegrias da maternidade*, de Buchi Emecheta, e *As parceiras*, de Lya Luft, ao focalizar um tema comum a ambas, mostrando, na materialidade do texto, o modo como cada romance se configura no tratamento dado à construção do feminino. Assim, buscamos entender de que forma as particularidades culturais e de escrita das autoras contribuem para a problematização da questão da maternidade e a redimensiona dentro das obras.

Baseado em pesquisa qualitativa, este estudo está apresentado da seguinte forma: inicialmente será estruturada a base teórica acerca da autoria feminina e da maternidade dentro da crítica feminista. A segunda parte da pesquisa que consideramos fundamental para enaltecer seu caráter de originalidade e relevância é o olhar aguçado para as duas obras integrantes do *corpus* a partir das reflexões teóricas apresentadas anteriormente, bem como para as suas personagens protagonistas. A leitura de *As alegrias da maternidade*, da nigeriana Buchi Emecheta, e de *As parceiras*, da brasileira Lya Luft, busca uma análise interpretativa de amplitude, uma vez que procuramos as possíveis semelhanças e diferenças entre obras que estão distantes por diferentes razões, como espaço e língua, por exemplo. A escolha desses romances de continentes tão distantes um do outro justifica-se, em primeiro lugar, porque são obras de autoria feminina contemporâneas entre si e pertencem a autoras cujas abordagens transparecem seus posicionamentos de crítica e de questionamento ao tema proposto. Em segundo lugar, também representam a oportunidade de observar as diferenças culturais no que tange à experiência da maternidade, pois, nos enredos de ambas narrativas, a relação das personagens com essa vivência tão específica da mulher acontece de maneira particular e relevante. Buscando pôr em confronto duas ou mais visões sobre um possível tópico, os estudos comparativos possibilitam um alargamento teórico e crítico do tema proposto, pois é na investigação da pluralidade que poderemos oferecer uma leitura mais cuidada sobre os

questionamentos que dizem respeito às abordagens de gênero que se materializam no *corpus* proposto.

A biografia de Florence Onyebuchi “Buchi” Emecheta se reflete na da protagonista de *As alegrias da maternidade* (1979), que passa por uma vida de provações e sacrifícios associados à maternidade e à sociedade patriarcal e colonial que a cercava. A obra, seu quinto romance, conta em terceira pessoa a história de Nnu Ego, jovem nigeriana filha de um líder africano que cresceu guiada por valores importantes para sua comunidade até a chegada da influência cultural colonial que fez a protagonista conviver com noções de maternidade e casamento impostas pela sociedade patriarcal. O romance acompanha a difícil jornada de Nnu e constrói críticas a respeito das expectativas que reduzem a mulher às obrigações do matrimônio e da maternidade.

Já Lya Luft, escritora gaúcha de descendência alemã, tem na maternidade e nas questões do feminino temas recorrentes em suas obras. *Parceiras*, seu primeiro romance, foi publicado em 1980 e narra em primeira pessoa a história de uma família marcada pela loucura, pelos casamentos mal sucedidos e pelas difíceis experiências com a maternidade. A narradora, Anelise, busca em seu passado, por meio de suas recordações, os motivos para sua infelicidade, encontrando suas recordações personificadas nas mulheres de sua “família de perdedoras”: a avó Catarina, a tia Beata, a tia Dora, a tia anã Sibila, a mãe Norma, a amiga Adélia, a irmã Vânia.

Pesquisas sobre as relações entre mulher e literatura referem que os cânones tradicionais não se preocuparam em reconhecê-la como sujeito do processo histórico-cultural e seu papel enquanto instância discursivo-textual, o que acarretou um apagamento dessa produção literária, passando pelos livros didáticos da educação básica até os estudos de pós-graduação. Nesse sentido, torna-se fundamental implementar trabalhos que proponham estudos críticos sobre a literatura escrita por mulheres, visto que, além de contribuírem para ampliar o conhecimento nessa área, firmam uma vertente literária que ainda apresenta lacunas nas investigações acadêmicas.

Mulheres escrevendo fazem quebrar o “silêncio ensurdecido” da experiência e da voz das mulheres na cultura e na história ocidentais” (DALLERY,

1997, p. 63), e passam a ser não mais objetos dos textos masculinos, mas sim sujeitos da própria escrita por meio da autoria. Daí a importância de movimentos como o *Leia Mulheres*, projeto que incentiva, por meio de clubes de leitura que debatem e divulgam obras de autoria feminina, a quebra de paradigmas ao considerarem outras perspectivas de representação das mulheres, muito mais fluidas e dinâmicas.

A pesquisadora Regina Dalcastagnè, da Universidade de Brasília (UnB), vem mapeando, desde a década de 1990, todos os lançamentos das três maiores editoras brasileiras. O estudo chegou à conclusão que, entre 1990 e 2004, as autoras mulheres não chegaram a 30% dos escritores, ao mesmo tempo em que menos de 40% das personagens das obras publicadas eram do sexo feminino. A pesquisa verificou ainda que, “além do fato de serem minoritárias nos romances, as mulheres também têm menos acesso à voz, isto é, à posição de narradoras, e estão menos presentes como protagonistas das histórias” (DALCASTAGNÉ, 2007, p. 128). A autora também reforça, em outro artigo, a falta de representatividade feminina em todos os principais prêmios literários brasileiros (Portugal Telecom, Jabuti, Machado de Assis, São Paulo de Literatura, Passo Fundo Zaffari & Bourbon). Segundo ela, entre os anos de 2006 e 2011, “foram premiados 29 autores homens e apenas uma mulher (na categoria estreante, do Prêmio São Paulo de Literatura)” (DALCASTAGNÉ, 2012, p. 14). Mais espantosa ainda é a invisibilidade de autores e autoras negras retratada pelo mesmo estudo: silenciados, os grupos marginalizados acabam sendo representados por outras vozes que se sobrepõem a eles. Nesse sentido, a questão da representatividade se desdobra no conceito de lugar de fala<sup>1</sup>, reflexão importante para esta pesquisa. O maior exemplo desse apagamento é o recente reconhecimento de Maria Firmina dos Reis como a primeira mulher negra a publicar um romance, o *Úrsula* (1859).<sup>2</sup> Esquecida por

---

<sup>1</sup> Ao excluir indivíduos dos grupos minoritários, a linguagem dominante é utilizada como forma de manutenção de poder. Assim, o conceito de lugar de fala está relacionado ao discurso a partir do contexto social desses indivíduos à margem e representa a busca pela legitimidade da fala direta, sem mediação (RIBEIRO, 2017).

<sup>2</sup> Maria Firmina dos Reis foi uma das primeiras mulheres a publicar no Brasil, quase nos mesmos anos em que a gaúcha Ana Eurídice Eufrosina de Barandas e a potiguar Nísia Floresta publicaram suas obras. No entanto, Maria Firmina é considerada a primeira autora negra do Brasil e a primeira a publicar um romance com temática abolicionista, em 1859 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018; MUZART, 2000).

décadas, seus textos, que abordam temáticas abolicionistas pela perspectiva dos escravos, foram recuperados de um sebo em 1962 pelo paraibano Horácio de Almeida, o que levou a revisão da historiografia literária brasileira e um ainda vagaroso reconhecimento de sua fortuna crítica.

A seleção de obras que podem ou não ser publicadas e traduzidas para outras línguas passa pelo crivo do mercado editorial, dominado pela produção literária masculina e eurocêntrica. A literatura, instrumento de luta pela liberdade e pela transformação social, simboliza também a construção e a representação da identidade dos povos africanos e nisso está a importância de lê-las. Nesse sentido, é tão grandioso o discurso da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2009), que se autodeclara feminista, realizado para uma conferência do TED (*Technology, Entertainment and Design*) em 2009, em que ela fala sobre os perigos de uma única história<sup>3</sup>, em referência à construção de estereótipos sobre povos e lugares para nós desconhecidos. Os sentidos da fala da escritora abrem a perspectiva para a compreensão da diferença e da diversidade de culturas, bem como da noção de alteridade<sup>4</sup> que a literatura pode nos proporcionar: é na representatividade que percebemos a identidade do outro. Por isso, conhecer a literatura africana é, primeiramente, conhecer a cultura e a história de um continente que é indissociável da história do Brasil, o País que concentra a maior população negra fora da África, mas, também, faz parte de entender de onde viemos e para onde queremos ir.

Nigéria, um país dominado pela colonização britânica desde o final do século XIX, ganhou destaque nos últimos anos com a popularidade internacional de Chimamanda. Os escritores nigerianos mais reconhecidos no mundo, no entanto, podem ser contados em uma mão. Conforme dissertação de mestrado de Alyxandra Gomes Nunes (2005), Chinua Achebe é considerado o autor que deu início à

---

<sup>3</sup> A conferência pode ser visualizada em:

[https://www.ted.com/talks/chimamanda\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story?language=pt-br](https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br)

<sup>4</sup> Segundo Ashcroft, Griffiths e Tiffin (2007), o termo tem sido frequentemente usado na teoria pós-colonial de forma intercambiável entre alteridade e diferença. No entanto, a distinção inicialmente realizada entre o estado de ser outro e alteridade - o primeiro como um problema filosófico e o segundo como uma característica de uma localização material e discursiva - é peculiarmente aplicável ao discurso pós-colonial. A identidade do sujeito colonizador é indissociável da alteridade dos outros colonizados, uma alteridade determinada, segundo Gayatri Spivak (2010), por um processo de diferença. A possibilidade de diálogo potencial entre os outros grupos raciais e culturais também permaneceu um aspecto importante uso da palavra, que distingue-o dos seus sinônimos.

tradição literária na Nigéria com a publicação do seu primeiro romance, *Things Fall Apart*, em 1958. Outro escritor nigeriano que se dedicou aos estudos da dramaturgia, Wole Soyinka, recebeu o Prêmio Nobel de Literatura de 1958. Quanto à produção em prosa narrativa em inglês, foi Flora Nwapa a primeira mulher nigeriana a publicar um romance (FADARE, 2018). Seus textos, entre eles *Efuru* (1966) e *Idu* (1970), abordam a situação feminina nas sociedades africanas. Em suas narrativas, e nas de outras escritoras dessa nacionalidade, é recorrente a preocupação com os temas relacionados à maternidade, como a procriação, a infertilidade e a criação dos filhos uma grande inspiração para a autora do romance estudado nesta pesquisa.

Buchi Emecheta, escritora nigeriana na diáspora africana e desconhecida para a maior parte dos brasileiros, apenas passou a ter suas obras lidas no Brasil quando, em outubro de 2017, o clube de assinatura de livros Tag Experiências Literárias, por meio de uma parceria com a Editora Dublinense, traduziu e publicou a primeira obra da escritora no Brasil. Ainda que produzido em uma cultura não-ocidental pouco conhecida mundialmente, *As alegrias da maternidade* foi um dos livros mais admirados pelos exclusivos leitores associados ao clube, ainda mais levando-se em consideração que a curadora daquela edição fora Chimamanda, que indicou a obra pela sua “vivaz inteligência e por um certo tipo de compreensão honesta, viva e íntima da classe trabalhadora na Nigéria colonial” (Revista TAG, 2017, p. 7). Depois, no início de 2019, a mesma editora publicou a tradução em português da segunda obra de Emecheta, *Cidadã de segunda classe*, de 1974, romance com fortes traços autobiográficos, seguidamente da sua primeira obra, *No fundo do poço*, de 1972, em que a mesma protagonista precisa sustentar, sozinha, seus cinco filhos no subúrbio de Londres.

Estudar esse tipo de produção se justifica, em princípio, pelo fato de que mais de três quartos da população mundial teve suas vidas moldadas pela experiência do colonialismo. Por constituir uma voz canonizada no cenário literário nigeriano, o estudo da obra dessa autora, como o aqui pretendido, pode lançar luz sobre a literatura produzida pelas mulheres na África e contribuir para um maior entendimento dessa produção no Brasil. A literatura africana e as literaturas nacionais dos diferentes países do continente enfrenta as mesmas barreiras de

qualquer nacionalidade: apesar do reconhecimento alcançado por várias mulheres escritoras da África, o cânone continua a ser constituído fortemente por homens. Por isso que o lugar da ficção, quer na contestação, quer na perpetuação de um novo imaginário e de narrativas alternativas de resistência, oferece espaço com os quais as mulheres possam se identificar.

Da mesma forma, as obras de Lya Luft têm como pano de fundo os costumes da colonização alemã no Brasil, especificamente da região Sul, já que é, ela mesma, descendente desses imigrantes. Refletido num universo feminino fragmentado estão as características mais marcantes dessa cultura, que faz de suas personagens, mulheres brancas e de classe média brasileira das décadas de 1980 e 1990, indivíduos constantemente em busca de suas origens, da ressignificação de suas vidas e do enfrentamento dos valores sociais. Assim, Luft, de maneira semelhante a Emecheta, traz à superfície problemáticas culturais do seu tempo.

A fim de problematizarmos o tema e contextualizarmos as leituras das duas narrativas, serão apresentadas, inicialmente, as interfaces entre feminismo interseccional, maternidade, gênero e representação com a intenção de priorizar as críticas mulheres. Entendemos as discussões acerca do feminismo como uma pauta interseccional, o que nos motiva visibilizar nesta pesquisa, de modo especial, o conhecimento advindo das críticas negras, pois não corroboramos com a ideia de universalização da categoria mulher. Ainda que o feminismo negro não tenha surgido no século XXI, é um dos movimentos que mais se articula contemporaneamente e cujas demandas sociais e políticas vêm ganhando reconhecimento. Ao ouvi-las, procuramos também marcar e nomear as diferenças e identificar o pluralismo das experiências femininas a partir da linguagem, já que seus lugares de fala são historicamente silenciados.

Como fechamento da reflexão teórica abordamos questões referentes à autoria feminina que, postas sob o panorama mais amplo das discussões feitas pela crítica feminista, nos levam para a análise comparativa das duas obras.

## **2 FEMINISMO, FEMINISMOS: INTERSECCIONALIDADE ENTRE A FALA E A ESCUTA**

Em vista da confluência de temas trazidos nesta revisão conceitual, tomaremos como ponto de partida as reflexões teóricas que contemplam questões inerentes ao feminismo interseccional. Essa primeira parte pretende refletir sobre a descolonização do conhecimento, que nos leva a pensar, imediatamente, sobre o conceito de lugar de fala, bem como faz transparecer os questionamentos das teóricas do feminismo negro a respeito da universalização da categoria mulher pelas reflexões teóricas de Angela Davis (2016), bell hooks (2018), Djamila Ribeiro (2017, 2018), entre outras. Um breve diálogo entre a noção de colonização do poder e do gênero, a partir de Aníbal Quijano (2005) e Maria Lugones (2019), nos levam a uma breve leitura crítica sobre a continuidade das relações coloniais de dominação e opressão que evidenciam a dupla colonização das mulheres.

Temos consciência, nesta pesquisa, de que, apesar de falarmos sobre a pauta do feminismo negro, partimos de lugares diferentes. Sabemos que podemos, inclusive, repetir opressões, ainda que sem perceber. Precisamos trocar e aprender com a produção intelectual de mulheres – sobretudo mulheres que sofrem diversos tipos de opressão.

Posteriormente, procura discutir acerca da maternidade na ficção literária contemporânea. Ao mesmo tempo buscamos respostas para perguntas como: o que se conta sobre as mães na literatura? E quem fala sobre? Quais as problematizações advindas dos textos, ficcionais ou não, produzidos pelas mulheres de todo o mundo? também tentamos encontrar respostas. Para tal tarefa, selecionamos alguns textos que trazem à superfície a pluralidade de experiências e que buscam comprovar a impossibilidade de universalização e de homogeneização de uma vivência tão particular e intimamente conectada à identidade cultural.

Se falar a partir das mulheres é uma premissa importante para esta pesquisa, é tanto mais relevante falar sobre feminismo negro a partir daquelas que sofreram duplamente os efeitos do pensamento colonizador, o do sexismo e o do racismo. A constante deslegitimação da produção intelectual da mulher no decorrer da história torna-se ainda mais perceptível quando falamos de raça e classe, sendo

a imagem que abre esta seção uma forma de ilustrar essa problemática. Nela, a pintora cubana Harmonia Rosales, que cria versões de obras históricas colocando mulheres negras como protagonistas, revela a universalização do pensamento branco patriarcal ao ilustrar a problemática da deslegitimação do pensamento das intelectuais e autoras negras.



Imagem 1: *The creation of God*, de Harmonia Rosales  
Fonte: [www.harmoniarosales.com](http://www.harmoniarosales.com)

Apesar de várias feministas negras já se utilizarem de uma análise interseccional, o termo só foi cunhado em 1989 pela americana Kimberlé Crenshaw, em sua tese de doutorado<sup>5</sup>. Segundo sua definição, o conceito de interseccionalidade

[...] é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Pensar a interseccionalidade é perceber que não pode haver hierarquização da opressão, da dominação e da discriminação, já que elas são

<sup>5</sup> Cidinha da Silva (2019), no entanto, afirma que foi a brasileira Lélia Gonzalez que, "articulando questões ligadas à opressão de gênero, raça e classe, alertava sobre a interseccionalidade (sem usar a expressão) das violências sofridas por nós" (SILVA, 2019, Locais do Kindle 3868-3869) já no final da década de 70, ou seja, vinte anos antes de Crenshaw.

estruturantes e é preciso romper com a estrutura. É perceber que raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas isoladamente, mas de modo indissociável, pois, como afirma Djamila Ribeiro (2018), o feminismo negro é mais um projeto democrático do que uma luta meramente identitária. Nesse sentido, o termo remete à justaposição, à sobreposição e à interação de posições sociais como configurações complexas que englobam, além de raça, classe e gênero, questões como nação, deficiência, idade, religião, etnia, entre outros.

Angela Davis é uma filósofa e ativista americana que, mesmo antes de o conceito de interseccionalidade ser cunhado, considerava as opressões estruturais como indissociáveis. Em *Mulheres, Raça e Classe*, de 1981, publicado no Brasil em 2016 com prefácio da brasileira Djamila Ribeiro, Davis enfatiza a importância de utilizar outros parâmetros para a feminilidade e denuncia o racismo existente no movimento feminista, além de fazer uma análise anti-capitalista, antirracista e anti-sexista.

Por meio de um forte e contundente relato da escravidão nos Estados Unidos, especialmente das violências sofridas pelas mulheres mães nas plantações de algodão, milho, tabaco e cana-de-açúcar, Davis (2016) expõe o duplo sofrimento a que eram acometidas: por serem negras, portanto vistas como unidade de trabalho lucrativas, e por serem mulheres, capazes de gerar mão-de-obra para os agentes de dominação, os senhores e feitores. A autora enfatiza, por outro lado, o importante papel da mulher negra na resistência à escravidão, que aconteceu por meio de revoltas, fugas e sabotagens de todos os tipos, bem como pela educação, já que aprender e ensinar a ler e escrever tornou-se uma forma de resistir à dominação. Décadas depois, a história das negras americanas se assemelhou a das escravas de todo o mundo; com a industrialização, continuaram tendo que trabalhar pesado, não mais nas lavouras, mas nas fábricas de tecido, cânhamo e tabaco, assim como nas atividades domésticas (DAVIS, 2016). É por isso que,

as mulheres negras eram iguais a seus companheiros na opressão que sofriam; eram socialmente iguais a eles no interior da comunidade escrava; resistiam à escravidão com o mesmo ardor que eles. Era uma das grandes ironias do sistema escravagista: por meio da submissão das mulheres à exploração mais cruel possível, exploração esta que não fazia distinção de sexo, criaram-se as bases sobre as quais as mulheres negras não apenas afirmavam sua condição de igualdade e suas relações sociais, como

também expressavam essa igualdade em atos de resistência (DAVIS, 2016, p. 35-36).

Desse ponto surgem as divergências com os projetos do feminismo branco, pois, conforme relata Davis (2016), inclusive os movimentos antiescravagistas dos Estados Unidos formados por mulheres brancas desconsideravam a condição da mulher negra. Questões como a maternidade, a feminilidade, o mercado de trabalho ou os assuntos domésticos eram pautas muito distantes para as ex-escravas, tanto que o sufrágio, pelos menos nos Estados Unidos, não foram preocupações de um mesmo projeto, já que as mulheres negras não puderam exercer de imediato o recém-adquirido direito de votar. Forçadas a procurar empregos como domésticas, cozinheiras, babás, lavadeiras ou camareiras, as ex-escravas, invisibilizadas, não experienciaram condições muito melhores das oferecidas durante o período da escravidão.

Contemporânea de Angela Davis e destaque na luta pela instituição de uma educação e conscientização feministas, bell hooks, assim escrito em letras minúsculas com a intenção de engrandecer antes as suas ideias do que sua figura autoral, é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins, intelectual negra e teórica feminista americana que publicou dezenas de livros sobre os mais diversos temas. A edição brasileira de *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras* (2018) foi publicada pela primeira vez nos Estados Unidos em 2000. Esse livro discute muitos conceitos apresentados em duas de suas obras anteriores, *Feminist Theory: From Margin to Center*, de 1984, bem como de *Ain't I a Woman: Black Women and Feminism*, escrita nos anos 70.

Ainda que poucos dos seus textos tenham sido traduzidos para o português, a repercussão de seus escritos ecoa entre as estudiosas atuais, enriquecendo reflexões sobre sexismo, solidariedade e sororidade. hooks (2018, p. 17) insiste que o feminismo, “um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão”, deve ser ensinado através da conscientização crítica de homens e mulheres já que, inclusive elas, participam da disseminação da opressão e possuem internalizado o auto-ódio, socializada pelo pensamento patriarcal.

O pensamento feminista, como bem relata hooks (2018), passa também pela educação, ao ser disponibilizado e disseminado através da visibilidade das produções femininas, sejam elas acadêmicas ou artísticas. Uma preocupação bastante atual nesse sentido é do cuidado com a academização desse pensamento, que poderia enfraquecê-lo e despolitiza-lo. É essencial, deste modo, valorizar os mais diversos estilos e formatos, para os mais diversos públicos e idades, de “uma literatura que ajuda a informar uma multidão de pessoas, que ajuda indivíduos a compreenderem o pensamento e as políticas feministas” (hooks, 2018, p. 45), no que a autora denomina movimento educacional de massa, que permitiria à população não depender da mídia patriarcal para aprender sobre feminismo.

A prova de vitalidade de uma discussão como a que trazem Angela Davis e bell hooks está na repercussão que seus escritos causam nas escritoras e críticas até hoje. Assim, no sentido de uma descolonização do conhecimento e de encontrar formas emancipatórias para sua produção, Djamila Ribeiro, filósofa e ativista do feminismo negro brasileiro, publicou, em 2017, a obra *O que é lugar de fala?* com a intenção principal de trazer à discussão os mais diversos feminismos por meio de uma linguagem acessível e extremamente didática. Junto a essa intenção está ainda a de mostrar que o feminismo negro busca discutir projetos, entre eles as opressões de raça, classe e gênero, já que, ao integrar uma coleção organizada e escrita por mulheres negras e indígenas, bem como por homens negros, o livro coloca a linguagem como mecanismo de ruptura da manutenção do poder. Junto a isso, estão os relatos da filósofa Sueli Carneiro, cujos escritos, produzidos ao longo da sua marcante trajetória como intelectual e militante do movimento feminista negro brasileiro, foram publicados em livro no final de 2018. Ela afirma que

Escrever me permitiu organizar e qualificar a reflexão que, na fala, se manifestava desconexa e irritadiça pela insegurança da oratória. Depois tornou-se instrumento de combate respondendo à necessidade de produção de argumentos para os confrontos que o racismo e o sexismo nos impuseram. Cada um dos meus escritos refletem um momento dessa luta, além da permanente disputa pela verdade histórica que se esconde atrás das narrativas construídas pelos opressores (CARNEIRO, 2018, p. 11).

O termo *lugar de fala*, apesar de ter sua origem imprecisa, foi enaltecido por Gayatri Spivak, teórica da crítica pós-colonial, em artigo de 1985 intitulado *Pode*

*o subalterno falar?* (2010), e discutido por autoras contemporâneas como Heloisa Buarque de Hollanda (2018), Sueli Carneiro (2018) e Djamila Ribeiro (2017, 2018), aqui no Brasil, e pelas estrangeiras Patricia Hill Collins (1994, 2000), Linda Alcoff (2016) e Grada Kilomba (2010) - apenas com a intenção de citar algumas delas. No entanto, conforme Ribeiro (2017), Collins (2000), nomeia esse mesmo conceito por meio da expressão *feminist standpoint* que, em tradução livre, significa ponto de vista feminino. De qualquer modo, lugar de fala trata-se da

reflexão de como a linguagem dominante pode ser utilizada como forma de manutenção de poder, uma vez que exclui indivíduos que foram apartados das oportunidades de um sistema educacional justo. A linguagem, a depender da forma como é utilizada, pode ser uma barreira ao entendimento e criar mais espaços de poder em vez de compartilhamento, além de ser um - entre tantos outros - impeditivo para uma educação transgressora (RIBEIRO, 2017, p. 26).

A autora faz reflexões sobre a importância da linguagem, tema polemizado pela filósofa panamenha Linda Alcoff no artigo intitulado *Em uma epistemologia para a próxima revolução*, no qual ela destaca a relevância de outros saberes, que incluem, além da escrita de si em primeira pessoa, “o conhecimento reivindicado por parteiras, as ontologias de povos originários, a prática médica de povos colonizados e até mesmo relatos de experiência” (ALCOFF, 2016, p. 131).

Em posse disso, Djamila Ribeiro (2017), Sueli Carneiro (2018) e outras feministas negras expõem o silenciamento imposto aos grupos subalternizados, resultante do lugar social que ocupam, e que dificulta a visibilidade e a legitimidade de suas produções intelectuais, por exemplo. Sabendo que mais de 50% da população brasileira é negra, “[...] quantas autoras e autores negros o leitor e a leitora, que cursaram a faculdade, leram ou tiveram acesso durante o período da graduação? Quantas professoras ou professores negros tiveram?” (RIBEIRO, 2017, p. 64). A falta de representatividade, brevemente discutida na Introdução desta pesquisa, é um dos temas centrais quando pensamos em movimentos feministas de todas as vertentes, mas para a mulher negra se reflete em sentimentos de inadequação, de não-pertencimento, na posição de um não-lugar. Djamila Ribeiro (2018) relata, desde a infância, seu constante sentimento de inadequação contíguo à sensação de não pertencimento por não se ver representada nas mais diversas

manifestações artísticas. Da mesma forma, ela não se identificava com o feminismo rotulado como universal porque nele não eram consideradas as especificidades das mulheres negras. Se referindo às leituras de bell hooks, Carolina Maria de Jesus, Sueli Carneiro, Alice Walker, Toni Morrison, Chimamanda, Conceição Evaristo, Patricia Hill Collins, entre outras, a ativista afirma: “fui aprendendo a falar por outras vozes, a me enxergar através de outras perspectivas” (RIBEIRO, 2018, p. 17).

Tomando por base as afirmações de Simone de Beauvoir, Grada Kilomba (2010)<sup>6</sup> considera que a mulher negra teria sua alteridade marcada duplamente, no sentido de que ela não tem garantido seu lugar em qualquer uma das categorias de análise: num debate sobre racismo, o sujeito é o homem negro; num discurso sobre gênero, esse mesmo sujeito é uma mulher branca; e, num discurso sobre classe, raça sequer tem seu lugar. Não sendo branca e nem homem, a mulher negra exerceria “a função de *Outro do Outro*” (RIBEIRO, 2017, p. 39). Essa invisibilidade gera um vácuo dentro do movimento feminista, pretensamente hegemônico.

Disso parte a discussão que Djamila Ribeiro (2017) faz em torno da importância de se ocupar determinados espaços - muitas vezes fechados em função do lugar social no qual vivem - no sentido de uma possibilidade de transcendência que reflita em produções e epistemologias próprias, ampliando o conceito de lugar de fala ao relacioná-lo à visibilidade e à representatividade. Disso advém o que apontam diariamente os índices de feminicídio no Brasil: as mulheres negras morrem mais do que as brancas; advém também da constatação que aquelas, assim como na época escravocrata, continuam num lugar de não-escolha e fazendo a maior parte dos serviços domésticos ou dos cuidados ligados à casa.

O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas. A teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala nos faz refutar uma visão universal de mulher e de negritude, e outras identidades, assim como faz com que brancos, que se pensam universais, se racializem, entendam o que significa ser branco como metáfora do poder [...]. (RIBEIRO, 2017, p. 69)

---

<sup>6</sup> Grada Kilomba é uma artista interdisciplinar portuguesa e professora do departamento de Estudos de Gênero da Humboldt Universität, em Berlim. Nascida na capital portuguesa Lisboa, Grada possui origens centradas no continente africano, precisamente em Angola, São Tomé e Príncipe e Moçambique e vive na capital alemã.

Essa análise fecunda corrobora com as reflexões das autoras citadas no bloco a seguir e nos faz identificar distintos feminismos e diferentes experiências do ser mulher segundo muitas maneiras de opressão, determinadas social e historicamente através de fatores como cultura, raça e classe social. Soma-se ainda a reflexão de Sueli Carneiro<sup>7</sup> (2018) sobre essa diferença, já que, segundo ela, as opressões sofridas pelas mulheres negras na sociedade brasileira advém de diferenças raciais e não biológicas. Corroborando com Davis (2016), ela reflete sobre o lugar histórico da mulher negra como uma experiência diferenciada,

marcada pela perda do poder de dominação do homem negro por sua situação de escravo, pela sujeição ao homem branco opressor e pelo exercício de diferentes estratégias de resistência e sobrevivência. Enquanto a relação convencional de dominação e subordinação social da mulher tem como complementaridade a eleição do homem como provedor, temos o homem negro castrado de tal poder enquanto escravo e posteriormente enquanto aliado do processo de industrialização nascente (CARNEIRO, 2018, p. 52)<sup>8</sup>

Ecoa entre as mais diversas autoras o discurso de Sojourner Truth, que, ainda no século XIX, questionou de qual mulher tratava o movimento feminista. *E não sou eu uma mulher?*<sup>9</sup>, feito improvisadamente durante a Convenção das Mulheres de 1851, em Ohio, nos Estados Unidos, amplia, atualmente, o leque de demandas específicas e de prioridades. Se a “mulher” de que trata o feminismo hegemônico não é a mulher negra, da mesma maneira não é a indígena, a lésbica, a trans, a cristã, “nem mesmo a branca que não se quer universal” (HOLLANDA, 2018, Locais do Kindle 3733-3740). Ou seja, quem ou quais as demandas ele representa? Assim, ao repetir quatro vezes sua pergunta, Truth expunha o viés de classe e o racismo do movimento de mulheres. Nem todas eram brancas e desfrutavam do conforto material da classe média e da burguesia. Ela era negra, uma ex-escrava, mas “não era menos mulher do que qualquer uma de suas irmãs

---

<sup>7</sup> Sueli Carneiro fundou, em 1988, o *Geledés* - Instituto da Mulher Negra, primeira organização negra e feminista independente de São Paulo. Ela também atuou no movimento feminista ainda jovem, contemporaneamente à Lélia Gonzalez, esta última intelectual pioneira do feminismo negro no país por denunciar o racismo e o sexismo no Brasil ainda na metade do século XX.

<sup>8</sup> Essas afirmações foram originalmente publicados em 1985 no livro *Mulher Negra: política governamental e a mulher*, em artigo que inaugurou os estudos sobre a desigualdades entre as mulheres.

<sup>9</sup> Parte do discurso pode ser encontrado no livro *Mulheres, raça e classe*, de Angela Davis, obra que, mesmo sem o arcabouço teórico formal da interseccionalidade, procura demonstrar as articulações entre classe e raça no início da campanha pelos direitos das mulheres nos EUA.

brancas na convenção. O fato de sua raça e de sua situação econômica serem diferentes daquelas das demais não anulava sua condição de mulher” (DAVIS, 2016, p. 73), e tornava ainda mais legítima a sua reivindicação por direitos iguais.

É por esse e tantos outros motivos que, ao reivindicarem suas existências, as mulheres negras questionam, antes de tudo, a ideia de universalização da categoria mulher. A percepção e posterior afirmação pelas mais diversas teóricas, conforme iremos observar no bloco a seguir, de que marcar e nomear as diferenças é essencial à crítica feminista contemporânea, expõem a ressignificação dessas identidades por meio da interseccionalidade.

Heloisa Buarque de Hollanda faz um mapeamento inédito do que ela denomina de novos feminismos que englobariam a quarta onda feminista em função de diversos marcos, como a greve geral internacional 8M, no Dia Internacional da Mulher de 2017, o assassinato da vereadora Marielle Franco e os movimentos digitais produzidos pelas hashtags #PrimeiroAssédio, #MeuAmigoSecreto e #NãoMereçoSerEstuprada. Todas essas intervenções, ao buscarem denunciar as distintas violências sofridas pelas mulheres, demonstram o papel central do corpo para o feminismo contemporâneo, mas, mais ainda, a importância da coletividade assumindo vozes individuais. Em *Explosão Feminista* (2018), escrita compartilhada por ela com dezenas de mulheres, é possível identificar, como parâmetro do feminismo contemporâneo, o pluralismo de experiências. O feminismo negro, o asiático e o transfeminismo são algumas dessas várias facetas que, por meio da linguagem, têm a oportunidade de assumir seus lugares de fala historicamente silenciados.

De modo semelhante a Sherry Ortner (1979), que, como veremos na próxima seção, identifica a subordinação feminina num contexto universal, bell hooks (2018) discute questões femininas globais. Ambas acreditam que o pensamento patriarcal e a cultura de dominação oprimem igualmente as mulheres de todo o mundo das mais distintas formas e gradações de controle social. É por isso que a segunda conclui que “uma perspectiva feminista descolonizada iria, antes de tudo, examinar como práticas sexistas em relação ao corpo das mulheres estão conectadas globalmente” (hooks, 2018, p. 78), fortalecendo os limites entre raça/etnia e nacionalidade/cultura por meio da solidariedade política.

## 2.1 Feminismo decolonial: novas perspectivas para as mesmas opressões

Para abordar novas perspectivas para o feminismo tradicional, uma possibilidade é pensarmos a partir da interface com as discussões da colonização. O conceito de colonialidade do poder, desenvolvido por Quijano (2005) a partir da sua percepção sobre a América Latina, caracteriza-se como a base para iluminarmos a questão de como raça e gênero tornaram-se instrumentos de dominação universal, colocando os povos colonizados em situação natural de inferioridade em confluência com a manutenção e a ampliação do mercantilismo/capitalismo mundial. Para o autor peruano,

[...] a classificação social da população mundial de acordo com a idéia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, conseqüentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico. (QUIJANO, 2005, p. 117).

Foi por meio da categoria cultural que o colonizador, que representava a modernidade, o civilizado dono de uma história, conseguiu dominar os povos das colônias dominadas com a intenção de levá-los à civilização, já que eram considerados sem alma, sem cultura, não humanos. O resultado do colonialismo e do seu movimento de poder resultaram, segundo ele, em duas importantes implicações que culminaram na inferiorização dessas raças e de suas culturas. Primeiramente, todos esses povos foram desconectados de suas identidades, de suas histórias, de seu passado, para, então, perderem “seu lugar na história da produção cultural da humanidade” em detrimento de “sua nova identidade racial, colonial e negativa” (QUIJANO, 2005, p. 127)”. O poder colonial, portanto, é fundado nas lógicas de dominação e opressão.

Essa hierarquia dicotômica entre humanos e não-humanos, entre europeus e não-europeus, entre civilizados e primitivos, foi acompanhada, segundo Maria Lugones (2019), de outras, relacionadas ao sexo ou ao gênero. Já que, para o colonizador, os homens e mulheres colonizados não tinham alma ou

personalidade, conseqüentemente também não tinham gênero, sendo vistos apenas como macho e fêmea.

As discussões da filósofa argentina Maria Lugones vão ao encontro da noção de interseccionalidade entre raça, gênero, sexualidade, classe e condição econômica, por exemplo, já que ela pretende, com a sua teoria, romper, por meio da resistência, com a indiferença prática e teórica direcionada às “mulheres de cor”, isto é, mulheres não brancas que têm suas realidades invisibilizadas nas lutas feministas ocidentais. A interseccionalidade (CRENSHAW, 2002) e o feminismo decolonial são perspectivas que buscam entender as diversas posições que ocupam as mulheres na sociedade. Enquanto a primeira está mais ligada à luta das mulheres negras e ao racismo, a segunda, como conceito, foi estruturada principalmente por estudiosas latino-americanas.

Para ambas as perspectivas, apontar a desigualdade de direitos entre homens e mulheres como o faz o feminismo tradicional, é deixar de pensar em dezenas de outras variáveis importantes como raça e classe social, por exemplo, já que o sujeito encarnado por mulher branca que, a despeito das opressões que sofre, também se beneficia de um mundo operado pela lógica colonial e racial. Por isso, a noção de interseccionalidade e de feminismo decolonial são semelhantes quando problematizam a universalidade do termo “mulher”, as concepções e significados fixos e binários, pois são distintas as experiências de ser mulher e, conseqüentemente, de sofrer opressão.

Ainda que a teórica argentina parta do conceito de colonialidade do poder elaborado por Quijano (2015) para falar sobre colonialidade de gênero, ela avança e critica a limitação da discussão sobre sexo e gênero, uma vez que o autor segue reproduzindo ideias com base no patriarcado e não questiona a construção colonial moderna de gênero e sexualidade. Lugones (2019) afirma que as mulheres são duplamente colonizadas: submetidas ao poder da dominação colonial do império e à específica dominação masculina do patriarcado. Como missão civilizatória, a colonização, minou o entendimento das pessoas sobre si mesmas (LUGONES, 2019), por isso ela sugere a decolonização dos gêneros como a efetivação de uma práxis intersubjetiva e íntima, nunca isolada.

Outro conceito importante elaborado por ela é o do locus fraturado, da fissura como um ponto de tensionamento entre a opressão e a resistência dos colonizados, ponto esse que suscita a problematização da noção de modernidade, uma construção do poder colonial. Sendo assim, o feminismo decolonial proposto pela autora constitui-se num trabalho de resistência ao pretender uma revisão crítica das estruturas de dominação do conhecimento e do poder, pois, segundo ela,

[...] o gênero é uma imposição colonial, não apenas na medida em que se impõe sobre a vida - como se vive de acordo com cosmologias incompatíveis com a lógica moderna das dicotomias - , mas também no sentido em que vivências de mundos entendidos, construídos e alinhados com tais cosmologias provocam o Eu-entre-outros à resistência com e em tensão extrema com a diferença colonial (LUGONES, 2019, p. 365).

No sentido dessa nova práxis proposta pela teórica argentina, assim como na intenção de ultrapassar a colonialidade do saber - assegurada pela colonialidade do poder - e do referencial teórico de conhecimento produzido pelo pensamento eurocêntrico, buscamos contribuir para a disseminação de novas epistemologias propostas por mulheres subalternizadas, pertencentes a grupos estigmatizados e marcados simbolicamente e socialmente como inferiores, como veremos na seção seguinte. A questão já foi levantada por Gayatri Spivak (2010), *Pode o subalterno falar?*, que suscitou alguns questionamentos: quem pode falar e por quem?, quem escuta?, como nos representamos e como representamos os 'outros'?. O ato de de fala pressupõe um falante e um ouvinte em um espaço dialógico interativo, posicionamento discursivo esse que nunca é concedido ao sujeito subalterno. Sendo privado de qualquer forma de agenciamento, Spivak (2010) conclui que o subalterno não pode falar. Para a discussão encaminhada na seção 3, são importantes as contribuições da crítica indiana, que parte do seu lugar de fala para tentar compreender como são construídas as narrativas históricas e, para tanto, se utiliza das noções de leitura e de escritura em suas implicações políticas e de poder. Estudiosa da crítica pós-colonial, a teórica trata dos espaços de fala do subalterno (SPIVAK, 1994, 2010), fundamentais para a crítica feminista, mais ainda para o feminismo negro, ao pensar na figura da mulher de classes subalternas por meio do caráter político da diferença e da alteridade.

### 3 EXPERIÊNCIAS DISTINTAS DE SER MULHER: PROBLEMATIZANDO LEITURAS ACERCA DA MATERNIDADE

*Uma gota de leite  
me escorre entre os seios.  
Uma mancha de sangue  
me enfeita entre as pernas.  
Meia palavra mordida  
me foge da boca.  
Vagos desejos insinuam esperanças.*

*Eu-mulher em rios vermelhos  
inauguro a vida.  
Em baixa voz  
violento os tímpanos do mundo.  
Antevejo.  
Antecipo.  
Antes-vivo.*

*Antes – agora – o que há de vir.  
Eu fêmea-matriz.  
Eu força-motriz.  
Eu-mulher  
abrigo da semente  
moto-contínuo  
do mundo.*

Conceição Evaristo

Maternidade. Mãe. Instinto. Amor. Dom natural. Expressões que carregam, juntas ou isoladas, um longo processo histórico de construção advindo de uma ação sociocultural ainda mais prolongada e difusa. Nossa cultura identificou a mulher, e conseqüentemente a mãe, como o indivíduo que, há séculos, cuida e educa as crianças, já que a ideia ocidental de maternidade (e de feminino) resulta do conceito de família, outro produto histórico criado pelo patriarcado.

A ideia de que a essência do feminino e a feminilidade estão intrinsecamente ligadas à maternidade já gerou e continua gerando muita discussão, tanto no movimento feminista quanto entre os psicanalistas. Como o recorte teórico dado a essa pesquisa está centrado no pensamento feminista e

filosófico, principalmente da perspectiva da mulher, procuramos trazer também exemplos da literatura ficcional contemporânea como base para a problematização.

Além de uma imensa lacuna teórica a respeito da maternidade na perspectiva do feminismo, nos deparamos também com a invisibilidade de textos que tratam da maternidade para mulheres negras, principalmente no contexto brasileiro. Se em outros países latino-americanos ou na América do Norte essa problematização acontece de maneira mais emblemática há mais tempo, como a exemplo das contribuições de Patricia Hill Collins, não percebemos uma discussão dessa mesma amplitude entre as teóricas do Brasil.

A perspectiva feminina do tema, silenciada haja vista que a grande maioria das imagens científicas, culturais e artísticas vem até nós filtrada pela voz masculina, tem conquistado espaço nas discussões dos mais diversos formatos, as quais converteram as questões reprodutivas em seu principal campo de batalha produzindo importantes reflexões sobre a sujeição das mulheres, a maternidade e o lugar que esta ocupa ou pode ocupar na emancipação feminina.

Será mesmo instinto materno? Ou seria uma pressão social que conduz a mulher a pensar que só poderá se realizar na maternidade? A partir de questionamentos como esses, esta seção se propõe a problematizar o tema, aproximando-o da criação literária, espaço que tem se ocupado dele a partir de vozes femininas de todo o mundo.

### **3.1 O imaginário acerca da maternidade: intersecções**

Olhando para a história da humanidade, podemos iniciar identificando como se deu a representação da maternidade no imaginário dos povos e suas construções sobre o papel da mulher em nossa sociedade. Já no berço da civilização ocidental, a crença sobre como o mundo havia sido criado excluía a participação feminina. O poema épico de Hesíodo, *A Teogonia* (2001), descreve o nascimento e a genealogia dos deuses da mitologia grega, bem como a criação do mundo, ou cosmogonia. Na Grécia, acreditava-se na autoctonia, mito que afirmava que a origem humana advinha da própria terra - na figura da deusa Gaia, que

representa a Mãe-Terra - e não das mulheres. O primeiro homem, Erectônio, nasceu diretamente de Gaia, sobre a qual caiu o sêmem de um Deus. Nascido da Terra, ele se transformou no fundador da cidade de Atenas, uma homenagem à deusa Atena, que o acolheu recém-nascido dos braços da Mãe-Terra. A clara intenção grega de inferiorizar a mulher e, conseqüentemente a maternidade, adquire mais força por meio da representação do nascimento de Atena, já que ela nasceu da cabeça de seu pai Zeus e não do corpo de uma mulher.

Thomas Walter Laqueur (2001) traz em sua obra *Inventando o sexo*, a questão da reprodução a partir de Aristóteles. Segundo ele, a concepção de corpo de sexo único desenvolvida pelo filósofo grego, em que já estava fixada a noção de masculino como parâmetro para tudo, - o corpo feminino era apenas uma versão inferior do daquele -, dominou a ideia da diferença sexual desde então até, pelo menos, o século XVII. Ainda que o modelo de sexo único ainda continuasse a existir, o sexo como conhecido hoje foi sendo desvendado em alguma época do século XVIII, em que foram nominados os órgãos sexuais e reprodutivos femininos, até então desprovidos de termos linguísticos específicos. Definidos nos parâmetros do domínio cultural e simbólico, um novo significado ao corpo reprodutivo da mulher surgiu “quando o próprio corpo natural tornou-se o padrão de ouro do discurso social, [e] o corpo da mulher tornou-se o campo de batalha para redefinir a relação social antiga, íntima e fundamental entre o homem e a mulher” (LAQUEUR, 2001, p. 189-190), com a clara intenção de fundamentar a invenção do gênero.

Pandora, na mitologia grega, foi a primeira mulher criada por Zeus como punição aos homens pela ousadia do titã Prometeu em roubar aos céus o segredo do fogo. A caixa de Pandora, mito de origem pelo qual a existência da mulher e dos diversos males da humanidade são explicados, explora ainda a construção da identidade e da essência femininas conhecidas até hoje, pois na sua origem está a colaboração de grande parte dos deuses para “aprimorá-la”: com beleza, charme, graça, roupas e acessórios esplêndidos, agregados aos dons da sedução, da mentira, da traição e da astúcia, ou seja, irresistível para os homens (BOLTON, 2004). Não é por acaso a semelhança desse mito de criação com a narrativa bíblica, em que Eva, ao desrespeitar as regras de Deus e comer a maçã, fez com que a humanidade fosse expulsa do paraíso.

Naquele período a maternidade não era importante, o que pode ser observado na própria ideia de pátria como "terra dos homens". Para Platão, a mulher era apenas uma imitação da terra. Sendo assim, como a mitologia justificou o papel da mulher e da reprodução? Na produção do corpo feminino. Tanto Eva quanto Pandora, por exemplo, foram construídas ou fabricadas como presentes aos homens. Estas fundamentações colaboraram para construir classificações binárias e dualistas ao naturalizar e universalizar desigualdades entre os sexos e justificar a opressão contra as mulheres.

É interessante observar que a cultura africana, como bem lembra Sueli Carneiro (2018), traz, por meio de sua mitologia, modos de explicar a necessidade de controle sobre a mulher que são muito semelhantes a cultura ocidental nos atributos da "natureza feminina", enquanto o homem é identificado com a razão e a cultura. Segundo a autora, os mitos africanos deixam transparecer a capacidade que as mulheres possuem, por meio de suas potencialidades, de submeter os homens na disputa pelo controle.

Passando para a filosofia, vemos nas ideias de Aristóteles sua intenção em enaltecer o homem como gerador e a mulher como mero corpo que abrigava a semente em seu ventre (BADINTER, 1985). Nesse percurso entre o mito de criação do mundo na perspectiva ocidental, em que a mulher era despojada da maternidade, até a contemporaneidade, em que ela é, essencialmente e naturalmente, fixada na maternidade, há uma mesma matriz: o discurso patriarcal.

Em Esparta, na Grécia Antiga, a família era responsável pela criação dos filhos somente até os sete anos, após essa idade, a criança tornava-se responsabilidade do Estado e deveria se preparar para o seu papel de guerreiro. À mãe, mais genitora do que educadora, cabia a responsabilidade com a nutrição e a formação espiritual, basicamente, ainda que esta fosse constantemente supervisionada pelo pai da criança. Já as filhas eram preparadas única e exclusivamente para o casamento, a maternidade e os cuidados domésticos, já que, na Antiguidade Clássica, a mulher era considerada inferior.

Enquanto a paternidade pode ou não ser exercida sem muitos constrangimentos sociais, já que meninos não crescem cuidando de um brinquedo e chamando-no de "filho" e as meninas, ao contrário, desde cedo, são ensinadas a

cuidar, como se estivessem preparando seus próprios destinos, chegamos ao conceito de Maternidade Compulsória. É um termo criado por movimentos feministas norte-americanos para explicar um fenômeno social ao qual as mulheres são submetidas desde crianças. Mulheres crescem convivendo com a expectativa (social) de tornarem-se mães. Quando meninas, são presenteadas com bonecas, aprendem a cuidar dos irmãos e dos cuidados com a casa e são levadas a acreditar que o casamento é o caminho natural. Ou seja, de forma subjetiva e talvez até silenciosa – uma vez que o patriarcado e os comportamentos machistas estão normalizados em nossa sociedade –, são conduzidas a acreditar que desejamos desde sempre ser mães e que em dado momento o “relógio biológico” irá despertar. As mulheres são coagidas todo momento a acreditarem que estão no controle de suas vidas. Todas as opressões são naturalizadas, mais ainda, romantizadas, para que pensem estar realizando escolhas legítimas sobre si mesmas e ainda assim sintam-se culpadas, quando sequer podem identificar o que realmente é desejo pessoal e o que é socialização.

Na própria delimitação de brincadeiras típicas para meninas e para meninos, o cuidado com um bebê e maternagem<sup>10</sup> são estimulados por meio de atividades lúdicas e brinquedos aparentemente despreziosos, mas que são sistemas de significados e produção de sentidos construídos por adultos. As meninas brincam de casinha e de bonecas não porque está no DNA de pessoas do sexo feminino, mas porque há uma construção sociocultural que destina às meninas brincadeiras que incentivem o movimento de interiorização dessas construções sociais relacionadas ao cuidado.

Conforme Del Priori (1993), a limitação da mulher à categoria de mulher-mãe foi um empreendimento conjunto entre os valores impostos pela Igreja Católica, com sua imagem da família cristã, e o esforço da medicina para naturalizar os laços entre mães e filhos como algo indissolúvel. Assim, somos educadas e crescemos com a pressão pela exigência da maternidade como algo indissociável à natureza feminina. Na vida adulta, ser mãe é colocado como um papel social

---

<sup>10</sup> Enquanto que a noção de maternidade (*motherhood*) está intrincada ao processo biológico pelo qual passa a mulher ao tornar-se mãe, portanto uma condição física de gerar, gestar e parir, a maternagem (*mothering*) está relacionada ao cuidado e à proteção como ações e escolhas minimamente conscientes, desejo esse que pode existir tanto nas mulheres quanto nos homens.

atribuído à mulher e quase como uma condição para a felicidade e realização pessoal dela.

É consenso entre os autores (ARIÈS, 1981; BADINTER, 2011, 1985) que o valor dado à maternidade e ao amor materno, assim como à relação mãe e filho, nem sempre foi o mesmo, estando muito mais relacionado a práticas sociais e discursos, contextualizados histórica e socialmente. Conforme a psicanalista brasileira Marcia Neder (2016), desde a Antiguidade até o século XVIII, a mãe não tinha tanto valor na sociedade ocidental, da mesma maneira que a criança não tinha esse grau de importância que tem hoje para a família. Até a Idade Média, as crianças já eram tratadas como adultas assim que começavam a caminhar. Especificamente no período feudal, a importância dos filhos - vistos como miniaturas dos adultos - passava por outros fatores, como contribuir para o crescimento demográfico local, para a formação de mão-de-obra e da economia familiar e, no caso das meninas, servir como moeda de troca em transações sociais. A educação, obviamente destinada aos filhos da nobreza, não aos dos camponeses, no entanto, permaneceu muito similar àquela oferecida na Antiguidade: meninas eram preparadas para as tarefas domésticas e para cuidar do futuro lar, enquanto meninos passavam a viver com nobres que lhes davam formação técnica, militar ou religiosa (ARIÈS, 1981). Segundo Philippe Ariès (1981), que faz um estudo iconográfico da infância, até meados do século XII, as crianças sequer eram representadas pela arte medieval, o que demonstra a irrelevância da infância até esse período. Foi apenas na Idade Moderna, mais especificamente com a ascensão da burguesia, que a infância começou a ocupar o lugar que tem hoje no ambiente familiar. Conforme o autor, somente por volta do século XIII irão aparecer representações artísticas de crianças mais próximas das caracterizadas pela modernidade. Badinter (1985) e Ariès (1981) associam a carga atribuída à maternidade, que perdurou ao longo da Idade Média, à superioridade do pai e também ao predomínio do laço matrimonial. Esses costumes e valores culturais contribuíram para a configuração dos papéis sociais que ainda perpetuam, em boa medida, na atualidade.

O pensamento feminista deu ênfase à libertação do corpo, principalmente na segunda metade do século XX, quando da publicação de *O segundo sexo*, como

a representação da mulher-sujeito, capaz da transcendência. Para o feminismo, a maternidade, cuja recusa parecia, inicialmente, representar a libertação da opressão sofrida pelas mulheres, passou a ser considerada, num segundo momento, um poder insubstituível, pertinente somente às mulheres, abordagem essa que trouxe à superfície as reflexões pela afirmação das diferenças e da identidade feminina, como discutiremos mais profundamente no próximo capítulo. No entanto, percebemos que o rompimento com o determinismo biológico ofereceu à maternidade um dos aspectos mais evidentes de transformação, pois sexualidade e reprodução foram separadas pelos mais distintos modos de contracepção e de reprodução artificial.

O controle de natalidade a partir de métodos contraceptivos ou de intervenções cirúrgicas surgidas a partir do século XX colaborou com a pequena ruptura da função reprodutora comandada apenas pelo biológico. Muito mais controlada pela vontade, a maternidade passou, nesse cenário, pelas mais diversas críticas, a maior parte delas relacionadas à ideia de “ser mulher”. Ao assumirem livremente suas maternidades, as mulheres se veem incitadas ao aborto, a criarem seus filhos sozinhas ou a abandoná-los, de modo especial aquelas das classes subalternas. No capítulo que trata da mãe, Beauvoir (2016b) apresenta as diversas facetas dessa identidade, já que “gravidez e maternidade são vividas de maneira muito diferente entre as mulheres, podendo surgir sentimentos de revolta, resignação, satisfação, ou mesmo, entusiasmo” (BEAUVOIR, 2016b, p. 289-290). De toda forma, a autora tem uma visão crítica da maternidade, bem como do amor maternal. Obrigada a gerar contra sua própria vontade, ou o oposto, desejando a maternidade sem poder obtê-la, afirma a filósofa que

é uma mistificação sustentar que a mulher se torna, pela maternidade, a igual concreta do homem. (...) Falou-se também muitíssimo dos direitos sagrados da mãe, mas não foi como mãe que as mulheres conquistaram o direito de voto; a mãe solteira é ainda desprezada; é somente no casamento que a mãe é glorificada, isto é, na medida em que permanece subordinada ao marido. Enquanto este permanece o chefe econômico da família, embora ela se ocupe muito mais dos filhos, eles dependem muito mais dele do que dela. É por isso que, como vimos, a relação da mãe com os filhos se acha estreitamente comandada pela que mantém com o esposo (BEAUVOIR, 2016b, 329).

No capítulo em que a autora problematiza a maternidade de modo específico transparece claramente a dimensão política nos exemplos e testemunhos utilizados na argumentação, como a questão do aborto e a necessidade do controle e da liberdade de escolha, decisões que acompanham o ser mãe. Segundo a filósofa, gravidez e maternidade são vivências distintas que podem acontecer nas mais diferentes circunstâncias na vida de uma mulher, sejam elas positivas ou negativas. Antes de se constituir numa questão moral e histórica, Beauvoir (2016b) demonstra que, ao contrário, a maternidade está inserida em um apanhado de valores que a mistifica e a naturaliza por meio de verdades inexoráveis. Antiessencialista, ela desnuda desejo e instinto de maternidade como um modelo único para todas as mulheres, em meio ao forte discurso social vigente na década de 1950.

Identificada como um ser incompleto, inferior e ligado à natureza já na Antiguidade Clássica, a mulher - esse Outro que não é Sujeito (BEAUVOIR, 2016a) - tem seu corpo construído pelos discursos patriarcais que o transformam em um quadro de inscrição simbólica. Dada a impossibilidade de, ainda na sociedade contemporânea ocidental, dissociar os dualismos natureza/cultura e mulher/natureza - assim como são imperiosas ainda as relações cartesianas mente/corpo, razão/emoção e sujeito/objeto - Rita Terezinha Schmidt (2012, p. 5) afirma que o controle sobre o corpo feminino é "exercido por meio de uma ideologia do conhecimento, produzida no âmago de sua própria estrutura, ou seja, os dualismos: onde há dualismos, há uma oposição binária calcada no privilégio de um termo sobre o outro, e onde há hierarquia, há controle". A autora contribui para a crítica feminista ao procurar identificar, nas diversas representações literárias de personagens femininas em época históricas distintas, a quebra dessas normas de gênero. É essa relação binária o motivo pelo qual, segundo Cristina Stevens (2007, p. 19) "até recentemente a literatura feminista ignorava a mãe; às vezes até a 'culpava' pela condição subordinada da mulher". Essa pode ter sido também uma das razões pelas quais as escritoras evitaram, até a década de 1970, a escrita

ficcional sobre a temática da maternidade, considerada, inclusive pelas mulheres, uma questão menor no panorama da literatura majoritariamente masculina.

Como sabemos, a história tem sido contada a partir da perspectiva masculina: história escrita pelos homens e sobre os homens. Beauvoir (2016a) mostra, por meio de um percurso histórico dos mitos, que os assuntos relacionados à mulher sempre foram colocados em dois extremos: ou valorizados ou preteridos. Não poderia ter sido diferente em relação à reprodução e à fertilidade feminina, sempre vigiada e manipulada. Diferentemente da fertilidade masculina, por exemplo, pifiamente discutida. A expectativa do sucesso reprodutivo até é esperada pelos dois, mas somente a mulher será acusada de não realizá-lo.

Quando grávidas, as mulheres são levadas a acreditar, entre muitas coisas, no despertar automático do amor incondicional. O laço mágico e permanente entre a mãe e o bebê acontecerá no exato instante em que pegarem o filho nos braços pela primeira vez. Levadas a aceitar que, sendo fisiologicamente capazes de gerar e parir, serão igualmente capazes de cuidar, prover e alimentar, sempre com muita disposição e afeto.

A futura mãe fantasia apenas o amor e a felicidade. Ela ignora a outra face da maternidade feita de esgotamento, de frustração, de solidão, e até mesmo de alienação, com seu cortejo de culpa. Quando lemos os recentes testemunhos de mães, avaliamos o quanto elas estão pouco preparadas para essa conturbação. Não me preveniram — dizem elas — das dificuldades da aventura (BADINTER, 2011, Locais do Kindle 203-206).

O depoimento de muitas mulheres sinaliza que, para grande parte delas, a experiência de maternas foi vivenciada de modos distintos, trazendo consigo, ao invés de uma felicidade indescritível, sentimentos como angústia, dor e desespero. Elas não são preparadas para enfrentar as dificuldades do puerpério, pouco menos as profundas e permanentes transformações que acontecem com o final da gestação, numa total quebra de identidade. Idealizada por meio de sentimentos positivos, a maternidade revela antes de tudo muita angústia, sofrimento, privação, solidão, enfim, uma condição completamente desconhecida para as mulheres.

A cultura não passa de um epifenômeno. Aos seus olhos, a maternidade e o amor que a acompanha estariam inscritos desde toda a eternidade na natureza feminina. Desse ponto de vista, uma mulher é feita para ser mãe,

e mais, uma boa mãe. Toda exceção à norma será necessariamente analisada em termos de exceções patológicas. A mãe indiferente é um desafio lançado à natureza, a a-normal por excelência. (BADINTER, 1985, p. 15).

Atualmente, a mulher tenta se desvincular desses papéis, dirigindo-se a outras formas de desejar na luta pelo direito de novas escolhas, novas possibilidades. Como saber se o desejo pela maternidade não consiste em um anseio, em parte alienado, uma adesão a tais representações? Cada mulher materna da sua maneira, de acordo com suas experiências. Se pensarmos que a experiência biológica da mulher na perinatalidade - conceber, gestar, parir e aleitar - nada tem de relação com o papel materno, quais seriam as explicações para o papel da adoção ou do abandono? Se a reprodução se dá no corpo, mas, no entanto, a relação maternal não se instala necessariamente a partir daí, de que corpo se trataria afinal? Partindo dessas discussões, a seção seguinte pretende problematizar e perseguir respostas para questões como essas.

Quanto à questão norteadora deste trabalho, esclarece-se que o propósito da pesquisa não é de negar a importância da maternidade, tampouco generalizar o termo, mas provocar considerações no campo que excedam a lógica dos cuidados maternos. Nessa perspectiva, afirmar que todas as mulheres desejam a maternidade seria um equívoco, assim como também seria errôneo dizer que todas elas já não optam mais por se tornarem mães.

A maternidade, tema tabu na teoria feminista e por ela dicotomicamente celebrada - uma atribuição exclusivamente feminina vista como empoderadora de seus corpos biológico e social - ou rejeitada - a recusa seria o caminho para subverter a dominação masculina -, veio à tona mais intensamente no final da década de 1970, tendo despertado pouca atenção da pesquisa acadêmica, já que, até então, “poucos estudiosos haviam analisado os aspectos opressores das representações patriarcais do maternal, ou a aceitação passiva da mãe desses ideais míticos, impossíveis de serem atingidos ao nível das formações sociais” (STEVENS, 2007, p. 40-41). Tomando outra direção, as estudiosas contemporâneas buscam revisitar o conceito a partir da perspectiva da mulher/ mãe.

É, sem dúvidas, um vasto assunto, cuja amplitude de domínio nos escapa. Não é nossa pretensão, nesta pesquisa, focalizar nas discussões psicanalíticas acerca do materno, já que buscamos nos manter nas questões sócio-filosóficas, que, ao nosso ver, caminham no mesmo posicionamento metodológico e epistemológico. O que trazemos nos próximos parágrafos é uma breve incursão apontando algumas das ideias que fizeram parte desse percurso sobre a temática até a contemporaneidade.

Críticas norte-americanas e europeias, majoritariamente, constataram que o ato de materno fixava as mulheres ao ambiente doméstico. A obra basilar para a emancipação das mulheres, incluindo a recusa da maternidade, é a *Mística feminina* (1971), da psicóloga Betty Friedan. A capa da edição de 1971, da Editora Vozes Limitadas, antecipa que o texto serviu de inspiração para a revolta das mulheres americanas. O termo referenciado no título - uma observação de que, após a Crise de 1929, a mulher foi mistificada e considerada fundamentalmente como mãe e esposa zelosa - serviu, entre outras características, como um modo de transformar a maternidade e os cuidados com a casa em uma carreira; manipuladas pela sociedade do consumo, as mulheres americanas da época eram aprisionadas ao lar. Friedan critica essa cultura patriarcal que pressiona a mulher a cumprir o papel que lhe é imposto, numa gradual perda de identidade.

O feminismo radical da canadense-americana Shulamith Firestone (1976) está refletido na obra, *The Dialectic of Sex: The Case for Feminist Revolution*, da década de 1970. Em um tom de revolta e confronto, fica evidente seu discurso de recusa da maternidade e de tomada de controle dos meios de reprodução pelas mulheres. Firestone argumentou, nesse texto, que a desigualdade de gênero se origina nas estruturas sociais patriarcais impostas às mulheres por causa de seus corpos, de modo particular as desvantagens física, social e psicológica causadas pela gravidez, parto e educação infantil. Ela também considerava a família nuclear como uma fonte fundamental da opressão das mulheres. Em contraste, no final da década posterior, a feminista e poeta dos Estados Unidos, Adrienne Rich (2019), publicou *Of Woman Born: Motherhood as Experience and Institution*. Seu feminismo maternalista, que inaugurou uma linha de pensamento que vê na maternidade uma fonte de prazer, conhecimento e poder especificamente femininos.

A socióloga e psicanalista americana Nancy Chodorow é umas das teóricas que inaugura a discussão ocidental sobre o tema com a obra *The reproduction of mothering*, publicada no final da década de 1970, com a sentença: "a maternidade é um dos poucos elementos universais e duradouros da divisão sexual do trabalho" (CHODOROW, 1978, p. 3, tradução nossa)<sup>11</sup>. Suas hipóteses postulam a maternidade como origem da dominação masculina e criticam a sua naturalização nos discursos das ciências sociais, mostrando que procriação, vínculo materno-infantil e cuidados com os filhos não podem ser tomados como dados unicamente biológicos.

A filósofa, escritora e crítica feminista ítalo-estadunidense Silvia Federici lançou *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista* (2019), livro em que reforça sua posição contrária ao capitalismo. Para a autora, esse seria uma força oposta e incompatível ao feminismo, pois explora não somente o trabalho da mulher, mas também o seu corpo, com a procriação e a sexualidade. Outras questões abordadas pela sua crítica são feitas por meio de um percurso histórico do controle sobre o corpo feminino, como a luta pelo aborto e pela maternidade, a interseccionalidade, o controle reprodutivo e as relações econômicas envolvidas.

Na visão da autora, a globalização contribuiu para o empobrecimento das mulheres em todo o mundo, assim como promoveu a criação de uma nova ordem colonial que divide as mulheres. Ela advoga que o trabalho doméstico foi engenhosamente imposto pelo capitalismo e transformado em um atributo próprio da natureza feminina, foi naturalizado como uma necessidade interna da mulher, nunca como um trabalho. Segundo Federici (2019, p. 43), "o capital tinha que nos convencer de que o trabalho doméstico é uma atividade natural, inevitável e que nos traz plenitude, para que aceitássemos trabalhar sem uma remuneração". Assim, ela sugere um salário para o trabalho doméstico, o que teria, do ponto de vista feminista, implicações revolucionárias:

Se, em vez de confiarem no amor e no cuidado, minha mãe e a mãe das mulheres da minha geração tivessem recebido uma remuneração, com certeza teriam sido menos amargas, menos dependentes e menos

---

<sup>11</sup> "Women's mothering is one of the few universal and enduring elements of the sexual division of labor"

chantageadas, e teriam chantageado menos suas crianças — constantemente lembradas de como a mãe se sacrificou para criá-las. Assim, elas teriam tido mais tempo e mais poder para lutar contra esse trabalho e nos teriam deixado em um estágio mais avançado dessa luta. (FEDERICI, 2019, p. 73)

A partir das contribuições das mais distintas ideias, observamos que a aceitação ou recusa da maternidade passa, principalmente, pela maior possibilidade de acesso ao conhecimento especializado e à informação, assim como pela situação sócio-econômica, os costumes e, até mesmo, valores ideológicos e políticos, mas sempre estará envolvida em um significado social e cultural. Se o fenômeno biológico de ter filhos restringe-se à gestação e ao parto, portanto à mulher, e, no entanto, os demais cuidados, inclusive o aleitamento, podem ser realizados por qualquer indivíduo que não a mãe biológica, o que torna a maternagem/maternação uma função predominantemente feminina ainda na sociedade contemporânea?

A filósofa francesa Elisabeth Badinter, autora de um dos mais polêmicos livros sobre maternidade, conta com mais de 20 publicações a respeito do papel das mulheres na sociedade. Em seu trabalho de recuperação da maternagem, principalmente na Europa, Badinter (1985) afirma que, com a ascensão da burguesia, vemos surgir o papel da mãe salvadora, dando a ela um caráter de missão. Vai ser somente na transição do século XVIII para o XIX que a maternidade e a infância serão unidas e envoltas em uma aura de amor natural entre mães e filhos. A natureza benevolente da mulher vai envolvendo-na no que ela pensa ser seu desejo natural: ser mãe. Segundo ela,

saímos da obrigação, da imposição e do desejo de pertencimento social, querendo-se ou não ser mãe, para o registro do desejo inerente a toda mulher, associado a seu caráter benigno. A mulher não é impelida a gerar, ela assim o deseja. Ser mãe lhe é tão natural que não sê-lo é uma ofensa à natureza feminina. E por desejar, ela zela por sua cria. Fora disso teríamos o desvio moral, a patologia. (BADINTER, 1985, p.42)

Criticada inclusive entre as feministas, a autora não nega, em sua obra *Um amor conquistado*: o mito do amor materno, que exista o amor materno, apenas afirma que, ainda que ele exista desde a origem dos tempos, não acontece obrigatoriamente para todas as mulheres. Ela apresenta duas justificativas para

essa afirmação: a primeira é a de que qualquer um pode “maternar” uma criança; a segunda é que, tanto quanto o desejo da mãe, muitos outros fortes artifícios levam a mulher a cumprir suas obrigações maternas, como os valores religiosos, sociais e morais, pois “o amor materno é apenas um sentimento humano. E como todo sentimento, é incerto, frágil e imperfeito. Contrariamente aos preconceitos, ele talvez não esteja profundamente inscrito na natureza feminina” (BADINTER, 1985, p. 22).

Um dos únicos espaços sociais em que a mulher parece ser valorizada é o ambiente doméstico, já que os cuidados com os filhos e com a casa transmitem a ela uma sensação cômoda e gratificante de soberania e poder, em oposição ao espaço público, por exemplo, em que ela seria vista como um indivíduo de segunda classe. Qualidades como paciência, submissão e abnegação não são esperadas somente da boa mãe, mas de todas as mulheres, pois o instinto maternal é um atributo intrínseco do feminino, segundo a falácia do determinismo biológico inventada pela sociedade patriarcal. De modo similar, para Chodorow, a teoria evolucionista-funcionalista e seus argumentos biológicos de sobrevivência e de divisão do trabalho por sexos não explicam suficientemente a maternação<sup>12</sup> das mulheres, sequer oferecem argumentos convincentes “com base na biologia da razão pela qual as mulheres, ou mães biológicas, devam ou tenham que cuidar de crianças” (1990, p. 39-40). O outro argumento refutado pela autora é, assim como o faz Badinter (1985), o do instinto maternal - ou maternizante, como ela denomina. Esse desejo, baseado na capacidade da mulher em gestar e amamentar e que tornou-se ideologicamente intrínseco à condição feminina, é o reflexo de uma criação social e cultural com visíveis objetivos de subjugá-la ao âmbito doméstico. Como sinaliza Chodorow (1990, p. 48)

Não há prova para mostrar que hormônios ou cromossomos femininos fazem alguma diferença na maternalidade humana, e há considerável evidência de que mães não biológicas, crianças e homens podem proporcionar cuidados maternos e paternos tão adequadamente quanto as mães biológicas e sentir-se tão maternos quanto elas.

Ao explicar a reprodução da maternação das mulheres, a autora afirma que essa “perpetua-se através de mecanismos psicológicos e sociais

---

<sup>12</sup> *Mothering* é o termo original em inglês utilizado pela autora.

estruturalmente induzidos”, pois, segundo sua abordagem, “as mulheres vêm a maternar<sup>13</sup> porque foram maternadas por mulheres. Por outro lado, porque os homens foram maternados por mulheres suas capacidades de cuidar de crianças ficaram reduzidas” (CHODOROW, 1990, p. 261). Assim, numa sociedade dominada pelos indivíduos masculinos, a forma como o cuidado com os filhos é organizada, aparentemente universal e inevitável, produz a desigualdade entre os sexos e a distinção dos papéis, reforçada, conseqüentemente, pela divisão sexual do trabalho.

Sendo o instinto maternal uma invenção, todos os indivíduos estariam aptos para os cuidados com as crianças, não apenas aquele que gesta. Se abarcarmos outras formas de cuidado que não aquelas envoltas nas relações heteronormativas, veremos uma distribuição muito mais homogênea dessas tarefas. Em toda a nossa história, poucas são as civilizações que compartilham igualmente entre todos os cuidados com as crianças. No entanto, entre indígenas e tribos africanas é muito comum o senso de responsabilidade coletivo, em que o cuidado com as crianças é tarefa de todas as mulheres da aldeia. Essa divisão, ainda que não igualitária, porque não costuma contar com homens, já torna o exercício da maternagem mais fácil e acolhedor, em que mães devem dar conta das tarefas completamente sozinhas.

Quando, quase na década de 1980, as mulheres conseguem controlar a reprodução, surge, paralelamente, uma ideia de liberdade e igualdade em relação aos homens. A maternidade deixou de ser prioridade, o que possibilitou uma gama maior de estilos de vida. Por outro lado, as mulheres que optaram por ter filhos acabaram tendo que conciliar, por um lado, todos os deveres maternos e domésticos, e por outro, as questões profissionais e pessoais, já que a divisão de tarefas era e continua sendo ainda hoje uma utopia na maioria dos lares.

Segundo Badinter (1985), a crise econômica dos anos 1990 fez muitas mulheres retornarem exclusivamente ao ambiente doméstico, já que os salários baixos não compensavam a dedicação. Aliado a isso, começaram a surgir mais teorias que colocavam a mulher como a única responsável pela alimentação e educação das crianças. É também nesse contexto que surgem as disparidades salariais entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Surgem também as

---

<sup>13</sup> *To mother* é a expressão original em inglês utilizada pela autora.

discussões acerca do que é ser mãe: é aquela que fornece o óvulo? A que educa? A que alimenta?

O trabalho não só favoreceu o orçamento dos cônjuges, como também contribuiu para mudanças nas representações culturais e sociais da figura feminina. Como esclarece Chodorow (1990), para algumas mulheres, a maternidade não mais comporta sinônimo de feminilidade, uma vez que não se constitui como destino natural para todas elas. Da mesma maneira, Badinter (2011) salienta o surgimento de uma diversidade de modos de vida para as mulheres. Assim, é possível dar lugar a outras ambições pessoais, optar por uma vida de casal sem filhos ou até mesmo atender o desejo pela maternidade e, concomitantemente, realizar-se em alguma atividade profissional. Essa liberdade de escolha vem transformando sensivelmente a condição da maternidade e dando fim às representações sociais de que o desejo pelos cuidados maternos seria o destino único e natural para todas elas. Junto às mulheres que se realizam na maternidade, uma outra classe delas se questiona sobre as possibilidades de conciliar os lugares de mãe e mulher. O destino de cada mulher não mais se restringe à maternidade, uma vez que existem outras vias possíveis e desejáveis para elas. O destino pode ser escrito, de distintas formas, por cada uma.

Ao problematizar as opções de recusa, acolhimento ou negociação da maternidade inerentes ao ser mulher, Badinter sinaliza a impossibilidade de identificarmos uma essência ou uma identidade feminina, pois,

ao lado das que encontram plena realização na maternidade, e daquelas que, cada vez mais numerosas, voluntariamente ou não a recusam, há todas as que, sensíveis à ideologia materialista dominante, se interrogam sobre a possibilidade de conciliar os desejos de mulher e os deveres de mãe (BADINTER, 2011, Locais do Kindle 126-128).

O desejo de ter filhos não é nem constante, nem universal. Algumas os querem, outras não os querem mais, outras, enfim, nunca os quiseram. Já que existe escolha, existe diversidade de opiniões, e não é mais possível falar de instinto, ou de desejo universal (BADINTER, 2011, Locais do Kindle 149-150).

A autora relativiza a possibilidade de conciliação entre os deveres da mãe e os desejos da mulher. Não se questiona a mulher do porquê ela é mãe, apenas questiona-se a mulher que não é mãe, já que a modernidade trouxe consigo a ideia de que toda mulher se torna mãe por vontade própria. Pensando sobre essas

questões, será que as cobranças às mães do século XXI são diferentes das de séculos passados?

Dentre os diversos assuntos que separam o feminismo de mulheres brancas do de mulheres negras, principalmente num país miscigenado como o Brasil, o mais profundo é a maternidade. A essas últimas é negado esse direito. A categoria social ou identitária da mulher negra subalterna orienta o acesso e o modo de atendimento recebido por parte dos serviços de saúde nos diários casos de violência institucional. Relatos de violência obstétrica, aqueles praticados contra a mulher no exercício de sua saúde sexual e reprodutiva, são expressivamente mais comuns para com as mulheres negras, pois são elas as que mais peregrinam em busca de um hospital na hora do parto, ficam mais tempo em espera para serem atendidas, têm menos tempo de consulta, estão submetidas a procedimentos dolorosos sem analgesia, estão em maior risco de morte materna. Os dados foram levantados pela Pesquisa Nascer no Brasil: Pesquisa Nacional sobre Parto e Nascimento, coordenada pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ, 2014), que aponta ainda uma maior porcentagem de morte materna entre elas.

Esse é apenas um dos aspectos que as separam. Somam-se a ele os estereótipos de que as mulheres negras são "fortes", "excelentes parideiras", "boas de leite", entre tantos outros, e que dão início ao exercício de uma maternidade solitária e carregada de racismo. As informações compartilhadas entre grupos de mães também as excluem; temas como puerpério, depressão pós-parto ou criação dos filhos pouco são enfatizados com relação às mães negras. O racismo hierarquiza a reprodução, e a maternidade só é concedida a elas se for transferida – as mulheres negras ainda são maioria entre babás e empregadas domésticas, em grande parte de indivíduos brancos. Vista como um objeto sexualizado e estéril sob a ótica do racismo e do sexismo, assim como partes do imaginário da erotização e do sexo, a mulher negra vivencia uma maternidade oposta à da mulher branca, essa última marcada naturalmente para o casamento e a maternidade.

Ainda que direcionando sua atenção para as mulheres norte-americanas de origem africana, asiática, hispânica e nativas, uma das mais influentes pesquisadoras do feminismo negro nos Estados Unidos, Patricia Hill Collins, é também uma das poucas autoras a problematizar a maternidade universalizada

pelas teorias feministas. A socióloga introduz o termo *motherwork* - em tradução livre *trabalho materno* - com a clara intenção de quebrar as dicotomias implícitas nessas experiências entre público e privado, comunidade e indivíduo, família e trabalho. E, a partir dos estudos realizados sobre as experiências daquelas mães, as quais ela denomina de *racial ethnic women* - em tradução livre mulheres étnico-raciais - ou *women of color* - em tradução livre *mulheres de cor* -, Collins identificou três pilares que sustentam a concepção dos conceitos: sobrevivência, poder e identidade. Envoltas nesses temas centrais estão questões que caracterizam as experiências de trabalho dessas mulheres-mães, que ocorrem nos limites que marcam essas dualidades, como

a importância de trabalhar para a sobrevivência física das crianças e da comunidade, a natureza dialética do poder e da impotência na estruturação dos padrões maternos e o significado da autodefinição na construção da identidade racial individual e coletiva [...] (COLLINS, 1994, p. 374, tradução nossa).<sup>14</sup>

De toda forma, identificar esses três assuntos demonstram principalmente como a teorização feminista sobre a maternidade pode ser repensada se diferentes vozes tornarem-se centrais no discurso feminista (COLLINS, 1994), pois, colocar as preocupações das mulheres de cor em primeiro lugar significa garantir a sobrevivência física das crianças, capacitar as mães e manter a identidade cultural diante do racismo. As mulheres negras continuam a ter menos acesso a informações sobre controle de natalidade ou aborto e continuam a ter acesso mais restrito a empregos e recursos para permitir que cuidem de seus filhos.

Para Collins (1994), as teorias feministas que abordam a maternidade surgiram em contextos muito específicos, tanto políticos, quanto intelectuais e, por consequência, suas teóricas contaram com o fato de que elas pudessem funcionar em qualquer conjuntura social. No entanto, a descontextualização apenas gera teorias universais sobre o comportamento humano e que não possibilitam generalizar as experiências das mulheres.

---

<sup>14</sup> [...] the importance of working for the physical survival of children and community, the dialectical nature of power and powerlessness in structuring mothering patterns, and the significance of self-definition in constructing individual and collective racial identity [...].

Da mesma forma que posições variáveis em sistemas de privilégios, seja raça, classe, sexualidade ou idade, geram experiências divergentes com a maternidade, ao examinarmos a maternidade e a mãe como um sujeito de várias perspectivas, deve revelar ricas texturas da diferença. Mudar o centro para acomodar essa diversidade promete recontextualizar a maternidade e nos apontar para uma teoria feminista que abraça a diferença como parte essencial de um ponto em comum (COLLINS, 1994, p. 386, tradução nossa).<sup>15</sup>

Observando a cultura nigeriana, mais especificamente as tradições igbo, percebemos que elas supervalorizam a maternidade no sentido de que ter filhos é a certeza de que a mulher afirmou sua identidade, atingiu sua plenitude como mulher e cumpriu seu único possível destino natural. Obrigadas a conceber, a infertilidade transforma-se em um enorme tabu para essas mulheres e suas famílias, trazendo grande vazio, levando ao isolamento ou à exclusão social e ao sofrimento contínuo.

Como vimos na seção anterior, a modernidade está intrinsecamente ligada à colonialidade, que nega a existência de epistemologias e mundos com princípios ontológicos diferentes da lógica opressora dicotômica e hierarquizada. Pensando nessa metodologia, é de suma importância o pensamento desenvolvido pela pesquisadora nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí e a contribuição de um feminismo que vem de outros contextos, que não ocidentais. Percebemos que o racismo é ainda tão profundo que se alastra inclusive nos campos dos saberes sociais e humanos. A autora traz sua contribuição a partir da sua experiência e do seu ponto de vista, sem as lentes da visão ocidental.

Ainda que Oyěwùmí (2004) critique o feminismo branco eurocêntrico, ela reconhece o poder desse movimento de transformar o que pareciam ser problemas pessoais das mulheres em questões públicas, já que suas experiências de opressão constituíram o gênero como pesquisa. No entanto, para a autora, gênero é uma construção sociocultural que não pode ser pensada distante de raça ou classe, por exemplo. Assim, ela afirma que, para o feminismo branco, a categoria mãe está “definida como esposa do patriarca. Parece não haver compreensão do papel de mãe independente de seus laços sexuais com um pai” (OYĚWÙMÍ, 2004, p. 5). Por

---

<sup>15</sup> Just as varying placement in systems of privilege, whether race, class, sexuality, or age, generates divergent experiences with motherhood, examining motherhood and mother-as-subject from multiple perspectives should uncover rich textures of difference. Shifting the center to accommodate this diversity promises to recontextualize motherhood and point us toward feminist theorizing that embraces difference as an essential part of commonality.

isso, ao tecer suas críticas, ela argumenta que toda a teoria feminista está baseada na ideia de família nuclear generificada e patriarcal, euro-americana - marido, esposa e filhos -, em categorias definidas como sendo naturais e em papéis fixos, o que (re)produz a sociedade generificada. Ainda que tenha sido extensivamente promovida pelo sistema colonial, como vemos em África, a família nuclear não é universal, como explicita OYĚWÙMÍ (2004, p. 5):

A mulher no centro da teoria feminista, a esposa, nunca fica fora do domicílio. Como um caracol, ela carrega a casa em torno de si mesma. O problema não é que a conceituação feminista comece com a família, mas que ela nunca transcenda os estreitos limites da família nuclear. Consequentemente, sempre que mulher está presente, torna-se a esfera privada da subordinação das mulheres. Sua própria presença define-a como tal.

A partir dessa concepção, a autora insere um outro elemento para a problematização, o qual percebemos como fundamental para entendermos a obra a ser analisada neste estudo. Na família lorubá tradicional, uma das maiores culturas da Nigéria, a organização fundamental da família é sistematizada por meio da antiguidade baseada na idade cronológica, não sendo especificados os papéis de parentesco e categorias por gênero, pois “o princípio da antiguidade é dinâmico e fluido; ao contrário do gênero, não é rígido ou estático” (OYĚWÙMÍ, 2004, p. 6).

Como ocidentais, é difícil compreendermos uma epistemologia como a que organiza a família lorubá. É necessário complexificar nosso pensamento dicotômico e binarista para entendermos que o gênero para aquela sociedade é uma construção social e histórica advinda do colonialismo, já que, segundo a autora, ele nunca foi um princípio de organização antes da chegada dos ingleses, da mesma forma que a “questão da mulher” é uma visão ocidental e não pode ser utilizada para visualizar a cultura africana. Para a autora,

mães são, antes de tudo, esposas. Esta é a única explicação para a popularidade do seguinte paradoxo: mãe solteira. A partir de uma perspectiva africana e como uma questão de fato, mães por definição não podem ser solteiras. Na maioria das culturas, a maternidade é definida como uma relação de descendência, não como uma relação sexual com um homem. Dentro da literatura feminista, a maternidade, que em muitas outras sociedades constitui a identidade dominante das mulheres, está subsumida a ser esposa. Porque mulher é um sinônimo de esposa, a procriação e a lactação na literatura de gênero (tradicional e feminista) são geralmente apresentadas como parte da divisão sexual do trabalho. A

formação de casais pelo casamento está assim constituída como a base da divisão social do trabalho (OYĚWÙMÍ, 2004, p. 5).

A categoria mãe é uma criação do ocidente cristão que, presa à heterossexualidade e à família nuclear, torna-se opressora. Primeiramente como filha, depois como esposa e então, mãe, é sempre sujeita às ordens do pai ou da figura masculina. Esse deslocamento é desenvolvido pela mesma autora na obra *The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses*, de 1997, momento em que ela repensa as categorias básicas de mulher e gênero segundo a visão lorubá. A categoria social "mulher" não existia para essa cultura antes da colonização ocidental. Ela afirma que, ainda que o corpo sempre tenha sido e ainda é um elemento muito material nessas comunidades, ele não era, anteriormente "[...] base dos papéis sociais, nem de suas inclusões ou exclusões, não era o fundamento da identidade ou do pensamento social" (OYĚWÙMÍ, 2017, p. 16)<sup>16</sup>. O Ocidente tem uma importância muito forte para entender como e por que se criou o gênero.

Da mesma forma que outras teóricas feministas, para ela o determinismo biológico é que rege toda a lógica cultural do Ocidente:

A lógica cultural das categorias sociais ocidentais está baseada em uma ideologia do determinismo biológico: a convicção de que a biologia fornece a razão fundamental da organização do mundo social. Como, anteriormente, esta lógica cultural na realidade é uma "bio-lógica" (OYĚWÙMÍ, 2017, p. 51)<sup>17</sup>.

A abordagem da nigeriana ainda relaciona a interferência da língua nessa hierarquia baseada no gênero. Para tanto, ela cita diversos usos da linguagem na sociedade lorubá, anteriores ao comércio de escravos e ao imperialismo. Naquele período não havia a distinção entre palavras como filho ou filha, irmão ou irmã, assim como os nomes dos indivíduos não eram específicos para cada sexo. Citando apenas dois exemplos; em lorubá, *oba*, que significa governante, denota uma

<sup>16</sup> “[...] la base de los roles sociales, ni de sus inclusiones o exclusiones, no era el fundamento de la identidad ni del pensamiento social”.

<sup>17</sup> “La lógica cultural de las categorías sociales occidentales está basada en una ideología del determinismo biológico: la convicción de que la biología proporciona la razón fundamental de la organización del mundo social. Así, como fue señalado anteriormente, esta lógica cultural en realidad es una ‘bio-lógica’”.

posição social a ser ocupada por um homem ou por uma mulher, no entanto, na tradução ocidental o termo passou a significar “rei<sup>18</sup>” (OYĚWÙMÍ, 2017, p. 165), o que demonstra o papel fundamental da linguagem (e aqui, especificamente, de tradução) na construção de gênero. A normatização do masculino segue, de fato, a língua inglesa originária dos colonizadores, que transformou a cultura daquele povo em relações binárias, dicotômicas e hierarquizadas. De qualquer modo, não é nossa intenção neste estudo verificar as questões de tradução.

A partir de tudo o que foi exposto, percebemos a necessidade de descolonização da maternidade e de rompermos com sua imagem sacralizada também por parte da crítica feminista, já que até mesmo suas estudiosas acabam por universalizar e limitar essa experiência. Como percebemos em Oyěwùmí (2004; 2017), existem organizações familiares diferentes da perspectiva ocidental. Dos preceitos da interseccionalidade, propostos majoritariamente por autoras negras, podemos perceber as experiências maternas subjetivas que compõem a visão supervalorizada da maternidade construída, em grande parte, pelos escritores homens, que não aprofundam questões de interesse central das mulheres, já que é intenção desta investigação se aprofundar no papel que a literatura tem na construção ou desconstrução de estereótipos. É necessário, antes,

envolver muito mais do que consultar fontes de ciências sociais existentes, colocar as idéias e experiências de mulheres de cor no centro da análise requer invocar uma epistemologia diferente sobre qual tipo de conhecimento é válido. Devemos distinguir entre o que foi dito sobre grupos subordinados no discurso dominante e o que esses grupos podem dizer sobre si mesmos se for dada a oportunidade. Narrativas pessoais, declarações autobiográficas, poesia, ficção e outras declarações personalizadas foram usadas por mulheres de cor para expressar pontos de vista autodefinidos sobre maternidade e maternidade. Esse conhecimento reflete o ponto de vista autêntico dos grupos subordinados (COLLINS, 1994, p. 374, tradução nossa)<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> “rey”.

<sup>19</sup> Involving much more than consulting existing social science sources, placing the ideas and experiences of women of color in the center of analysis requires invoking a different epistemology concerning what type of knowledge is valid. We must distinguish between what has been said about subordinated groups in the dominant discourse, and what such groups might say about themselves if given the opportunity. Personal narratives, autobiographical statements, poetry, fiction, and other personalized statements have all been used by women of color to express self-defined standpoints on mothering and motherhood. Such knowledge reflects the authentic standpoint of subordinated groups.

Ao olharmos acuradamente para uma pequena amostra de obras contemporâneas escritas por autoras negras das mais distintas nacionalidades e faixas etárias, percebemos uma diferenciação da abordagem a respeito do tema maternidade. Nelas, a preocupação da mulher branca com o ter ou não filhos não é uma questão relevante na maternidade da mulher negra: ela simplesmente quer ter o direito de ter filhos. Exemplo disso é o fenômeno de esterilização em massa das mulheres negras brasileiras<sup>20</sup>, fundamentalmente entre aquelas de baixa renda, como parte do projeto de eugenia adotado historicamente no Brasil que objetivava controlar o crescimento populacional da comunidade negra e pobre. Foi apenas em 1996, com a aprovação da Lei do Planejamento Familiar (Lei 9263/96), que estabelece direitos e garantias para a constituição familiar no país, que ficou proibido qualquer tipo de controle demográfico e passou-se a regular o uso da esterilização (ALMA PRETA, 2017). No entanto, ainda hoje, no que diz respeito ao cuidado de mulheres negras e à maternidade, são elas que mais morrem em consequência de causas relacionadas à essa experiência e que mais sofrem violências obstétricas. O percurso de uma gestação para as mulheres negras é carregado de violências institucionais, raciais e obstétricas, já que o direito à reprodução, à gestação e ao parto humanizado são ainda pautas de luta e resistência para essas mulheres. As narrativas, sejam contemporâneas ou não, ampliam as experiências de maternidade: criar os filhos sozinha e em meio à “fome amarela” sentida pela narradora de *Quarto de Despejo*, de Maria Carolina de Jesus, ou perder todos os sete filhos que nasciam e nunca “vingaram” como para a protagonista de *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo, são situações que refletem essa pluralidade na literatura ficcional. Problemas tão distantes das questões como amamentar em público, poder de escolha do tipo de parto, mercado de trabalho para as mães, depressão pós-parto, *baby blues*, maternidade como um obstáculo para a libertação feminina até a própria questão do amor materno. Se a maternidade branca é supervalorizada, a maternidade negra é compreendida como um problema.

---

<sup>20</sup> Nos anos 90, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) constatou que 45% das mulheres em idade reprodutiva foram esterilizadas nesse período - desde a década de 1940 até 1990 - com o preceito do Decreto Lei 7967 que, dentre outros pontos, determinava que os imigrantes seriam admitidos em vistas a preservar a ascendência europeia do Brasil (ALMA PRETA, 2017).

### 3.4 A ficção contemporânea reconfigurando a maternidade

Problematizações, questionamentos e discussões permeiam, na contemporaneidade, as possibilidades de reflexão dos conceitos de maternidade, conforme podemos perceber nos mais diversos movimentos empreendidos por mulheres que são, que pretendem ou não ser mães. Dentre os livros técnicos sobre maternidade, uma grande parte são manuais, guias e diários sobre a gestação, o bebê e os cuidados com ele, o best-seller mundial *O que esperar quando você está esperando*, publicado na década de 1980 por Arlene Eisenberg (2000), é o maior representante dessa categoria - e em menor número são obras que problematizam as questões da mãe que acabou de nascer, da mesma forma que a relação entre escrever e criar filhos tem ganhado um espaço importante nas publicações contemporâneas.

Há uma enxurrada de livros não ficcionais sendo publicados em todo o mundo sobre a ampla variedade de experiências conflituosas advindas da maternidade, como *Mães arrependidas*, da socióloga israelense Orna Donath (2017), que aborda a maternidade compulsória e o arrependimento dela por meio de um estudo com 23 mulheres, nos colocando a repensar políticas de reprodução e nossas idealizações sobre a figura materna. Os depoimentos demonstram que os mais distintos caminhos que levam as mulheres a ser mães estão permeados por incertezas, acaso, confusão e contradições, já que a maioria delas não sabe dizer se a maternidade simplesmente aconteceu ou se lhes foi imposta. Já a feminista brasileira, Tayná Leite, indo ao encontro do nosso posicionamento nesta pesquisa, entende que a maternidade é compulsória e que o instinto materno é uma construção social. Assim, em seu livro *Gestar, parir, amar: não é só começar* (2019), a autora identifica dois movimentos de definição da maternidade na sociedade contemporânea, dois lugares totalmente opostos, o de romantização e de desromantização. No entanto, Leite (2019) prefere um terceiro caminho, o que combate o discurso da culpa e sua naturalização enquanto destino materno, pois, para ela, esse é um problema estrutural e não individual.

Com a popularização das mídias digitais, crescem os *podcasts*, canais de áudio que discutem abertamente questões específicas das mulheres, incluindo a

maternidade, como o *Maria vai com as outras*, produzido pela *Revista Piauí*, e o *É nóia minha?*, de autoria de Camila Fremder; e *vloggers* como o *HelMother*, de autoria de Helen Ramos, que busca desromantizar a maternidade e discutir o papel da “mãe solo”, expressão que ela utiliza para o tradicional “mãe solteira”. Blogs também participam dessa seara digital de trocas a respeito das mais variadas experiências do maternar, como o *Cientista que virou mãe*, o *Mães que escrevem*, o *A mãe preta* e o coletivo *Não me chamo mãe*. Direcionamentos distintos que pretendem problematizar a definição das categorias mulher e mãe.

Já na literatura de ficção, especificamente nas obras escritas por mulheres, percebemos uma discussão mais profunda sobre o tema, principalmente porque a voz narrativa desses textos é feminina e problematizam as diversas experiências do ser mãe (ou não). Identificamos na literatura contemporânea um aparecimento gradual de narrativas que trazem para a discussão as mais distintas perspectivas sobre a maternidade do ponto de vista da mulher. O romance *Maternidade* (2019), da canadense Sheila Heti, retrata algumas mulheres que, até então, não se viam representadas: aquelas que decidem não ter filhos. A escolha entre ser ou não mãe é uma decisão tão difícil na vida da narradora-protagonista que ela apela para a arte da adivinhação do *I Ching*. Jogando três moedas, em que duas ou mais caras significa sim e duas ou mais coroas, não, ela constrói a linha narrativa e embasa suas escolhas no que esse misterioso oráculo revela, o que é apenas uma das estratégias encontradas para preterir a escolha até que o relógio biológico não a permita conceber.

A grande contribuição de Simone de Beauvoir (2016a; 2016b) para o pensamento feminista contemporâneo, o conceito de experiência vivida, se aproxima da experiência da própria filósofa da não maternidade. Se é egoísmo não querer ter filhos, também não o seria tê-los? Ainda que uma mulher não tenha filhos, ela é induzida a pensar neles o tempo todo, já que a sociedade faz lembrá-la que não está cumprindo sua missão fundamental enquanto mulher.

Seguindo um gênero mais ensaístico, o mesmo tema é tratado pela escritora chilena de ascendência palestina, Lina Meruane. Sob uma perspectiva mais crítica e contundente, a obra de não ficção *Contra os filhos* (2018) - um diatribe, como ela mesma denomina - traz, num tom agressivo e irônico, discussões

acerca da proeminência da presença dos filhos na vida dos pais, mais especificamente na das mães, que se transformaram em indivíduos dominados pelos próprios filhos, fazendo surgir daí termos contemporâneos como “filho-tirano” e “síndrome do imperador”. Ela trata, inclusive, da falta de um termo próprio para aquelas que não querem ter filhos. As mulheres da contemporaneidade estão mais comprometidas com a maternidade e com mais obrigações com os filhos do que suas mães ou avós, por exemplo. Por fim, assim como o fazem outras autoras feministas, Meruane aponta que o principal problema continua sendo a falta de assistência do Estado e de medidas estatais como legalização do aborto, ampla disponibilização de métodos contraceptivos de um lado, e de creches e escolas públicas de qualidade, bem como hospitais que possibilitem um parto mais humanizado, de outro. Ou seja, a questão de ter ou não filhos é menos particular e mais estrutural.

Em *La Mejor Madre del Mundo* (2019), da jornalista e escritora espanhola Nuria Labari, a protagonista aborda sua própria maternidade como um cadáver ao qual ela disseca. O romance, em que ficção, autobiografia e ensaio convergem, não poupa verdades para falar abertamente sobre as consequências da maternidade ao quebrar muitos mitos e convenções sobre os quais poucas mulheres se atrevem a falar, enriquecendo o debate sobre a ambivalência gerada por essa experiência na identidade feminina contemporânea. Junto a isso é relevante a problematização acerca da escrita, pois a protagonista decide escrever uma história de vida ou morte, um duelo entre a escritora que era e a mãe que se tornou, nunca podendo coexistir os dois indivíduos no mesmo espaço ficcional: caso vença a mãe, o livro se tornará um diário sobre a maternidade e uma parte da escritora morrerá tentando. Caso vença a escritora, a ficção arrebatará sua própria história, elevando sua maternidade ao universal. De toda forma, será a escritora que fulminará a mãe.

Ayobami Adebayo, jovem escritora nigeriana aluna de Margareth Atwood, autora de *Fique Comigo* (2018), livro eleito no Reino Unido pelo *The New York Times* e pelo *The Guardian* como um dos melhores de 2017, ano em que foi lançado em inglês. O romance conta a história do casal Yejide e Akin, extremamente apaixonado e juntos há quatro anos, mas que não consegue ter filhos. Pressionados pela cultura e pelas respectivas famílias, eles veem o

relacionamento em uma situação de risco após os pais sugerirem que ele casasse com outra mulher para, então, conseguir dar descendentes para a família, colocando fim à relação monogâmica. Para narrar, Adébáyò intercala capítulos narrados em primeira pessoa por Yejide e por Akin — dessa forma, conhecemos os pensamentos de cada um e vamos mergulhando profundamente no mais íntimo dos dois -, assim como somos guiados por duas linhas temporais, em meio a um contexto de golpes militares, eleições fraudulentas e disputas sociais na Nigéria dos anos 1980. O peso de um casal não ter filhos é uma questão cultural nigeriana muito importante e é o que desencadeia todas as tragédias da narrativa, principalmente porque a culpa sempre recai sobre a mulher, responsável pela infertilidade em qualquer situação.

O suspense *Canção de Ninar* (2018) consagrou Leïla Slimani como a primeira autora de origem marroquina a vencer o prestigiado prêmio francês de literatura *Goncourt*, exatamente durante sua segunda gravidez. Escrito na terceira pessoa e com capítulos curtos, o *thriller* conta a história de uma babá que mata duas crianças após ficar obcecada pela rotina dos patrões. Ao expor algumas problemáticas do mundo contemporâneo, traz como ponto central o sofrimento das mulheres ao provocar uma reflexão sobre o dilema da maternidade. Elas são culpadas por não darem atenção aos filhos por causa do trabalho enquanto são criticadas da mesma forma caso abandonem a profissão para cuidar da família. Por outro lado, a obra dá voz também à babá, já que a narrativa tem como protagonistas duas mulheres, socialmente eleitas como responsáveis pelo cuidado com os filhos.

Outras duas obras obtiveram destaque mundial quando o assunto é a maternidade e o lugar da mulher na sociedade. *A filha perdida* (2016), da italiana Elena Ferrante e *O conto da aia* (2017), da canadense Margareth Atwood, apesar dos enfoques distintos, demonstram que, além das experiências maternas diferentes e únicas, existem preocupações em comum, como a problemática do corpo, a qual iremos aprofundar na seção seguinte. De qualquer modo, percebemos ainda, nesses movimentos, uma falta de representação da maternidade homoafetiva ou por adoção, por exemplo. Por fim, percebemos que a maternidade é um problema do Estado e da sociedade de modo geral, não das mulheres, ou mesmo apenas das famílias.

Stevens (2007) afirma que a falta de mães como protagonistas nos textos literários colaborou para reforçar estereótipos e seu papel secundário nas narrativas - um indivíduo que existe sempre na relação com outra personagem, o filho. Mesmo nas narrativas escritas por mulheres até os séculos XIX e início do XX, em que há a presença da mãe como personagem, “a maternidade é raramente temática central: as mães muitas vezes representam forças conservadoras contra as quais os personagens têm que lutar” (STEVENS, 2007, p. 44). As obras apresentadas anteriormente deslocam esse lugar, colocando-se na perspectiva da mãe, apontando para novas construções de sua imagem, assim como produzem novas identidades e subjetividades.

Dentro desse contexto, as mulheres também precisam optar por escrever livros ou ter filhos, como problematizou a reportagem do jornal *El País* (2019). Nela, escritoras apontam essa relação como um entrave em suas carreiras, como o depoimento da autora canadense Alice Munro, primeira escritora especializada em contos a receber um Prêmio Nobel de Literatura, em 2013, cujo gênero conseguia produzir durante as sextas das filhas. E quando falamos em exploração da força de trabalho não podemos deixar de reconhecê-la como outro grande entrave à consolidação das mulheres na literatura, pois escrever demanda tempo e tempo livre é algo que, até muito pouco tempo, era um privilégio exclusivamente masculino. Essa discussão já foi o tema central de *Um teto todo seu*, de Virginia Woolf (2014), na década de 1920. Por meio de um alter ego ficcional, uma mulher a percorrer um campus universitário, a autora problematiza as dificuldades enfrentadas pelas escritoras do seu tempo: as poucas que conseguiram publicar possuíam uma boa condição financeira, não tinham filhos e seus maridos eram compreensivos, pois não se opunham às suas “extravagâncias” - estigma social que as levava, inclusive, a deixar de utilizar seus nomes verdadeiros e a se esconder em pseudônimos masculinos.

Enquanto homens e mulheres têm sua força de trabalho explorada pelo sistema capitalista, as mulheres, além de se encontrarem na mesma situação, têm sua força de trabalho explorada também em casa, já que todos os afazeres domésticos, incluindo o cuidado com as crianças, ficam a cargo delas. Ainda que essa situação não seja mais tão comum quanto era no passado, o suplemento

*Outras Formas de Trabalho*, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, realizado pelo IBGE em 2018, demonstra que elas continuam a dedicar mais tempo para os cuidados.

As mulheres dedicaram, em média, 21,3 horas por semana com afazeres domésticos e cuidado de pessoas em 2018, quase o dobro do que os homens gastaram com as mesmas tarefas – 10,9 horas. [...] A situação no mercado de trabalho também pouco impactava na jornada doméstica feminina. Mesmo trabalhando fora, a mulher cumpria 8,2 horas a mais em obrigações domésticas que o homem também ocupado. A diferença era ainda maior entre homens e mulheres não ocupados. Nessa condição, elas trabalhavam 11,8 horas a mais que eles.

[...] Os dados também mostraram que na condição de cônjuge ou companheira, as mulheres trabalhavam ainda mais, chegando a alcançar 97,7% delas, enquanto entre os homens, na mesma situação, a incidência foi de 84,6%. (IBGE, 2019).

A isso se soma o fato de as mulheres terem tido direito - o que, de modo algum, significa acesso - à educação no Brasil somente em meados do século XIX (DEL PRIORI, 1993) - ainda assim, com uma grade de disciplinas extremamente limitante e limitada a assuntos de educação doméstica. Um reflexo dessa situação é facilmente percebido quando observamos obras que reúnem textos canônicos, a exemplo de *Os cem melhores poemas brasileiros do século*, *Os cem melhores contos brasileiros do século* ou *As cem melhores crônicas brasileiras*, todos organizados por homens. Quantos autores considerados nessas seleções são mulheres? E quantas delas são negras? Ou ainda a recente coletânea *Por que ler os contemporâneos?*, ainda que organizada por uma mulher, contempla maior número de textos masculinos. Tendo menos tempo livre e menos acesso à educação, as mulheres da ficção acabam por existir muito mais pela lente masculina, assunto que iremos aprofundar na seção seguinte.

#### 4 UM CORPO QUE ESCREVE: LINGUAGEM E PODER NA LITERATURA DE AUTORIA FEMININA

*Soy una madre amateur y ya estoy acabada: escribo a espaldas de mis hijas, como si ellas no fueran suficiente. Escribo cuando debería estar jugando con ellas o contándoles un cuento o preparando un bizcocho. [...] no creo que se pueda ser artista y escribir como una madre.*

Nuria Labari

Ainda que não problematizasse especificamente a questão da produção literária, a filósofa Mary Wollstonecraft - mãe de Mary Shelley, a autora de *Frankenstein: ou o Prometeu Moderno* - já levantava, no século XVIII, importantes discussões acerca da situação feminina na Europa. O texto *A reivindicação dos direitos das mulheres* (2015), publicado originalmente em 1792, a coloca como precursora do feminismo no contexto europeu. Foi inspirada em Mary que a brasileira Nísia Floresta, apontada como precursora do feminismo no Brasil (TELLES, 2004), escreveu, em 1832, *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*.

Limitadas à esfera doméstica e à reprodução, os escritos das mulheres são historicamente invisibilizados. Nesse contexto, Virginia Woolf, no início do século XX, apontou a falta de obras escritas por mulheres e sua exclusão do mundo acadêmico, a escassez de documentos que falam de sua história e o fato de que o pouco que se tem sobre elas foi escrito pelos homens. Em ensaios como *Um teto todo seu* (2014), baseado em duas conferências de 1928 e *Profissões para mulheres* (2012), texto lido pela escritora para a Sociedade Nacional de Auxílio às Mulheres em 1931 e publicado postumamente em 1942, a escritora traz discussões que ecoam até hoje na crítica feminista, como as dificuldades da inserção feminina no mundo profissional, intelectual e artístico da época.

Foi somente depois que as mulheres de parte do mundo ocidental passaram a votar que o movimento feminista ganhou força política e se viu refletido em publicações de figuras importantes. Segundo Toril Moi (1988), na vertente francesa, a mais importante é Simone de Beauvoir, com a publicação de *O segundo sexo*, em 1949. Logo mais, nos anos 60, foi a vez das mulheres da sociedade americana do pós-guerra reconhecerem seu descontentamento através da obra *The*

*Feminine Mystique*, de 1963, escrita por Betty Friedan (MOI, 1988). Como uma luta orientada pelos estudos acadêmicos, a crítica feminista aparece nesse contexto discutindo outras perspectivas com um enfoque cultural. Dessa forma, conforme destaca Moi (1988), são importantes para a crítica feminista angloamericana as contribuições, além de *Um teto todo seu*, de Virginia Woolf, e *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, de obras como *The Troublesome Helpmate*, de Katherine M. Rogers, em 1966, *Thinking about Women*, de Mary Ellmann, em 1968, e *Sexual Politics*, de Kate Millet, em 1969. Já no contexto francês, a autora destaca os nomes de Hélène Cixous, Luce Irigaray e Julia Kristeva, as quais tratam mais acerca da relação entre mulher, literatura e linguagem, colocando ênfase especial na diferença.

Conforme afirma Elaine Showalter (1994), foi por volta da década de 1970 que a crítica feminista passou a não apenas revisar as representações contidas nas obras literárias escritas por homens, para dar atenção à literatura produzida por mulheres, além de considerá-las um grupo literário distinto na acepção de uma tradição literária específica. Desde então, aparece o "estudo da mulher como escritora, e seus tópicos são a história, os estilos, os temas, os gêneros e as estruturas dos escritos de mulheres" (SHOWALTER, 1994, p. 29).

A par desses fatos, vemos que as mulheres que transcenderam e conseguiram tematizar em seus escritos a condição feminina o fizeram a partir de uma experiência de vida limitada ao espaço do lar e a esconder seus manuscritos sempre que alguém aparecesse (WOOLF, 2014). Nesse sentido, são tão importantes os estudos que dizem respeito ao processo de conquista de um discurso próprio das mulheres, intencionalmente preocupado com suas questões, permitindo-lhes assim definirem-se como sujeitos da escrita feminina.

Já na década de 1990, Rita Terezinha Schmidt (1995, p. 184) afirmava que "nunca se falou tanto, nunca se escreveu tanto sobre mulher e literatura quanto na última década", já que, até os anos 80, poucas escritoras haviam recebido o devido reconhecimento por parte da crítica. E percebemos, pelo exposto até aqui, que se continua falando muito sobre o tema, talvez mais, porque ainda estamos muito distantes de qualquer ideal de participação equânime dos gêneros nas mais diversas esferas do conhecimento.

Utilizamos o termo “feminino” como uma maneira de resgatar e de visibilizar o que foi silenciado, ou seja, textos escritos por mulheres e que dão voz aos mais distintos temas sem serem avaliados por padrões estéticos masculinos. No entanto, percebemos que não há um consenso entre as críticas sobre a utilização do termo escrita feminina. É um tema nebuloso, ambíguo e que causa certo desconforto, inclusive nas escritoras. Embora possuindo, em suas narrativas, temas e dicções marcadamente femininos, os negam em seus depoimentos pessoais, o que se deve a patriarcal ideia de que a literatura produzida pelas mulheres é inferior ou menor, na completa negação da diferença.

Para Lucia Castello Branco (1991), ainda que mantenha sempre uma relação com a mulher, a escrita (ou escritura) feminina não é exclusiva desta, podendo sua dicção ser encontrada em autores masculinos. Ela afirma, por outro lado, que, em suas pesquisas, encontrou nos textos de autoria feminina “um tom, uma dicção, um ritmo, uma respiração próprios”. Eles ainda falavam muito em “maternidade, do próprio corpo, da casa e da infância e quase nada ou (nunca) dos negócios, da vida urbana, das guerras, do mundo exterior ao eu”, além de trazerem consigo características como a “inflexão da voz, na respiração em geral simultaneamente lenta e precipitada, no tom oralizante de sua escrita” (CASTELLO BRANCO, 1991, p. 13-14). Em outra obra, a mesma autora ainda traz mais traços recorrentes dessa escrita, como a tentativa de dizer o indizível, que está fortemente apoiada na oralidade, num “ritmo e tempo peculiares” (CASTELLO BRANCO, 1989, p. 114), fundamentada na prática de contar histórias, função concedida às mulheres da família durante séculos.

Lya Luft e Buchi Emecheta foram transgressoras em suas épocas ao problematizarem o tema da maternidade; a segunda, indo além, desafiou ainda um período em que as mulheres da sua cultura eram excluídas dos processos de criação literária. Como uma conquista não apenas da possibilidade de escrita, mas principalmente de uma identidade da mulher escritora, acreditamos ser importante essa marca e a utilização desse termo, na clara intenção de percebermos as mulheres como sujeitos e não como objetos ficcionais ou meros elementos de uma narrativa, pois “o tom feminino não enfraquece as narrativas, antes subverte o cânone literário ao empregar a ele originalidade e força” (NAVARRO, 1995, p. 11).

Portanto, iremos problematizar nesta seção a questão da autoria feminina na literatura a partir de posturas críticas distintas, como Simone de Beauvoir, Elaine Showalter, Hélène Cixous e algumas das principais intelectuais que pensam sobre o assunto.

#### **4.1 A inscrição da diferença do corpo por meio da linguagem**

Ao optarmos por determinados autores e não outros para compor nossa bibliografia, realizamos escolhas teóricas que nos direcionam a uma outra política de citação e que partem de determinados conhecimentos ainda pouco visibilizados. Não é o caso da filósofa, ativista e feminista francesa Simone de Beauvoir, que, em 1949, publicou a obra que iluminaria o movimento feminista mundial e que ampliou o debate sobre desigualdades culturais, normas de gênero e o papel da mulher na sociedade. *O segundo sexo*, composto por dois volumes, *Fatos e mitos*, que faz uma reflexão sobre mitos e fatos que condicionam a situação da mulher na sociedade, e *A experiência vivida*, que analisa a condição feminina nas esferas sexual, psicológica, social e política, traz uma análise detalhada da opressão das mulheres e um tratado fundamental do feminismo contemporâneo.

O ponto de vista sobre os dados biológicos que Beauvoir traz logo no princípio da obra nos ajudam a compreender a intensidade da concepção fisiológica aliada ao destino natural e imutável de toda mulher, a maternidade, mas que devem ser antes esclarecidos “à luz de um contexto ontológico, econômico, social e psicológico” (BEAUVOIR, 2016a, p. 65). Como um corpo que inscreve sentidos culturais, inserindo neles a reprodução da feminilidade, o mito da mulher desempenha função considerável na sociedade ao tornar-se um dado absoluto, como bem podem ser percebidos na noção de eterno feminino, imposições criadas acerca do “ser mulher” e que as reafirmam como seres naturalmente frágeis, maternais e sensíveis, assim como na ideia de mistério feminino. De toda forma, a filósofa afirma que “recusar os mitos não é destruir toda relação dramática entre os sexos [...] é somente pedir que as condutas, os sentimentos, as paixões assentem na verdade” (BEAUVOIR, 2016a, p. 337). De lá para cá, seus conceitos foram

fundamentais para as mais distintas discussões, respostas que se afastaram ou se aproximaram de suas afirmações, mas que, de qualquer forma, comprovam a força dos escritos da filósofa francesa. Dallery (1997, p. 64) aponta um problema no modo como Beauvoir aborda o corpo: “como outros críticos, ela esquece, porém, de observar que o corpo da mulher é sempre mediado pela linguagem; o corpo humano é um texto, um signo, e não apenas um pedaço de matéria carnal”. Esse entendimento é chave para compreendermos as perspectivas de outras autoras, como as apresentadas a seguir.

Dada a multiplicidade de experiências femininas, todas distintas, é elementar ainda a discussão realizada por Sherry Ortner (1979) em seu artigo intitulado *Is Female to Male as Nature is to Culture?* a respeito do binarismo natureza/cultura, cujas fronteiras são muito bem demarcadas e tem estreita relação com a dominação do feminino pelo masculino e as distorções feitas pelo patriarcado a partir dessa concepção, especialmente sobre a maternidade. A antropóloga cultural americana critica esse binarismo e apresenta evidências que indicam a exclusão da mulher na concepção do pensamento racional, além da necessidade de controle tanto da natureza, quanto do feminino, no sentido de sua domesticação num contexto universal, o que a autora identifica como uma universalidade da subordinação feminina (ORTNER, 1979).

Ao afirmar que as mulheres são simbolicamente associadas à natureza por causa de sua função fisiológica de gerar outras vidas, em oposição aos homens, identificados com a cultura por criarem artificialmente através desta, Ortner (1979) se coloca como mais uma voz da crítica feminista a ressignificar a questão do corpo. A desvalorização pode ser explicada biologicamente pelo contraste fisiológico entre os sexos, no sentido de um determinismo biológico, no entanto, segundo ela, há um elemento mais abrangente que coloca a mulher nesse lugar inferior: a natureza no sentido mais geral. Esse binarismo natureza/cultura, que já é, em si, um produto e uma construção da cultura, coloca o feminino numa posição inferior na sociedade, num status secundário que, universalmente, caracteriza a subordinação. A subordinação naturalizada pela sociedade - ou melhor, pela cultura - sob as mulheres vem do fato de elas serem consideradas parte da natureza, o que reafirma

a premissa de que “o plano da cultura sempre é submeter e transcender a natureza” (ORTNER, 1979, p. 101-102).

Identificada como um ser incompleto, inferior e ligado à natureza já na Antiguidade clássica, a mulher - esse Outro Absoluto do homem que não é visto como sujeito (BEAUVOIR, 2016a) - tem seu corpo construído pelos discursos patriarcais que o transformam em um quadro de inscrição simbólica. Dada a impossibilidade de, ainda na sociedade contemporânea ocidental, dissociar os dualismos natureza/cultura e mulher/homem - assim como ainda imperam as relações cartesianas mente/corpo, razão/emoção e sujeito/objeto -, Rita Schmidt afirma que o controle sobre o corpo feminino é

exercido por meio de uma ideologia do conhecimento, produzida no âmago de sua própria estrutura, ou seja, os dualismos: onde há dualismos, há uma oposição binária calcada no privilégio de um termo sobre o outro, e onde há hierarquia, há controle (SCHMIDT, 2017, p. 397).

A autora contribui para a crítica feminista ao procurar identificar, nas diversas representações literárias de personagens femininas em épocas históricas distintas, a quebra dessas normas de gênero. O corpo como um local de todo o tipo de inscrição também é o tema dos estudos da pesquisadora brasileira Elódia Xavier. Ela o faz procurando a representação desse elemento nas mais diversas personagens da literatura de autoria feminina a partir de um imaginário próprio, pois percebe que a “[...] vinculação da feminilidade ao corpo e da masculinidade à mente restringe o campo de ação das mulheres, que acabam confinadas às exigências biológicas da reprodução, deixando aos homens o campo do conhecimento e do saber” (XAVIER, 2007, p. 20). A autora desenvolve uma tipologia que engloba dez diferentes corpos: o invisível, o subalterno, o disciplinado, o imobilizado, o envelhecido, o refletido, o violento, o degradado, o erotizado e o liberado, todos refletidos em narrativas desde o século XX.

Outro estudioso do corpo, muito mais pelo viés antropológico, é o francês Pierre Bourdieu, com sua obra clássica *A dominação masculina*, em que ele discute questões como violência simbólica, *habitus* e arbitrário cultural, além de fazer reflexões sobre o masculino e o feminino. Bourdieu (1999) trata a questão da

dominação masculina principalmente a partir de uma perspectiva simbólica, identificando-a como uma forma de violência

[...] suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 1999, p. 7-8).

É justamente a manutenção de um poder que se mascara nas relações, que se infiltra na concepção de mundo. Por esse conceito, o autor compreende o poder que impõe significações, fixa-as como legítimas, de forma a dissimular as relações de força que sustentam a própria força. Assim como as autoras citadas anteriormente, ele denuncia um modo de pensar pautado pelas dicotomias e oposições. Para Bourdieu (1999), a biologia e o corpo seriam espaços onde as desigualdades entre os sexos, para ele encontradas na noção de dominação masculina, seriam naturalizadas.

De face para a opressão das mulheres esteve sempre ao longo da história da humanidade o aviltamento social do corpo - o qual podemos relacionar à vinculação da feminilidade - em detrimento da valorização da mente - o qual podemos relacionar à masculinidade. Nesse sentido, são complementares as discussões de Schmidt, ao estabelecer que

a lógica de um sistema que se pautou pela distinção radical entre reprodução e produção material de vida, pela separação das esferas do público e do privado, e pela divisão sexual do trabalho reconfigurou e estreitou a relação corpo feminino/natureza para delimitar os sentidos do signo mulher e fixá-lo no materno. Dessa forma, a figura de um corpo feminino dócil, disciplinado e reprodutivo, em outras palavras, útil para uma cultura burguesa emergente no contexto da nova ordenação do mundo, fez com que o modo de produção capitalista viesse reforçar a lei patriarcal, tornando-a redundante (SCHMIDT, 2017, p. 400-401).

Faz-se necessária, desse modo, a reconfiguração do feminino na literatura, caminho esse a ser percorrido pela escrita da mulher, “na perspectiva de deslocamentos e resistências à construção do corpo como lugar da reprodução da feminilidade, o que significa rasurar o princípio da mulher ‘natural’ e questionar a metanarrativa patriarcal da subordinação” (SCHMIDT, 2017, p. 411), no sentido de desessencializar os binarismos.

Essa ideia nos remete à Joan Scott e à Judith Butler, feministas que tratam da questão do gênero, respectivamente, como uma categoria analítica ou como performance. Scott (1995) busca, essencialmente, problematizar conceitos, abalando seus poderes, para então transformá-los. Ou seja, ela pretende uma reescrita da história através da noção de gênero no sentido de alcançarmos “não somente uma nova história de mulheres mas também uma nova história” (SCOTT, 1995, p. 73), como um desafio muito mais teórico do que histórico. Segundo ela, o termo *lhe* parece ser um substituto melhor para o termo *mulheres* pelo fato de que sua utilização indica muito mais uma relação cultural ou social, rejeitando as explicações biológicas, caracterizadas como formadoras da subjetividade da identidade da mulher e do homem e dando “significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 91).

A teórica pós-estruturalista Judith Butler questiona, muitos anos depois de Simone de Beauvoir publicar *O Segundo Sexo*, o conceito de mulher como sujeito do feminismo desenvolvido nessa obra, numa tentativa de determinação de gênero socialmente imposto e de quebrar com o binarismo feminino/masculino. Para tanto, Butler (2003), vai um pouco além ao propor uma reconfiguração do termo *mulher* - e da ideia de uma identidade comum - como sujeito dentro do feminismo, pois, segundo a filósofa,

[...] a noção binária de masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a “especificidade” do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separadas da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relação de poder, os quais tanto constituem a “identidade” como tornam equívoca a noção singular de identidade (BUTLER, 2003, p. 21)

Pelo viés do discurso, ela questiona a construção das categorias de sexo e suas estruturas de poder e, mais, problematiza o próprio conceito de gênero, que, para Butler é, também, construído culturalmente, já que, não sendo um substantivo, é “performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência de gênero”, na medida em que “não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero” (BUTLER, 2003, p. 48).

Baseadas no que foi denominado feminismo da diferença, as teóricas francesas de raiz psicanalítica Hélène Cixous, Luce Irigaray e Julia Kristeva fizeram um resgate ao reinterpretar e valorizar a diferença, especialmente no que tange à especificidade do inconsciente feminino. No que concerne à inscrição do corpo e da diferença feminina na escrita, Cixous (1976), grande disseminadora do conceito de *écriture féminine*, defende uma possibilidade de discussão desses escritos como uma maneira de reafirmar o valor do feminino.

[...] Quero dizer quando falo de escrita masculina. Eu defendo inequivocamente que existe uma escrita marcada; que, até agora, muito mais extensivamente e repressivamente do que se suspeita ou admitiu, a escrita tem sido dirigida por uma economia libidinal e cultural - portanto política, tipicamente masculina; que este é um locus onde a repressão das mulheres tem sido perpetuada, repetidamente, mais ou menos conscientemente, e de uma maneira que é assustadora, uma vez que muitas vezes é escondida ou adornada com os encantos mistificadores da ficção; que esse locus exagerou grosseiramente todos os sinais de oposição sexual (e não a diferença sexual), onde a mulher nunca teve sua vez de falar - sendo esse o mais sério e imperdoável nesse escrito é justamente a própria possibilidade de mudança, o espaço que pode servir como um trampolim para o pensamento subversivo, o movimento precursor de uma transformação de estruturas sociais e culturais (CIXOUS, 1976, p. 879, tradução nossa).

A autora complementa essa afirmação reforçando que a escrita pode ser transformadora para a mulher - essa que é também o Outro, como bem denomina Beauvoir (2016a), - tanto quando ela escreve para si mesma, abrindo-se, assim, para o seu próprio consciente, tendo a possibilidade de retornar ao corpo que lhe foi confiscado, censurado, calado, culpado e transformado em estranho; quando ela tem, na linguagem, a possibilidade de marcar seus feitos e ter garantida sua entrada na história, sempre suprimida dela, pois

[...] é escrevendo, de e para as mulheres, e assumindo o desafio da fala que tem sido governado pelo falo, que as mulheres irão conferir às mulheres um lugar diferente daquele que é reservado no e pelo simbólico, isto é, em um lugar diferente do silêncio (CIXOUS, 1976, p. 881, tradução nossa).

Todavia, para Showalter (1994, p. 30), a teoria formulada por Cixous configura-se muito mais uma “possibilidade utópica do que uma prática literária”, já sinalizando sua visão distinta da teórica francesa. Indo além, a autora discute de

que maneira as obras de autoria feminina têm sido diferentes e questiona se “a diferença é uma questão de estilo de gênero? De experiência? Ou é produzida pelo processo de leitura, como alguns críticos textuais manteriam?” (SHOWALTER, 1994, p. 31).

Grande parte das teóricas vem levantando questões semelhantes. Nelly Richard, crítica francesa residente do Chile, pergunta em seu artigo *A escrita tem sexo?* se há um mesmo sentido falarmos em *literatura de mulheres* e em *escrita feminina*, e responde afirmando que

[...] a “literatura de mulheres” arma um corpus sociocultural, que contém e sustenta o valor analítico de uma das perguntas que se faz a crítica literária feminista: a de saber se existem, ou não, certas caracterizações de gênero e quais delas podem tipificar uma “escrita feminina” (RICHARD, 2002, p. 129)

Segundo ela, seria antes mais importante questionarmos “como textualizar as marcas do feminino para que a diferença genérico-textual se torne ativo princípio de identificação simbólico-textual” (RICHARD, 2002, p. 137). Isso porque a determinação biológica de ser mulher, todavia, não é garantia da elaboração de um discurso crítico, da mesma forma que, ao contrário, ser homem não condena o escritor a reproduzir o poder da cultura oficial (RICHARD, 2002). Já que ideologicamente formulados, os termos binaristas masculino/feminino “não correspondem a homens e mulheres tal como ideologicamente concebidos”, a escrita feminina, afirma Arleen Dallery, também pode ser encontrada em autores homens que “não reprimem o seu lado feminino” e “que também procuram minar o discurso falocrático” (DALLERY, 1997, p. 72). Assim, muitas escritoras não querem se ver vinculadas à literatura feminina pelo medo de suas obras serem rotuladas como uma escrita menor, afirmando ainda que o texto não tem sexo. No entanto, como afirma Richard (2002), as mulheres que escrevem precisam se posicionar, pois não há neutralidade no discurso: o neutro equivale ao universal, linguagem essa que reforça o poder estabelecido.

Voltando-se especificamente para a escrita, Elaine Showalter cunha o termo ginocrítica ainda na década de 1980 e coloca a crítica feminista em território selvagem, como ela mesma aponta, ao abrir para mais oportunidades teóricas,

devido ao pluralismo de tendências e aos impasses gerados por elas. Essencialmente ginocêntricas, as orientações das diversas teorias desenvolvidas em cada país recaem sobre diferentes questões, como a opressão e a expressão, como veremos mais adiante, mas sempre com a intenção de enaltecer o feminino e retirá-lo do lugar de inferioridade em que sempre foi posto. De uma biocrítica feminista, passando pelas teorias que definem uma linguagem específica das mulheres e pela psicanálise, a autora propõe uma teoria baseada no contexto cultural e social, colocando a escrita num modelo específico que “reconhece a existência de diferenças entre as mulheres como escritoras”, pois “classe, raça, nacionalidade e história são determinantes literários tão significativos quanto o gênero” (SHOWALTER, 1994, p. 44) e refletem, antes de tudo, uma cultura das mulheres inserida em um contexto mais amplo. Silenciadas historicamente por essa cultura androcêntrica (de homens e mulheres), elas têm, nas obras contemporâneas, experiências de fala ao perceberem-se a si mesmas através da linguagem, aqui no caso, escrita. E a autora sugere, desse modo, que, inserido no texto da mulher, estão presentes dois discursos distintos: a voz do silenciado e a do dominante, aquela, com todo peso simbólico da consciência feminina que traz a psicanálise, subjugada a esta, com sua carga social, literária e cultural, contribuindo para o desenvolvimento de um escopo cultural das mulheres, “crucial para que se compreenda tanto como são percebidas pelo grupo dominante quanto como percebem-se a si mesmas e aos outros” (SHOWALTER, 1994, p. 47). E não sendo uma categoria dentro da cultura “geral”, podemos deixar de caminhar para uma universalidade dos gêneros, para antes encontrarmos na especificidade da escrita das mulheres “uma fundamental e continuamente determinante realidade” (SHOWALTER, 1994, p. 54).

Showalter (1986, apud XAVIER, 1996) faz, também, um panorama das transformações pelas quais passaram a mulher e a escrita feminina nas últimas décadas. Se inicialmente tínhamos a escrita caracteristicamente *feminina*, ou seja, momento em que a mulher imitava a escrita masculina como forma de afirmar-se, a etapa seguinte foi considerada por ela como *feminista*, já que coincidiu com a causa das sufragistas. Finalmente, dos anos 20 até hoje, porém com ênfase na conscientização ocorrida nos anos 60, temos o que Showalter denominada de

escrita *fêmea*. De qualquer forma, não são categorias estanques, muito pelo contrário, podem ser encontradas concomitantemente numa mesma obra. Segundo Xavier (1996), foi com Clarice Lispector, seguida de Patricia Bins, Lya Luft, Marcia Denser, Sônia Coutinho e tantas outras, que o Brasil presenciou, a partir da década de 60, o rompimento com um padrão estético até então ditado pelo masculino, expondo mais abertamente as questões de gênero e solidificando sua própria identidade.

Nessa seara, são importantes as contribuições da pesquisadora brasileira Rita Terezinha Schmidt quanto à presença do corpo feminino ao afirmar que “[...] o significado cultural do corpo feminino não se reduz à referencialidade de um ser empírico de carne e osso, mas constitui um constructo simbólico, produzido e reproduzido na cultura e na sociedade ocidental ao longo dos tempos” (SCHMIDT, 2017, p. 392). Nesse sentido, Schmidt (2017) reforça veementemente o trabalho de linguagem realizado pela literatura que coloca a narrativa, de modo particular e mais tradicional, em uma função simbólica de caráter social, fazendo transparecer visões de mundo. São então as contribuições da crítica feminista elementares na produção de reinterpretações, em especial das personagens femininas. Dessa forma,

[...] a representação de experiências de corporalidade e subjetividade das personagens femininas desessencializa os tradicionais dualismos natureza/cultura, mente/corpo, colocando sob rasura as normas de gênero que, na modernidade, disciplinam a inscrição simbólica do corpo como locus de reprodução da feminidade (SCHMIDT, 2017, p. 392).

Já Richard acentua a intenção de determinadas vertentes teóricas da crítica feminista de identificar nos textos literários de autoria feminina características que os distinguem tanto no nível expressivo, no sentido de buscar um estilo específico, quanto no nível temático, "querendo encontrar um argumento literário centrado em certas 'imagens da mulher' que, de maneira geral, sugere uma identificação compartilhada entre personagem e narradora" (RICHARD, 2002, p. 129). Já para Dallery, é exatamente a sexualidade da mulher o fato social autônomo, o que coloca o corpo como um texto e, conseqüentemente, como um "signo, uma função do discurso" (DALLERY, 1997, p. 74), voz e experiências essas que foram historicamente silenciadas ou simplesmente excluídas do cânone

tradicional. Relacionando à inscrição da diferença da mulher pela escrita do corpo à concepção de mulher como sujeito sexual e não objeto do desejo masculino, nos meandros do conceito de *écriture féminine*, de Cixous (1976), a autora procura, em seu artigo, defender o feminismo francês das críticas anglo-americanas, pois, para ela, “escrever o corpo é tanto discurso quanto práxis” (DALLERY, 1997, p. 70), já que, para elas, é por meio da inscrição de significados que a diferença sexual se constitui no discurso.

Para entendermos a importância que o corpo tem para a crítica feminista contemporânea, é essencial a contribuição da filósofa belga Luce Irigaray e o seu conceito de sexualidade plural da mulher: “ela não é nem uma nem duas”; “a mulher tem sexos um pouco em todos os lugares. O seu gozo processa-se em vários lugares” (IRIGARAY, 2017, p. 36-38). Ao articular o corpo erótico da mulher, essa afirmação rompe com a tradicional diferença sexual baseada no falo, desenvolvida por Freud e Lacan, pois escrever o corpo celebra as mulheres como sujeitos e o libera “da objetificação e fragmentação do desejo masculino” (DALLERY, 1997, p. 68).

Finalmente, são caras para nossa análise também as reflexões de Joan Tronto (1997) e Alison M. Jaggar (1997), ao problematizarem as noções de amor, conhecimento e cuidado, seguidamente vinculados à identidade feminina, confluindo com as discussões propostas anteriormente por Ortner (1979), que situam o homem mais ligado à razão e a mulher, à emoção. É a partir desse último elemento que Jaggar questiona a tendência da epistemologia ocidental em priorizar a razão - tida como responsável por controlar os ímpetus irracionais - da mesma forma que busca compreendê-los, chegando à conclusão que mesmo as emoções são construídas social e culturalmente, pois não são meras respostas individuais, instintivas ou reações involuntárias, nem determinadas biologicamente, antes desempenham “uma parte vital no desenvolvimento do conhecimento” (JAGGAR, 1997, p. 179).

Por meio de uma abordagem feminista (e não feminina) da linguagem do cuidado, Tronto (1997) estabelece uma distinção entre os termos “cuidado com” e “cuidar de”: ainda que ambos impliquem em algum tipo de compromisso contínuo, o primeiro se direciona para uma forma mais geral de compromisso, enquanto que o segundo implica num objeto (ou num ser) específico. Um e outro são definidos de

acordo com os papéis sociais tradicionais de gênero, ainda que os mesmos termos carreguem significados morais distintos. A partir disso, a autora propõe três caminhos para investigar como a atividade mais intimamente associada às mulheres em nossa sociedade, o cuidar dos outros, faz emergir questões de caráter moral, desafiando-o. São eles a capacidade de atenção, as relações de mercado e o conhecimento; a autoridade e autonomia; e o particularismo. Isso tudo se desdobra da afirmação que a

[...] femininidade é interpretada como antítese da masculinidade. Assim, é interpretado como masculino, como normal, o que está em oposição ao que é feminino. Nesse caso, a interpretação das mulheres como atadas à atividade mais particular de cuidar dos outros está em oposição às preocupações mais públicas e sociais dos homens (TRONTO, 1997, p. 200).

Essa discussão foi ampliada na seção anterior, momento em que buscamos compreender o significado da maternidade e do cuidado e sua conexão à figura da mulher e da identidade feminina na sociedade. Da mesma maneira são importantes as discussões de Abel (1981) a respeito da amizade feminina na ficção literária contemporânea. Em seu artigo intitulado *(E)Merging Identities: The Dynamics of Female Friendship in Contemporary Fiction by Women*, a crítica esmiúça, a partir da leitura da psicanalista Nancy Chodorow, diversas narrativas com o objetivo de identificar a influência da amizade entre pessoas do mesmo sexo, passando pela relação mãe e filha, para a formação da identidade feminina: “a identificação, especialmente com uma mulher mais velha ou que é percebida como mais velha ou mais sábia, é essencial nesses romances para a obtenção da identidade plena da figura central” (ABEL, 1981, p. 418, tradução nossa)<sup>21</sup>. Ela identifica nesses romances que a filha repete com as amigas a relação que estabeleceu anteriormente com a mãe a fim de definir a sua individualidade.

Quando falamos de literatura de autoria feminina, nos referimos àquela reflexão sobre a vida a partir da experiência e da perspectiva como mulher dentro de determinado contexto cultural e social. Não basta a autoria, não basta ter personagens femininas; é necessário o olhar de mulher. A escrita feminina acaba

---

<sup>21</sup> Identification, especially with a woman who is older or who is perceived as either older or wiser, is essential in these novels to the achievement of the central figure's full identity.

por encenar nos textos a inserção do corpo do sujeito no discurso, no caso a mulher, trazendo à tona temas como a morte, a loucura, a falta e o vazio (CASTELLO BRANCO, 1991).

Um traço marcante dessa escrita é trazer à tona essa vivência. Como a literatura sempre foi ditada pelo masculino, tinha-se a impressão de que ela não tinha sexo. No entanto, percebemos que a utilização do termo feminino trouxe sérios incômodos à crítica, também composta por uma maioria masculina, em função da estigmatização e do preconceito em torno do termo, o que se reflete, inclusive, na atitude de algumas escritoras, que não querem ver sua obra diminuída ou rotulada. Apesar de escreverem como mulheres, a partir de suas vivências, negam a literatura feminina, não assumindo, assim, a sua marca. Assim, como enfatiza Lélia Almeida,

[...] filiar-se a um modelo a uma tradição criada por outras mulheres que as antecederam, acontece no sentido de legitimar o que vai ser dito, o que vai ser representado, e que é, em última instância, a legitimação da experiência das mulheres, a legitimação de suas expressões artísticas e intelectuais, a legitimação de sua existência e importância (ALMEIDA, 2004, p. 6).

Em um mundo em que escrever como homem é um elogio, determinados assuntos são rotulados como “coisas de mulher” e, portanto, têm menos relevância, como a própria maternidade, a amizade entre mulheres ou a relação entre mães e filhas. Mas será mesmo que o termo literatura feminina aprisiona as mulheres em determinada dicção ou em determinadas temáticas? E isso pode estigmatizá-las em uma literatura 'menor'? Castello Branco afirma que o

[...] percurso pela materialidade da palavra, que procura fazer do signo a própria *coisa* e não uma representação da coisa, é típico da escrita feminina. Porque, ao procurar trazer a coisa representada para a cena textual, ao procurar fazer sua representação em lugar de sua re-presentação, o que a escrita feminina busca é, em última instância, a inserção do corpo no discurso. (CASTELLO BRANCO, 1991, p. 21-22, grifo da autora).

Tendo o corpo lugar favorecido na escrita feminina, a voz é enaltecida. O silenciamento, como lugar tradicionalmente reservado à mulher na literatura, alcança outro espaço dentro dessas obras: como personagens ou como narradoras,

suas experiências e sua condição ganham voz, distanciando-se da perspectiva masculina hegemônica. Escrever ficção é se colocar no lugar do outro, o que coloca o autor na tarefa de reproduzir o que lhe é menos familiar, conforme o seu ponto de vista. Da perspectiva da produção literária da mulher, a representação recebe novos sentidos que contribuem para novos padrões que buscam superar as categorias binárias de gênero, além de questionar a literatura universal e saber a quem ela serve.

Em *Mulheres e ficção* (2019), publicado em 1979, mas escrito por Virginia Woolf muitas décadas antes, a autora já sinalizava que o romance era o formato de texto ficcional mais escrito pelas mulheres, porque, segundo ela, era mais facilmente interrompido e retomado sem grandes prejuízos, ao contrário de textos líricos ou dramáticos, por exemplo. As mulheres do tempo de Woolf eram hábeis em trocar a pena por qualquer instrumento da cozinha, da mesma forma que precisavam deixar de escrever para se ocuparem com o cuidado do lar. Excluídas de outros tipos de experiências que não as relacionadas ao ambiente doméstico, é indiscutível que a censura e a vida regida estritamente pelos costumes limitassem suas vivências e, conseqüentemente, exercesse grande influência sobre seus romances, como veremos nas aproximações entre as narrativas na seção seguinte.

## **5 TORNAR-SE MULHER, TORNAR-SE MÃE? TECENDO APROXIMAÇÕES ENTRE OS ROMANCES *AS ALEGRIAS DA MATERNIDADE* E *AS PARCEIRAS***

O presente estudo está centrado na discussão e análise das formas pelas quais os romances *As alegrias da maternidade* (1979), de Buchi Emecheta, e *As parceiras* (1980), de Lya Luft, ambos publicados entre o final da década de 70 e início da de 80, reconfiguram as noções tradicionais de maternidade, tecendo aproximações entre as narrativas e as tendências críticas contemporâneas do pensamento político feminista, já que, segundo Severino (1996, p. 113) “a escolha de um tema de pesquisa bem como a sua realização necessariamente é um ato político. Também nesse âmbito não existe neutralidade”. Baseado em pesquisa qualitativa, este estudo é caracterizado por procedimentos e métodos principais. Inicialmente foi estruturada a base teórica e as reflexões acerca da temática da maternidade, bem como da condição e da autoria feminina e da concepção de cânone literário. A segunda parte da pesquisa e que consideramos fundamental para enaltecer seu caráter de originalidade e relevância é o olhar aguçado para as duas obras integrantes do corpus a partir das concepções da literatura comparada e da crítica literária feminista. Como procedimento de fechamento da pesquisa, serão apresentados e discutidos os resultados da análise dos dois romances em relação ao referencial teórico.

Método, como uma série de princípios norteadores de uma pesquisa científica, deve ser entendido de modo particular quando tratamos de estudos literários, conforme afirmam Fabio Akcelrud Durão (2015) e Rejane Pivetta de Oliveira (2009). Nesse sentido, a literatura, como área de conhecimento, mostra-se mais aberta a novas perspectivas metodológicas e teóricas, pois, segundo discussões de Oliveira (2009), o contexto cultural contemporâneo rompe com a legitimidade dada ao campo até o século XIX e faz com que “a concepção de literatura como verdade redentora acaba bloqueando a reflexão sobre que práticas literárias e em que termos elas tornam-se significativas em diferentes situações e contextos” (OLIVEIRA, 2009, p. 3). Dado o “potencial epistemológico de obras literárias” (DURÃO, 2015, p. 378) de produzir conhecimento a partir de textos ficcionais, podemos perceber as variadas vertentes teóricas contemporâneas como

perspectivas que olham para os textos literários através de lentes, pois, "discutir teoria literária em sua acepção mais ampla terá sempre como pressuposto a capacidade que a literatura exhibe para ser algo epistemologicamente produtivo" (DURÃO, 2015, p. 379). Enquanto que, nas ciências exatas, exige-se que os resultados sejam empiricamente verificáveis e, nas ciências humanas, de maneira geral, requer-se mais rigor, especificamente dos estudos literários espera-se interpretação, ainda que fundamentada em pesquisa. Ou seja, ao aplicar uma teoria ou uma hipótese de leitura em determinado objeto, é imprescindível um cuidado com a argumentação, já que "o teor aconceitual da imaginação, o caráter mimético tanto da forma quanto da recepção dos textos, confere à pesquisa em literatura uma fragilidade não encontrada em outras áreas" (DURÃO, 2015, p. 382), mas que requer "[...] pensar o lugar que ela ocupa na vida cultural, social e política do nosso tempo [...]" (OLIVEIRA, 2009, p. 11).

Ao traçar possíveis tendências para as investigações na área, Oliveira (2009) elenca cinco diferentes categorias: aplicação teórica, análise sócio-histórica, problematização teórica, estudo empírico e análise sistêmica. Direcionado metodologicamente para o primeiro tipo de investigação, o presente estudo privilegia a análise de obras literárias e centra-se na compreensão da linguagem a partir da problematização dos conceitos acerca do feminino, da maternidade, bem como de questões étnicas, seguindo na direção da concepção de Pedro Demo (1985, p.23) de que a "pesquisa teórica é aquela que monta e desvenda quadros teóricos de referência". Ao aprofundarmos e complexificarmos hipóteses de leitura das obras literárias em questão e nos aproximarmos da sua comprovação, procuramos estabelecer, com base na composição do referencial teórico, meios para descobrir se comprovam-se ou se refutam-se tais conjecturas a respeito dos objetos de investigação.

Analisando as obras de Emecheta e Luft, nos deparamos com distintos conflitos entre o ser e o não ser mãe, gerados por discursos aparentemente antagônicos em duas culturas, a nigeriana e a brasileira. Ambas mulheres pretendem se realizar na maternidade, mas o modelo apreendido pela educação patriarcal é incompatível com suas vivências.

Como veremos nesta seção, ainda que encontremos muitas diferenças entre os dois romances, as configurações e decisões tomadas pelas autoras na construção das narrativas e das personagens se aproximam constantemente. Anelise, personagem-narradora da obra de Lya Luft, tem o desejo de ser mãe, porém não pode realizá-lo por uma questão biológica. Já Nnu, protagonista do romance de Buchi Emecheta, sofre com a pressão social de seu povo pela concepção de muitos filhos, vendo a maternidade como único destino possível para si. A frustração de ambas as protagonistas está na mesma falta que permeia o inconsciente de grande parte das mulheres da sociedade, que acabam por não se sentirem completas nem de um modo nem de outro.

Para tanto, após uma breve apresentação e contextualização de cada uma das obras, bem como de suas autoras, iremos analisar a construção das personagens protagonistas a partir da reflexão teórica proposta anteriormente, com a intenção de problematizar a reprodução e a maternidade compulsória como única forma possível de consagração da mulher. À luz das teorias, identificamos que, ainda que sejam mulheres da ficção, Anelise e Nnu sofrem preconceitos muito similares às mulheres contemporâneas a elas, já que a experiência de ser mãe é vista socialmente como uma condição que completa a mulher, assim como os filhos são o meio para que um casal se transforme em uma família.

Procuramos compreender de que forma as particularidades culturais e de escrita das autoras contribuem para a problematização da questão da maternidade e a redimensiona dentro das obras. Para chegar a essa aproximação, analisamos, nesta seção, a constituição das diferentes personagens femininas, assim como identificamos como a noção de maternidade é reconfigurada pelas personagens nas narrativas e investigamos de que maneira as particularidades culturais e de escrita contribuem para a problematização da ideia que as mulheres estabelecem para a maternidade dentro das obras estudadas.

### 5.1 A frustração do “desejo” de ser mãe em *As alegrias da maternidade*

Problematizar a maternidade e a reprodução como únicas possibilidades para as mulheres é o escopo central da obra *As alegrias da maternidade* (2017), da autora nigeriana Florence Onyebuchi “Buchi” Emecheta. Publicada pela primeira vez em Londres, em 1979, *The joys of motherhood* ganhou sua primeira edição brasileira no final de 2017, quando integrou a curadoria do clube de assinaturas de livros Tag Experiências Literárias por meio de uma parceria com a Editora Dublinense, que traduziu e publicou a primeira obra da escritora no Brasil. Depois dessa, vieram *Cidadã de segunda classe*, em 2018, e *No fundo do poço*, em 2019, ambas pela mesma editora, suas duas primeiras narrativas publicadas que contam a história da imigração da personagem Adah para Londres, percurso muito semelhante à biografia da própria Emecheta, e denunciam o sexismo e o racismo na cultura britânica da época. Órfã aos 11 anos, se não fosse a bolsa de estudos que ganhou em um internato metodista, talvez nunca tivesse escapado de seu histórico de pobreza e privação.

Prometida em casamento desde os 11 anos, Buchi Emecheta oficializou o noivado aos 16 anos e logo nasceram dois do total de cinco filhos que ela teria com o marido Sylvester Onwordi. A transferência para Londres, onde ele entrou para a universidade, trouxe significativas mudanças ao relacionamento, permeado por abusos e violências. Dividida entre os cuidados com a casa e o filhos e um trabalho em tempo integral, Emecheta encontrava tempo para escrever um romance, cujos rascunhos foram queimados pelo marido. Esse fato levou-a a pedir o divórcio, consumado quando ela tinha 22 anos e cinco filhos, que sequer foram assumidos por Onwordi. Sozinha em um país estrangeiro, conciliou a criação deles com a escrita, o emprego na Biblioteca de Londres e a faculdade de Sociologia.

A escritora nigeriana, nascida na cidade iorubá de Lagos no ano de 1944, faleceu em 2017, aos 72 anos, deixando como legado 16 romances, três livros infantojuvenis, diversos artigos e tantos outros projetos para a televisão<sup>22</sup>. Ela

---

<sup>22</sup> Na página online oficial da escritora é possível conhecer um pouco mais da sua história, suas obras, além de ler artigos sobre ela de importantes jornais e revistas de todo o mundo: <https://www.buchiemecheta.co.uk/>

também era conhecida nos circuitos de palestras da Europa e da América por suas visões fortes e às vezes idiossincráticas sobre feminismo e feminilidade.

Seus escritos, profundamente conectados à tradição oral de contar histórias, seguem um estilo fluido, material e objetivo de narrar influenciados pela sua infância junto aos mais velhos. Segundo informações da Revista TagLivros, editada especialmente para falar sobre a obra e a escritora,

uma das paixões da menina era ouvir histórias dos mais velhos. Em Lagos, conheceu bons contadores, mas, para ela, a maneira igbo era diferente. Cresceu ouvindo a tia, a quem chamava de Grande Mãe – as contadoras, seguindo a tradição local, eram sempre mães de alguém. Buchi costumava sentar “por horas a seus pés, hipnotizada pela sua voz de transe”, deleitando-se com as proezas de seus ancestrais. As visitas a Ibuza, aliadas ao prazer e ao conhecimento obtidos com as narrativas, trouxeram a Emecheta a certeza de que seria, também, uma contadora de histórias (TAGLIVROS, 2017, p. 12).

Emecheta se utiliza de suas próprias experiências como o trampolim para expressar e enfrentar a subjugação feminina, fazendo da sua escrita uma voz para as mulheres excluídas e silenciadas de sua cultura. Por viver no Reino Unido, Emecheta possui uma consciência híbrida - pela cultura tradicional e pela sua vivência afro-europeia - acerca do feminismo, principalmente o ocidental, que transparece em sua percepção de mundo, conseqüentemente refletida em sua escrita.

Suas personagens femininas, presentes em maioria nos seus romances, representam e dão visibilidade a essas mulheres. Ao mesmo tempo, sua ficção coloca a linguagem como um mecanismo de manutenção do poder, já que a escritora nigeriana não escreve ou publica na sua língua mãe, mas na língua do colonizador:

Aprendi com meu espanto na escola em Lagos que, se eu quisesse contar histórias para pessoas de muitos lugares, teria de usar uma língua que não fosse a minha primeira - nem era minha segunda, ou terceira, mas minha quarta língua. Isso fez com que minhas histórias perdessem muito da cor (EMECHETA, 1988, tradução nossa)<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> “I learned to my dismay at school in Lagos that if I wanted to tell stories to people from many places I would have to use a language that was not my first—neither was it my second, or third, but my fourth language. This made my stories lose a great deal of their colour” (EMECHETA, 1988).

Essa reflexão nos leva a perceber como o conceito de lugar de fala, proposto por Djamilia Ribeiro (2017), se apresenta naturalmente nessa discussão para entendermos como as opressões estruturais impedem que indivíduos de certos grupos tenham direito à fala ou à humanidade, já que Emecheta rompe com o silenciamento, com a voz única - ocidental, branca, masculina - desestabilizando a norma hegemônica. Através da sua escrita, leitores do mundo todo podem acessar novas perspectivas sobre a cultura nigeriana e o papel social da mulher negra, por exemplo.

No romance analisado neste estudo, Emecheta desenvolve uma reavaliação da própria mulher nigeriana em relação ao seu status idealizado como mãe a partir de um narrador em terceira pessoa, que conduz o leitor ao universo da trama dividida em 18 capítulos, cujos títulos estão relacionados à temática principal: a maternidade. Por meio de um narrador heterodiegético, aquele assim denominado por relatar “uma história à qual é estranho, uma vez que não integra nem integrou, como personagem, o universo diegético em questão” (REIS; LOPES, 1988, p. 121), conhecemos a protagonista Nnu Ego que, na concepção lukácsiana (ECO, 2001), pode ser classificada como uma personagem típica por retratar a mulher nigeriana de cultura igbo em uma relação mimética de representação da realidade.

As intrusões do narrador podem ser identificadas nas manifestações subjetivas que formulam juízos de valor sobre as personagens, apresentadas pelo direcionamento do foco narrativo. A partir do ponto de vista da protagonista, conhecemos também a perspectiva de outras personagens por meio da voz dada a elas a partir da focalização interna do narrador.

O contexto narrativo geográfico de *As alegrias da maternidade* está ancorado na Nigéria colonial e divide-se entre dois locais principais: Ibuza e Lagos. A primeira cidade, de cultura essencialmente igbo, é onde a protagonista Nnu Ego nasce e vive até o primeiro casamento. De base econômica rural, seu povo cultuava todas as tradições, ainda que a modernização advinda com a colonização estivesse nas imediações. A segunda é onde a personagem vai morar com o segundo marido e constitui sua família, o que se passa por volta da década de 1930 até o final da década de 1950. É nela que, mais especificamente no bairro residencial de Yabá, construído pelos britânicos para moradia, percebemos as nuances da rápida

modernização, já que, anos depois, Lagos torna-se a capital do país. Ao acompanhar, desde a infância até a maturidade, os pormenores da formação e da transição de uma única personagem, podemos classificar a obra como um romance de formação ou *Bildungsroman*.

O choque cultural pode ser percebido logo no início do romance, quando o pai de Nnu, Agbadi, um grande líder tribal, procura um novo marido para a filha, já que o primeiro a devolvera por essa não conceber filhos. Agbadi, um homem que respeita as tradições étnicas e, portanto, não concorda com a modernização, obtém como orientação de um amigo da família que era preciso escolher um marido “[...] do tempo do homem branco” (EMECHETA, 2017, p. 52), no caso alguém com um emprego totalmente diferente do trabalho na lavoura. É assim que Nnu vai para Lagos casar-se com Naife e cumprir seu “destino de mulher”: ser mãe.

O impacto das mudanças culturais afeta imensamente a protagonista, que não se conforma com a aparência do futuro esposo e fica impressionada com aquele “homem com uma barriga de vaca prenhe”, com o “cabelo de uma mulher enlutada com a perda do marido”, de “pele clara como a pele de quem passou muito tempo trabalhando na sombra e não ao ar livre” (EMECHETA, 2017, p. 62), muito diferente dos homens bonitos e vigorosos a que ela estava acostumada a ver: o cheiro dele não “tinha nada a ver com o dos homens de Ibuza, cheiro saudável de madeira queimada e tabaco. Aquele tinha cheiro de sabão, como se tivesse se lavado demais” (EMECHETA, 2017, p. 64). Esses excertos do romance demonstram o quanto a escrita de Emecheta potencializa a força de transformação feminina ao mesmo tempo em que enfraquece e ridiculariza os homens, destituindo-os, muitas vezes, de sua virilidade. A profissão do marido também a desagrada, já que, na sua concepção, lavar roupas não é uma tarefa masculina. Esse é apenas um dentre tantos episódios que demonstram um narrador reprodutor de discursos de cunho machista.

Nnu, mesmo profundamente decepcionada com o novo marido que o pai lhe arranjava, prefere viver a expectativa de que, diferentemente do anterior, este consiga lhe engravidar, já que a concepção é um sonho de longevidade e ter um bebê é testemunho da realização feminina e de prestígio social. Para tanto, ela suplica aos antepassados pedindo ajuda para realizar seu maior sonho: ser mãe.

A figura da chi, a quem seria atribuída a alma de uma escrava que fora obrigada a morrer junto ao túmulo da esposa mais velha do pai de Nnu, representa, na cosmologia igbo, a segunda camada da composição do homem e funciona como um espírito guardião, que complementa a existência do ser humano terrestre (OBIOMA, 2019). É a essa outra identidade na terra dos espíritos que a protagonista atribui todas as suas desgraças, inclusive a dificuldade em encontrar um bom marido, conceber filhos e formar uma família.

"Ah, minha chi [...]. Ah, minha mãe querida, por favor, faça esse sonho virar realidade. Se isso acontecer, vou respeitar esse homem, serei sua esposa fiel e aceitarei seus modos grosseiros e sua aparência desagradável. Ah, por favor, me ajudem vocês todos, meus antepassados. Se eu engravidasse - hmmm..." (EMECHETA, 2017, p. 65).

Depois desse episódio, ela adormece e sonha com esse espírito Ihe oferecendo um bebê e, em seguida, negando-a a oferta. Coincidentemente, Nnu engravida pouco tempo depois desse sonho e o nascimento de um menino a transforma em tudo que ela gostaria de ser, pois "o fato da criança ser um menino Ihe dava um sentido de realização pela primeira vez na vida" e assegurava que "teria uma velhice feliz, de que quando morresse deixaria alguém atrás de si que se referiria a ela como 'mãe'" (EMECHETA, 2017, p. 11). A maternidade confere à protagonista um status de mulher que até então não conhecia.

Para ser reconhecida pelo marido, a quem ela passa a respeitar, obter poderes dentro da estrutura familiar e prestígio social ela precisa contemplar dois quesitos: ser a primeira esposa e gerar filhos homens. No entanto, após quatro semanas de vida, ela encontra seu primeiro filho morto. É esse o fato que direciona o capítulo inicial da narrativa, em que o desespero absoluto a leva a uma frustrada tentativa de suicídio e a considerar-se uma "mulher fracassada", incompleta, já que deixara de ser mãe. A tragédia apenas corrobora com a ideia de que havia algo de errado com Nnu, já que não engravidara do primeiro marido. Para a mulher nigeriana do início do século XX, a morte de um filho era considerado não apenas o pior pesadelo de uma mãe, mas uma falha como indivíduo.

Assim, com o nascimento do segundo filho, ela promete ser uma mãe diferente, uma que contemple os novos costumes. No entanto, com o retorno dos

empregadores do marido à Inglaterra, deixando-o sem trabalho, a protagonista precisa sustentar financeiramente a família, mudança de papéis sociais que interfere radicalmente no relacionamento do casal. Esse cenário criado pela autora comprova o quanto as divisões tradicionais de gênero influenciam as experiências pessoais de homens e mulheres. E, novamente, recai sobre a mãe a culpa por não estar com o filho. A chegada de um segundo bebê logo em seguida, que deveria ser motivo de comemoração, ao contrário, se mostra como mais uma dificuldade.

Conforme vimos em Del Priori (1993), a maneira como a maternidade deve ser vivenciada, ainda que seja uma experiência tão próxima ao feminino, continua sendo ditada pelo sistema patriarcal - incluindo a Igreja, o Estado e a Medicina. Dessa forma,

não encontramos nenhuma conduta universal e necessária da mãe. Ao contrário, constatamos a extrema variabilidade de seus sentimentos, segundo sua cultura, ambições ou frustrações. Como, então, não chegar à conclusão, mesmo que ela pareça cruel, de que o amor materno é apenas um sentimento e, como tal, essencialmente contingente? Esse sentimento pode existir ou não existir; ser e desaparecer. Mostrar-se forte ou frágil. Preferir um filho ou entregar-se a todos. Tudo depende da mãe, de sua história e da História. Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escapa ao determinismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres. É “adicional”. (BADINTER, 1985, p. 367).

Ao atribuir às mulheres o papel exclusivo do cuidado com os filhos, a manutenção dos estereótipos apenas possibilita a desigualdade entre os gêneros. Mesmo nesse contexto, percebemos a crítica de Emecheta à culpa que as mulheres carregam por não exercerem suas funções ditadas pelo sistema patriarcal. Ainda que o trabalho da personagem Nnu fosse extremamente necessário para o sustento familiar, os cuidados com a casa e a dedicação aos filhos e ao marido estavam sendo deixados de lado. Em certo momento da narrativa, no entanto, uma intrusão do narrador revela à protagonista o seu papel:

[...] ocorreu a Nu Ego que ela era uma prisioneira: aprisionada pelo amor de seus filhos, aprisionada em seu papel de esposa mais velha. [...] Não era justo, ela achava, o modo como os espertos dos homens usavam o sentido de responsabilidade de uma mulher para escravizá-la na prática. Eles sabiam que nunca passaria pela cabeça de uma esposa tradicional como ela a ideia de abandonar os filhos (EMECHETA, 2017, p. 194).

A dinâmica da estrutura econômica familiar e do catolicismo como religião são mais algumas dentre as tantas diferenças a que Nnu precisa se adaptar na nova cidade. Em Lagos, diferentemente do lugar onde crescera, as mulheres eram privadas de qualquer atividade que não contemplasse os cuidados do lar ou da família. No romance, verificamos que o protagonismo vivenciado pela personagem Nnu, ao buscar sustentar seus filhos por meio do próprio negócio, rompe com a colonialidade, como percebemos na voz da narradora: “em Ibadan as mulheres contribuía, mas na urbana Lagos os homens tinham de ser os únicos provedores; esse novo cenário privava a mulher de seu papel útil” (EMECHETA, 2017, p. 117). Essa posição social e econômica de relevo das mulheres no espaço público desaparece com o colonialismo, que remete as mulheres para funções secundárias e lhes retira o papel decisivo que tinham individual e coletivamente, impondo-lhes o modelo doméstico e passivo de feminilidade. A resistência à modernidade fica evidenciada no momento em que Nnu precisa receber e aceitar em sua casa a esposa do irmão de Nnaife, já que, conforme a tradição do povo igbo, os homens são responsáveis pelo sustento de todos os membros da família. Com o falecimento do irmão, ele torna-se o chefe da família e deve herdar todas as esposas e filhos.

Outra questão importante levantada pela autora no romance é a crítica ao acesso diferenciado à educação na Nigéria. Enquanto aos filhos homens de Nnu Ego são dadas as regalias de uma educação colonial formal moderna, às filhas resta se contentar com a execução diária das tarefas domésticas junto à mãe, a quem devem auxiliar na lavoura ou no comércio e no preparo dos alimentos. Essa internalização do discurso dominador pode ser identificada nas citações que abrem o capítulo *A vida da mãe no começo*, numa espécie de simulação da voz dos antepassados: “meus filhos, quando vocês crescerem, serão todos reis entre os homens” e “minhas filhas, quando vocês crescerem, todas embalarão os filhos de seus filhos” (EMECHETA, 2017, p. 43). É por meio da personagem Adaku que a autora faz o contraponto às escolhas tradicionais de Nnu, pois aquela critica abertamente os motivos pelos quais não eram oferecidas as mesmas oportunidades às meninas, mercadorias utilizadas como moeda de troca para custear os estudos dos meninos.

A imagem da boa mãe de que trata Badinter (1985), modelo estigmatizado que fixa a mulher na natureza, encaminhando-a ao seu destino biológico, é refletida na personagem Nnu Ego: ela não é apenas mãe, mas uma boa mãe. O cumprimento de todas exigências sociais, no entanto, não garante sua felicidade ou sua completude enquanto indivíduo. Enganada pela crença de seu povo de que um filho homem, ao crescer, veste os pais e trabalha por eles para que a velhice dos mesmos seja doce, Nnu Ego acredita que dar à luz muitos filhos lhe trará mais felicidade, mas não é esse o desfecho da narrativa, pois, ainda que conceba nove filhos, dos quais apenas sete sobrevivem, termina seus dias completamente abandonada e esquecida, pois “nunca fizera muitos amigos, de tão ocupada que vivera acumulando as alegrias de ser mãe” (EMECHETA, 2017, p. 316). Como veremos na análise do romance brasileiro, o mesmo estigma se repete na construção da protagonista Anelise.

## **5.2 O anulamento do ser na maternidade de Anelise em *As parceiras***

Em sua imensa contribuição para os estudos literários, Afrânio Coutinho traz o processo evolutivo da literatura brasileira em seis extensos volumes da obra *A literatura no Brasil*. Nela, a romancista Lya Luft é citada no sexto e último volume, especificamente no capítulo que trata do pós-modernismo no Brasil, perfilada ao lado de outros 15 escritores que marcaram a narrativa dos anos 80, em que predomina a metalinguística, a intertextualidade e a fragmentação (COUTINHO, 2003). Já os estudiosos gaúchos colocam-na num patamar de destaque, reivindicando o lugar da escritora na literatura nacional. Regina Zilberman (1992) classifica os romances de Lya Luft como psicológicos, dando o devido destaque para a ascensão da escrita feminina no Rio Grande do Sul, enquanto que Luiz Marobin (1985, p. 228) traz como característica da romancista, ainda no início da carreira dela, seu forte intimismo, apresentando-a como “uma das mais robustas escritoras intimistas do Rio Grande do Sul e do Brasil”. Dessa forma, Lya Luft tem seu lugar por “tudo aquilo que ela representa de denúncia, de questionamento, de conflitos no universo feminino”, especialmente porque sua obra oferece “[...] amplo

espaço às funções do corpo da mulher, e tem como princípio organizador de todas as imagens desse corpo a imagem do parto, ato gerador da palavra", (COSTA, 1996, p. 13-19), se destacando, assim, no quadro da literatura feminina contemporânea.

Detentora de um legado de quase 30 obras entre ensaios, crônicas, contos, romances, poesias e literatura infantil, a carreira da gaúcha Lya Fett Luft, nascida em Santa Cruz do Sul em 1938, Mestre em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e em Literatura Brasileira pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, contempla ainda importantes trabalhos de tradução do inglês e do alemão, entre os quais destacam-se obras de Sylvia Plath, Virginia Wolf, Reiner Maria Rilke, Hermann Hesse e Thomas Mann. Em 1963, casou-se com o linguista Celso Pedro Luft, de quem adotou o nome e teve três filhos. Nessa época ela escrevia poemas, que foram reunidos na sua primeira publicação *Canções do Limiar*. Nas décadas de 70 e 80 atuou como professora de Linguística na Faculdade Porto-Alegrense, período em que lançou sua primeira coletânea de contos *Matéria do Cotidiano*. No final da década de 70, Lya Luft quase perdeu a vida em um acidente de carro, quando decidiu escrever ficção e, em 1980, aos 41 anos, publicou seu primeiro romance, *As parceiras*, seguido de *A asa esquerda do anjo* e *Reunião de Família*. Em 1985, separada do marido, passou a viver no Rio de Janeiro com o escritor e psicanalista Hélio Pellegrino. Em 1992, quatro anos após a morte de Hélio, Lya volta a viver com Celso Luft, de quem ficou viúva em 1995.

Significativamente estudada pela crítica literária e tema de artigos científicos, dissertações e teses, a escritura de Lya Luft é articulada com os mais distintos conhecimentos. Suas protagonistas são, em sua maioria, brancas, de classe média, mães, casadas ou separadas. Já em *As parceiras*, seu primeiro romance, a escritora inicia a construção das personagens femininas caracterizadas como perdedoras e presentes em grande parte de sua produção ficcional.

Por meio do monólogo interior, os eventos são relatados pela voz da protagonista Anelise, configurando-se em um narrador do tipo autodiegético, ao relatar "suas próprias experiências como personagem central" do romance (REIS; LOPES, 1988, p. 118), manifestando sua subjetividade. Durante uma semana - de

domingo à sábado, como são nomeados os sete capítulos -, Anelise, típica personagem redonda, nas configurações de Forster (1969), repensa sua vida enquanto se refugia em um chalé perto da praia. O desencadeamento das memórias, apresentadas por meio de uma temporalidade psicológica desordenada e espontânea, surge do recente fracasso no casamento, que faz emergir nela as questões do seu passado familiar. Esse retorno acontece num tempo imbricado entre o passado e o presente, desordenamento este que faz transparecer as incertezas da protagonista.

Central na narrativa, a figura da avó Catarina, descendente de alemães, que aos catorze anos é entregue pela mãe a um “trintão experiente”, teve seu “destino assegurado” (LUFT, 2015, p. 13) por meio do casamento e sofreu com a constante violência sexual infringida pelo marido. Buscando fugir dele, refugiou-se no sótão do casarão, mobiliado “como um quarto de menina” (LUFT, 2015, p. 14) para transparecer sua ingenuidade e imaturidade, mas que era arrombado pelo marido vez ou outra, fazendo-na engravidar diversas vezes. Dentre alguns abortos, nasceram as três filhas: Beatriz, Dora e Norma, essa última mãe da personagem-narradora. Duas décadas depois nasceu Sibila, a tia anã, fruto da mesma violência por parte do marido. É à história dessas mulheres que Anelise relaciona suas inseguranças e medos.

As duas velhas bruxas, referenciadas ao longo de toda a narrativa, são metáforas criadas pela autora para a vida e a morte, para ela duas parceiras que jogam e manipulam um tabuleiro. As peças, figuras femininas da família, buscam a todo tempo escapar da opressão patriarcal e guiar os rumos de suas próprias vidas, mas acabam fracassando.

A loucura da avó, presa no sótão, é um dos temas recorrentes nas narrativas da escritora gaúcha, como afirma Lúcia Castello Branco (1991, p. 52): “[...] a morte e a loucura se encenam com tanta frequência nesse tipo de texto. Por isso a escrita de Lya Luft, exemplarmente feminina, brinca com a morte como se brincasse com as palavras, fazendo da morte seu alimento discursivo”. E não apenas nela, pois a associação loucura/mulher é característica da literatura de autoria feminina, que acaba por encenar nos textos a inserção do corpo do sujeito no discurso, no caso a mulher, trazendo à tona temas como a morte, a loucura, a

falta e o vazio (CASTELLO BRANCO, 1991). Ainda segundo Costa (1996, p. 16), Lya Luft faz “[...] uma ruptura em relação à tradição literária masculina, fazendo com que sua narrativa busque na estrutura familiar as raízes do passado - a começar por matrizes como a bisavó, a avó, a mãe - para aí assinalar o cotidiano feminino”. Especificamente na obra analisada neste estudo, as personagens masculinas, por outro lado, não têm voz e têm funções secundárias na trama.

Ainda que o objetivo deste trabalho seja analisar a construção da protagonista Anelise, é importante destacar que a temática da incapacidade para a maternidade envolve, de alguma maneira, todas as personagens femininas de *As parceiras*, todas pertencentes à “família de perdedoras” como caracterizada pela narradora. A avó, figura que mais representa a opressão patriarcal dentro da narrativa ao reforçar o papel da família nuclear, tem seus desejos silenciados e não obtém sucesso ao desempenhar o papel de mãe e de esposa. A mãe e as tias de Anelise são privadas de vínculos afetivos com os pais desde a infância: Dora, a pintora que casou-se diversas vezes e optou por adotar o menino Otávio, e Beatriz, a Beata, que estivera casada por apenas três semanas, nunca teve filhos; já Norma, casou-se “[...] com um homem que a protegeria da fragilidade numa existência quase tão irreal quanto aquela do sótão” (LUFT, 2015, p. 18) e “sobrevivia [...] pairando pela casa, quase ausente, acompanhando à distância a vida das filhas e os acontecimentos domésticos” (LUFT, 2015, p. 23). E a irmã Vânia havia prometido ao marido que nunca tentaria engravidar.

Após um breve romance com Otávio, o filho de tia Dora, Anelise conhece Tiago, com quem se casa e vive um amor intenso e avassalador: com ele queria “partilhar tudo: casa, cama, pensamento, corpo, recantos que até eu ainda estava por descobrir. O casamento seria uma aventura de abismo, de tudo-ou-nada, e eu queria tudo” (LUFT, 2015, p. 70). Ela acreditava que, com ele, tudo seria diferente e as dificuldades de relacionamento das mulheres da família seriam superadas.

O desejo pela maternidade aparece com muita intensidade na construção da personagem, ainda que somos apresentados a sua experiência apenas na última parte da narrativa, no final do quarto capítulo, intitulado Quarta-feira. A mãe, determinada pelo corpo e pelas implicações da sua biologia, é representada pela autora segundo a concepção mais tradicional do ser mulher. Essa vontade se

intensifica quando Anelise sente uma lacuna na relação com o marido depois dos primeiros anos de paixão: “todo mundo queria ter filho, mas em mim isso foi mais que um sentimento natural. Depois das tempestades da paixão comecei a sentir falta de uma criança junto de Tiago e de mim” (LUFT, 2015, p. 87). Mas a vontade do casal em ter muitos filhos logo transformou-se em pesadelo: “acho que foi porque eu queria tanto ter um filho. As peças de azar no jogo, as que perdem. Tiago não fazia parte da família diretamente mas entrara no tabuleiro comigo: agora fazia parte do lado mais fraco” (LUFT, 2015, p. 86).

A interrupção da primeira gestação, causada por um aborto espontâneo, ainda na fase inicial, é propulsora da sua expectativa em provar sua capacidade “de ter muitos filhos bonitos e saudáveis” (LUFT, 2015, p. 88). Ainda que passe pela experiência de quatro abortos - o último já no sétimo mês de gestação -, sua “luta com as raízes doentes”, Anelise insiste na concepção por meio do próprio corpo, concretizando a maternidade por meio biológico, pois, para ela, adotar significava a “negação da vida” e a “afirmação [da sua] incapacidade” (LUFT, 2015, p. 95 e 94). Um dos trechos do romance faz transparecer a intensidade do discurso patriarcal: a culpa por não conseguir conceber podia não estar no corpo, no físico, mas estava em seu inconsciente:

Os médicos tinham concluído que não havia nada de físico, meu corpo era perfeito. Um deles arriscou que podia ser rejeição, mas quase lhe bati na cara: mais que tudo no mundo, eu queria um filho. Tinha medo, sim, mas o medo expulsaria as crianças do meu corpo cedo demais? (LUFT, 2015, p. 101).

O parto, dessa maneira, ao invés de inaugurar a vida, materializa a morte não apenas do feto, mas do bebê idealizado pela mãe e, mais ainda, traz consigo a morte dela. Mesmo que a obra tenha sido produzida no contexto da década de 1980, momento em que as mulheres já haviam obtido certa autonomia social no Brasil, percebemos em Anelise a frustração pessoal em não realizar-se pela maternidade, pois qualquer tipo de fracasso na tarefa procriativa desencadeia uma série de questões que envolvem desprestígio e sanções por parte da sociedade.

Anos depois da série de abortos espontâneos, o nascimento de Lauro, a vida que não se concretiza, significaria vencer o jogo da vida, no entanto, opostamente, aproximava-a ainda mais da família de perdedoras. A gestação

aparentemente tranquila, sem nenhuma ameaça de aborto, leva-a a recolher-se em um sótão particular, muito similar àquele, físico, em que estivera a avó, o que soa como uma metáfora do aprisionamento das mulheres aos mais distintos modos de opressão patriarcal. A reclusão, consequência dos medos de Anelise em não conseguir levar mais uma gravidez até o fim, faz com que ela tenha uma vida predominantemente circunscrita ao espaço doméstico.

O parto, momento inaugural da entrada do primeiro homem na família de mulheres, causaria uma lesão cerebral em Lalo, resignado a viver pouco menos de dois anos. Esse fato aparece como o fim da possibilidade de a protagonista, já com 40 anos, se realizar na maternidade, além de marcar sua identidade negativamente.

Ironicamente, a concretização da maternidade é situada dentro da narrativa na figura da caseira Nazaré; já que a protagonista não consegue conceber, sente inveja da empregada: “por que não haveria de tê-los, se a caseira Nazaré, pobre e ignorante, sem bons médicos, sem muitos cuidados, tem mais de meia dúzia?” (LUFT, 2015, p. 94). A cobiça de Anelise pode ser identificada também no estilo de vida daquela personagem, cuja vida desejava: “o mundo dessa mulher de pescador é tão mais rico do que o meu. Real. [...] Marido, filhos, casinhola, família grande [...]. Até mãe Nazaré tem” (LUFT, 2015, p. 79).

E por não se sentir realizada como mulher, pois não pode conceber, a protagonista não consegue concretizar sua relação amorosa com o marido. Consoante a Beauvoir (2016b, p. 277), ter um filho dispensa a dedicação a qualquer outra tarefa dentro de uma relação afetiva:

Se como esposa não é um indivíduo completo, ela se torna esse indivíduo como mãe: o filho é sua alegria e sua justificação. É por ele que ela acaba se de realizar sexual e socialmente; é, pois, por ele que a instituição do casamento assume um sentido e atinge seu objetivo.

Ainda que para a personagem Anelise a maternidade pareça um lugar de reverência e autorealização, identificamos nela a intenção de romper com as amarras do determinismo biológico e dos mitos que envolvem essa experiência. Os repetidos abortos configuram a derrocada das crenças que ditam o parto como um momento sublime na vida das mulheres, o florescer do instinto maternal. Pelo

contrário, lugar de poder e opressão, o corpo da mãe inaugura a morte, não o nascimento.

### **5.3 Vicissitudes da maternidade em *As alegrias da maternidade* e em *As Parceiras***

Com a intenção de comparar a construção das duas personagens protagonistas dos romances objetos deste estudo, Nnu Ego e Anelise, duas mulheres que buscam sua afirmação por meio da maternidade, estratificamos, inicialmente, as similaridades entre as duas mães e suas funções dentro da narrativa para, em seguida, destacar as questões que as distanciam, particularidades essas que nos levam a problematizar ainda as questões sobre autoria.

Aparentemente distantes cultural, conceitual e geograficamente, os romances *As alegrias da maternidade* e *As parceiras*, contemporâneos da década de 80, têm como tema central o mito da maternidade como vocação feminina. Permeadas por outros conflitos, ambas as obras problematizam os discursos construídos sobre o ser mãe como parte da constituição da identidade das mulheres, da mesma maneira que problematizam a intensidade com a qual essa parece se dissolver quando resolve optar por conceber filhos.

As representações do que é ser mulher, implicadas nos mais distintos discursos e práticas culturais, produziram e naturalizaram modelos de maternidade que não englobam sua negação. À semelhança da personagem de *As parceiras*, a protagonista de *As alegrias da maternidade* almeja a maternidade a fim de se adequar à essência do feminino.

Como vimos em Ortner (1979), corroborado por hooks (2018), a subordinação feminina ao pensamento patriarcal emerge de um contexto universal, sendo fixado em grande parte das culturas em todo o mundo. Confirmamos que a cultura de dominação oprime igualmente mulheres de todas as etnias e raças e não poderia deixar de ser diferente quando observamos como a subjetivação do amor materno ao longo das duas narrativas, caráter cultural presente em ambos os

contextos sociais, Nigéria e Brasil, é utilizada como meio de controle social. Ambas as protagonistas vêem a maternidade como uma maneira de se adequarem ao meio em que estão inseridas; culpadas por não conseguirem atender aos estereótipos envolvidos nessa experiência, sentem-se frustradas, pois,

por um lado, a maternidade é louvada e incensada, objetivando-se na figura da mãe; por outro, torna-se uma fatalidade, na medida em que deixam de ser mulheres a imensa legião daquelas que não querem ou não podem ter filhos; perdem sua inteligibilidade social e alinham-se na fileira dos excluídos. A mãe é o modelo de mulher, a mulher no singular, uma figura fractal, que reproduz infinitamente a mesma imagem, reduzida a um sentido unívoco de ser (SWAIN, 2007, p. 204).

A pressão social para engravidar, imposta às mulheres desde a Antiguidade, e que reflete desfavoravelmente na constituição de suas identidades, engendrando nelas angústia e sofrimento, não é diferente quando falamos na criação dos filhos. As crenças que envolvem o maternar presentes nos dois romances confirmam os modelos romantizados evidenciados por Badinter (1985; 2011). Vemos em *As parceiras* a idealização de filhos perfeitos, “bonitos e saudáveis”, conforme ditam as regras sociais, e a personificação deles em Lalo, que “era mesmo bonzinho. Nunca choraria alto, não haveria de correr e cair [...]. Não aprenderia nomes feios, nem seria reprovado na escola” (LUFT, 2015, p. 88 e 102); percebemos o mesmo em *As alegrias da maternidade* na voz do pai de Nnu: “que maior honra pode haver para uma mulher do que ser mãe? E agora você é mãe - e não de filhas, que se casarão e partirão, mas de meninos bonitos e saudáveis [...]” (EMECHETA, 2017, p. 171).

De modo semelhante à estratégia utilizada pela autora de *As parceiras*, que concretiza a maternidade na figura da caseira Nazaré, Emecheta utiliza a personagem secundária Adaku para problematizar o lugar da mulher na sociedade: “[...] nós, mulheres, fixamos modelos impossíveis para nós mesmas. [...] Tornamos a vida intolerável umas para as outras. Não consigo corresponder a nossos modelos” (EMECHETA, 2017, p. 239).

A naturalização e a romantização das opressões sobre as mulheres e as mulheres-mães fazem-nas acreditarem que estão no controle de suas vidas. No entanto, percebemos que as escolhas das protagonistas, por mais que pareçam legítimas e pessoais, são, antes de tudo, reflexo das pressões sociais que incidem

na constituição de uma identidade feminina. O sentimento de culpa inerente a ela emerge nas obras de diversas maneiras. Uma delas é por meio da metáfora da mulher seca e sua relação com a esterilidade. Percebemos a referência na voz do primeiro marido de Nnu, que a abandona exatamente por não lhe dar filhos: "É tão árida quanto um deserto" (EMECHETA, 2017, p. 55). Já Lya Luft utiliza a mesma alusão quando a protagonista enfatiza os galhos secos e as raízes doentes da árvore temida para indicar os problemas reprodutivos da família, responsabilidade majoritariamente negada ao masculino. Como identificamos anteriormente, Anelise sequer aceita acessar a maternidade por meio da adoção; Nnu, além de cuidar do bebê do primeiro marido tenta, inclusive, amamentá-lo.

A conturbada relação afetiva com o marido é outro ponto de convergência entre as narrativas: ambas as protagonistas não se realizam no casamento até a concretização da maternidade: "[...] só agora, com esse filho, vou começar a amar aquele homem. Ele me transformou numa mulher de verdade - em tudo o que quero ser: mulher e mãe. Então, já não tenho motivos para odiá-lo" (EMECHETA, 2017, p. 75). Já Anelise não consegue solidificar sua relação amorosa com o esposo, porque, para ela, "homem algum podia [...] compreender a frustração, a dor da maternidade frustrada [...]" (LUFT, 2015, p. 96). Concomitantemente, identificamos as relações sexuais entre os dois casais apenas com a intenção de reprodução:

quando queria engravidar eu podia amar à vontade, mas ficava hirta, gelada, implorando: por favor, meu Deus, este filho tem de ser perfeito, tem de nascer, tem de dar certo. Um patético fingimento de amor. Tiago se afastava depois, quieto e sombrio (LUFT, 2015, p. 95).

O tempo da narrativa nigeriana se passa por volta das décadas de 1930 e 1950; já a brasileira parece transcorrer contemporaneamente à década da publicação, 1980. Tal constatação contradiz o rompimento com o determinismo biológico e mostra que sexualidade e reprodução permanecem combinadas no contexto cultural das duas narrativas.

Se apresentam conjuntamente nos dois romances o apego a uma entidade externa personificada no feminino, que influencia as ações da personagens: em *As alegrias da maternidade*, a figura da chi que manda no destino; em *As parceiras*, a alegoria das velhas bruxas, as parceiras que simbolizam a vida e

a morte. A responsabilidade pela morte do primeiro filho, tão desejado por Nnu, imediatamente recai sobre o feminino: “sabia que seu chi era uma mulher apenas porque em sua opinião só uma mulher seria tão absoluta ao punir outra mulher” (EMECHETA, 2017, p. 14).

A influência do feminino, tal qual serve de guia para as ações das personagens, faz corroborar o quanto a confluyente ausência da figura materna na fase adulta de ambas reflete em suas identidades, bem como na experiência delas com a maternidade. Ona, uma mulher dividida entre a lealdade ao pai e ao marido, morreu quando Nnu Ego ainda era criança. Ainda assim, seu último pedido sugeria que o pai, Agbadi, mesmo sendo seu dono, deixasse a filha ter sua própria vida, uma família, se assim desejasse, o que, de certa maneira, influencia as pretensões da filha. Por outro lado, como bem observa Eva Paulino Bueno sobre as protagonistas dos romances de Lya Luft, o absentismo da mãe também sugestiona sobremaneira as escolhas de Anelise:

Destituída de uma figura materna forte e positiva para funcionar como mentora durante a passagem à maturidade e à maternidade, estas mulheres ficam reduzidas a um momento em que elas se lembram de outras vidas que não viveram, escolhas que não fizeram, amores que não usufruíram. (BUENO, 2000, p. 607-608)

De modo semelhante, o relacionamento mais íntimo da protagonista luftiana com as figuras femininas fica mais evidente na amizade com Adélia, em contrapartida à ausência materna. No capítulo em que trata sobre a mãe, Beauvoir afirma ser na relação entre a mulher e a filha o espaço em que acontecem as mais intensas emoções, já que, na filha, a mulher projeta “toda a ambiguidade de sua relação consigo mesma; e quando se afirma a alteridade desse *alter ego*, sente-se traída. É entre mãe e filha que os conflitos de que falamos assumem formas exasperadas” (BEAUVOIR, 2016b, p. 320). O papel das relações com outras mulheres dentro das narrativas serve para ampliar essas indagações: é através das comparações com a figura da mãe, da filha, da irmã, da amiga ou de qualquer outra figura feminina que as personagens reafirmam suas identidades (ABEL, 1981).

Em proporções diferentes, as duas narrativas são atravessadas pela temática da loucura, que, em uma e em outra cultura, estão atribuídas às mulheres

e seus comportamentos. Em *As Alegrias*, essa condição é tão temida que pode ser identificada apenas observando o semblante e, se confirmada, representar a desgraça de toda a família, como podemos observar na voz da amiga de Nnu, Ato:

[...] tire esse ar perdido do rosto. Se mantiver um ar desses por muito tempo, sabe o que as pessoas vão dizer? [...] ela está completamente louca'. Você conhece nossa gente, você não seria a única a sofrer; [...] Todas as suas irmãs não conseguiriam achar marido porque os outros iam dizer que loucura é coisa que está no sangue (EMECHETA, 2017, p. 109).

Para a amiga, a possibilidade de loucura de Nnu envolve, entre outros motivos, a tentativa de suicídio e a de roubar o filho do primeiro marido. No entanto, muitas outras atitudes dela são motivo para fixarem-na nessa condição, como o fato de ser pega distraída, pensando, ou mesmo grávida, pois “as mulheres falam e se comportam como pessoas doidas com seus bebês pequenos demais para entender aqueles ruídos” (EMECHETA, 2017, p. 67). Como vimos anteriormente, essa é uma tônica presente na maior parte das obras de Lya Luft, portanto, não poderia ser diferente em *As parceiras*, já que essa característica é um dos fios condutores da narração, manifestada de modo subjetivo pela narradora.

É na morte do filho que Nnu e Anelise veem a realização pessoal por meio da maternidade, condição para a felicidade e realização feminina, desmoronar. Por não conseguirem concretizá-la, buscam compreender as razões de sua própria existência, o que pode ser interpretado como uma forma de problematização da biologização institucionalizada do papel da mulher na sociedade. Segundo Badinter (1985, p.87-88),

[...] a morte de um filho deixa uma marca indelével no coração da mãe. Mesmo aquela que perde prematuramente seu feto conserva a lembrança dessa morte quando desejava a criança. Sem cairmos nas manifestações patológicas do luto, toda mulher se recorda desse dia como o de uma perda irreparável. O fato de poder engendrar um outro nove meses mais tarde não anula a morte do precedente. A qualidade que atribuímos a cada ser humano, inclusive o feto viável, não pode ser substituída por nenhuma quantidade.

E como não conseguem substancializar a felicidade por meio da figura da mãe, consideram-se mulheres fracassadas e buscam o suicídio, “a saída para a mulher que chega ao fim de sua recusa” (BEAUVOIR, 2016b, p. 420). Assim como o primeiro capítulo de *As alegrias da maternidade* narra a tentativa de Nnu acabar

com a vida jogando-se de uma ponte, o desfecho final de *As parceiras* sugere o suicídio de Anelise. A tentativa frustrada de acabar com a própria vida leva Nnu a acreditar que fracassara pela segunda vez, já que "mesmo isso fora incapaz de realizar com sucesso" (EMECHETA, 2017, p. 107). Enquanto no romance nigeriano a tentativa de suicídio aparece claramente, na narrativa brasileira a concretização fica mais na subjetividade da narração de Anelise, que desce o morro próximo ao mar de mãos dadas com uma figura feminina, a veranista, que bem pode ser a avó, Catarina, já que ela sente um aroma de alfazema; a amiga Adélia; ou a sua própria projeção ainda jovem. A água, um dos símbolos maternos mais universais, pois "inerte, [...] sofre a ação dos raios flamejantes que a fertilizam" (BEAUVOIR, 2016a, p. 204), coincidentemente é a opção encontrada por elas para a autodestruição, a exemplo do afogamento da escritora Virgínia Woolf.

A morte do filho, para uma e outra protagonista, traz a necessidade de ressignificação dos valores e do sentido da vida. Como estratégia de enredo, o suicídio emerge nos dois romances como uma forma de punição pelo sentimento de culpa, submerso pela cultura e somado à necessidade de adequação social, e problematiza se,

em vez de instinto, não seria melhor falar de uma fabulosa pressão social para que a mulher só possa se realizar na maternidade? Como saber se o desejo legítimo da maternidade não é um desejo em parte alienado, uma resposta às coerções sociais (penalização do celibato e da não-maternidade, reconhecimento social da mulher enquanto mãe)? Como ter certeza de que esse desejo de maternidade não é uma compensação de frustrações diversas? (BADINTER, 1985, p. 355)

Igualmente, os abortos sofridos pelas duas personagens provocam nelas dores e sentimentos como frustração e ansiedade, que apenas fazem provar a inconsistência dos estereótipos que giram em torno da maternidade como um momento belo e sublime na vida de todas as mulheres. A solução equivalente encontrada pelas autoras, a nigeriana e a brasileira, para o problema das personagens nos leva a acreditar na existência de um imaginário coletivo compartilhado pelas duas culturas. O anulamento da mulher pelo fim da mulher-mãe acontece na morte física: não sendo mães, elas também não existem. Todavia, enquanto à Anelise é permitido pôr fim ao sofrimento através da morte material, até o espírito de Nnu, aprisionado ao corpo, segundo os costumes igbo, seria

eternamente culpado pelos problemas da família. A influência cultural que atribui inteira responsabilidade pela proteção dos filhos às mulheres atua também no processo de luto e sua significação. O sentimento de culpa que envolve essa obrigação com o bem-estar dos filhos está fundamentado nas representações culturais que abarcam a imagem da boa mãe e de sua função social.

Todavia, a maior discrepância entre as duas narrativas não está no conteúdo, mas na forma. Enquanto Buchi Emecheta desenvolve sua escrita a partir de um narrador em terceira pessoa - uma característica comum às demais obras da autora - e solidifica a materialidade do texto na sua matriz oral ao trazer as características do cotidiano, Lya Luft, marcadamente mais introspectiva, se utiliza da subjetividade para manifestar a reflexão sobre a condição feminina. De qualquer modo, identificamos na ficção escrita por elas as duas vozes referenciadas por Showalter (1994) - a do dominante e a silenciada -, que sempre nos encaminham para a leitura não de um, mas de dois textos. Como também identifica Beauvoir (2016b, p. 407-408):

[...] elas pertencem ao mesmo tempo ao mundo masculino e a uma esfera em que esse mundo é contestado; encerradas nessa esfera, investidas por aquele mundo, não podem instalar-se em nenhum lugar com tranquilidade [...].

A própria mulher reconhece que o universo em seu conjunto é masculino; os homens modelaram-no, dirigiram-no e ainda hoje o dominam [...]

Diferentemente da ficção escrita pela perspectiva masculina, que não leva em consideração um “mundo feminino”, a mulher pensa a partir das vivências de suas mães, mas, inevitavelmente, também por meio de seus pais (SHOWALTER, 1994). Essa particularidade da escrita feminina pode ser observada nos dois romances. Ainda que os homens sejam ficcionalizados segundo a lente de escritoras mulheres, percebemos a internalização do discurso patriarcal, como podemos identificar na menção de Nnu a respeito do marido: “ele gerou essas crianças e é para isso que os homens existem. O fato de não conseguir alimentá-las não é culpa dele [...]. Elas têm mãe, não têm?” (EMECHETA, 2017, p. 247). Isso fica ainda mais evidente no capítulo *O investimento de uma mãe*, no qual o narrador dá voz ao filho mais velho, Oshia. As manifestações do menino, predestinado desde o nascimento a ser um homem importante, demonstram o ciúme sentido com a chegada de um novo bebê, deslocando seu lugar de poder na relação com a mãe.

Análogo à *As alegrias*, a narradora de *As parceiras* faz transparecer a internalização da opressão nas considerações sobre Tiago e a esposa de Otávio: “Tiago não me censurava por negligenciar nossa vida doméstica: uma boa empregada era tão mais útil do que eu quanto uma boa amante”; e

comecei a notar que ele não sabia o que fazer com sua mulher. Uma esposinha estranha. Não ligava para o marido, dormia a maior parte do tempo, andava desalinhada, cigarro na boca, olho espremido por causa da fumaça, ficava feia (LUFT, 2015, p. 105 e 76).

A dicotomia natureza/cultura, imbricada nas implicações da oposição entre privado/público, aparece de formas diferentes nos dois romances. Enquanto que à Anelise é reservado o contexto doméstico, inferiorizado, portanto, privado, Nnu ocupa uma posição intermediária, já que é ela a responsável pelo sustento da família e pelo cuidado com a casa e os filhos. Esse acúmulo de funções e de responsabilidades, apesar de, aparentemente, romper com o binarismo, parece fixá-la ainda mais em uma posição de opressão e subordinação ao sobrecarregá-la. De todo modo, a construção das personagens confirma a universalidade da subordinação feminina e de sua desvalorização (ORTNER, 1979). A abordagem feminista do cuidado proposta por Tronto (1997) mostra que a divisão do mundo entre privado e público também particulariza a atividade de cuidar e separa o mundo feminino do masculino. Fica evidente nos romances que, enquanto os homens têm mais preocupações públicas e sociais, numa forma mais genérica de compromisso, as mulheres assumem o cuidado com as necessidades mais específicas dos indivíduos, principalmente da família.

Nesse sentido, as obras também sinalizam a influência das relações monogâmicas e poligâmicas na maternidade das protagonistas. Embora tenha crescido em uma família polígama - composta por um homem e suas esposas e todos os seus filhos -, a personagem de *As alegrias* sente dificuldade em aceitar a nova esposa do marido, dividida entre as antigas e as novas tradições, cujos costumes estavam sendo influenciados pelos casamentos cristãos e civis desde a colonização britânica:

Odiava aquela coisa chamada modo europeu de vida; aquelas pessoas denominadas cristãs ensinavam que um homem deve casar com uma única mulher. E agora ali estava Nnaife com não apenas duas esposas, mas

planejando ter quem sabe três ou quatro num futuro não tão distante (EMECHETA, 2017, p. 171).

Os homens dessa cultura, eventualmente, se casavam com várias esposas por motivos econômicos; mais pessoas na família, incluindo crianças, significava mais mão-de-obra para ajudar nas lavouras e nos afazeres domésticos. Para Firestone (1976), a família nuclear é a fonte fundamental da opressão das mulheres. A esse fato soma-se o modo como o trabalho doméstico é visto pelo patriarcado: um espaço ocioso no qual a mulher não exerce atividade produtiva.

Conforme identificado na revisão teórica, ao mesmo tempo em que a maternidade é uma obrigação para as mulheres brancas, ela é negada para as mulheres negras, o que revela as opressões racistas e sexistas sofridas por essas. Antagonicamente, esses papéis aparecem invertidos nas narrativas. Se, para Anelise conceber filhos envolve sofrimento e frustração, para Nnu isso se reflete em um propósito de vida. Consoante a Collins (1994), assim como existem diversos feminismos, que atendem às mais variadas experiências do ser mulher, também identificamos que existem muitas perspectivas de maternidade.

Inegavelmente, Buchi Emecheta faz críticas muito mais contundentes com relação ao papel da mulher na sociedade, bem como o lugar que a maternidade ocupa nesse espaço, do que Lya Luft. Isso fica bastante evidente nos capítulos finais do romance *As alegrias da maternidade*, quando a protagonista dá à luz duas gêmeas e começa a refletir sobre a inadequação da sua condição e do lugar que a mulher ocupa na sociedade:

[...] “Deus, quando você irá criar uma mulher que se sinta satisfeita com sua própria pessoa, um ser humano pleno, não o apêndice de alguém?”  
“[...] Será que essa é uma posição tão invejável assim? Os homens nos fazem acreditar que precisamos desejar filhos ou morrer. [...] Mas quem foi que escreveu a lei que nos proíbe de investir nossas esperanças em nossas filhas? Nós, mulheres, corroboramos essa lei mais que ninguém. Enquanto não mudarmos isso, este mundo continuará sendo um mundo de homens, mundo esse em que as mulheres sempre ajudarão a construir” (EMECHETA, 2017, p. 262-263).

De todo modo, o lugar do corpo feminino é reconfigurado nos dois romances - seja por meio de uma linguagem mais subjetiva, como identificado na

escrita de Luft, ou mais direta, como em Emecheta - com base na cultura da mulher e de suas diferenças enquanto escritoras, o que envolve “ideias a respeito do corpo, da linguagem e da psique da mulher” (SHOWALTER, 1994, p.44). Orientadas por uma ginocrítica, elas problematizam questões similares, como a opressão feminina, sob perspectivas distintas e particulares à cultura em que estão inseridas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mito do amor materno, assim como o culto à mãe perfeita, põe em evidência a culpabilização das mulheres, pois supõe a maternidade enquanto algo intrínseco, um ato válido por si só, pois “ser mãe é padecer no paraíso”. A personificação da figura materna percorre caminhos para além da condição biológica: formatou imagens sociais e culturais ao longo do tempo que não esperam ou sequer permitem às mães sentimentos negativos como o arrependimento, por exemplo, já que, santificadas - o conceito mítico do amor materno, até hoje identificado à Virgem Maria, incorporou vocábulos associados ao divino - sublime, vocação, sacrifício, renegar -, são impedidas de falhar.

As protagonistas dos romances *As alegrias da maternidade* e *As parceiras* assumem ou rejeitam a possibilidade de realização materna: enquanto a personagem nigeriana valoriza a maternidade como única opção possível, a brasileira questiona sua impossibilidade de conceber filhos, gerando nela conflito e sofrimento. Desse modo, a maternidade é (re)configurada nas obras para além da biologia, o que reflete questionamentos sobre fertilidade feminina.

Essas autoras trazem, por meio da ficção, as angústias das personagens sobre a maternidade, esse tema tabu inclusive para a crítica feminista. Com a clara intenção dessas narrativas em romper com a imagem da mãe idealizada, elas constroem personagens com profundidade - diferentemente das projeções de grande parte dos escritores masculinos - , incluindo suas próprias experiências e angústias.

As imagens, significados, sentimentos e práticas relacionadas à maternidade apresentadas pelos romances comprovam a impossibilidade de universalização e de homogeneização de uma vivência tão particular e intimamente conectada à identidade cultural como essa. Da mesma forma, é infinita a discussão sobre o quanto a maternidade está intimamente ligada à identidade feminina, sendo inalcançável sua completa problematização nesta pesquisa.

As narrativas problematizam ainda a questão da invisibilidade da mulher diante da maternidade e da pouca preocupação que a sociedade tem com as mães,

já que o cuidado é majoritariamente voltado apenas para o bebê. Em um momento da vida em que a mulher deveria estar, segundo as projeções sociais, preenchida de todos os modos, identificamos que as protagonistas são, antes de, tudo, mulheres solitárias: tanto Nnu Ego, que concebe muitos filhos, quanto Anelise, que não consegue concretizar sua maternidade. Desprendidas de sua família ou comunidade, excluídas socialmente e permeadas pela solidão e falta de apoio, uma e outra têm dificuldade em manter relacionamentos interpessoais de amor ou amizade, o que nos leva a pensar que a libertação do sofrimento das personagens viria somente, então, pela loucura e/ou pela morte.

O romance de Buchi Emecheta deixa evidente que a maternidade é indissociável da identidade da mulher nigeriana e coloca em evidência esta temática interseccional ao problematizar questões referentes ao corpo feminino. Por meio das personagens femininas, a autora representa as consequências da maternidade compulsória, imposta, muitas vezes, pela opressão cultural, colonial e institucional sobre elas. A figura da mãe é o âmago que sustenta não apenas a identidade dos indivíduos do sexo feminino, mas todos os relacionamentos sociais na sociedade nigeriana apresentada na narrativa. Assim, por mais que a voz potente e dissonante da protagonista tente subverter os valores por ela recebidos, não consegue concretizá-los.

De qualquer modo, identificamos que a maternidade para Nnu Ego, ainda que a leve à ruína, é, também, um lugar de fala e de resistência; lugar esse em que ficam evidentes as tensões oriundas de um meio social que castiga a mulher que critica ou vai de encontro à sua função procriadora. Com a mesma insistência, Emecheta questiona a centralidade da maternidade como essência da identidade da mulher nigeriana, experiência que a coloca em posição de submissão, levando-a à miséria.

Presente em menor intensidade no romance de Lya Luft, a função materna no contexto brasileiro, apresentada pela narrativa, coloca em evidência, por meio da voz da narradora, as dúvidas e as angústias que envolvem a visão que as mulheres têm sobre a maternidade compulsória. Entre os valores da sociedade patriarcal e o conturbado contexto familiar, Anelise questiona, por meio da subjetividade, seu reconhecimento como indivíduo em detrimento apenas da sua

capacidade reprodutiva. Sentimentos tão variados e extremos de origem remota refletiram-se nos discursos religiosos, científicos, literários, dentre outros, produzindo explicações, representações e preceitos muitas vezes desfavoráveis, e não raro contraditórios, às mulheres e à maternidade. Não foi diferente para a protagonista de *As parceiras*, já que os diferentes discursos e modelos de maternidade por ela apreendidos geram nela conflito e mostram-se incompatíveis com sua realização como indivíduo.

Conforme demonstram as produções ficcionais das mulheres de diferentes partes do mundo, apresentadas na seção 3, há uma necessidade de novas abordagens acerca da maternidade que vão além daquelas apresentadas pelo cânone, ainda falocêntrico. A escrita pela perspectiva feminina e sua visibilidade contribuem para uma mudança dos valores literários ao discutirem as identidades dos sujeitos e reafirmarem a importância da experiência e do corpo a partir da perspectiva de gênero. Virginia Woolf já afirmava em sua época que a história precisaria ser reescrita a partir da perspectiva feminina; talvez isso não seja possível, mas podemos ainda complementá-la. Assim como o fizeram Buchi Emecheta e Lya Luft nas obras estudadas aqui, pois antes de serem literatura feminina, são narrativas que problematizam a situação da mulher.

## REFERÊNCIAS

ABEL, Elisabeth. **(E)Merging Identities: The Dynamics of Female Friendship in Contemporary Fiction by Women.** The University of Chicago: Signs, Vol. 6, No. 3. (Spring, 1981), p. 413-435.

ADEBAYO, Ayobami. **Fique comigo.** Tradução de Marina Vargas. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2018.

ADICHIE, C. N. **The danger of a single story.** 2009. Disponível em: [https://www.ted.com/talks/chimamanda\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story](https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story). Acesso em: 25 abr. 2019.

ALCOFF, Linda. **Uma epistemologia para a próxima revolução.** Trad. Cristina P. de Moura. Revista Sociedade e Estado – Vol. 31, N° 1, 2016, p. 129-143. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00129.pdf>. Acesso em: 10 março 2019.

ALMA PRETA. **Genocídio na saúde: da esterilização às mortes maternas.** Reportagem de Pedro Borges, outubro 2017. Disponível em: [https://almapreta.com/editorias/realidade/racismo-na-saude-da-esterilizacao-as-mort es-maternas](https://almapreta.com/editorias/realidade/racismo-na-saude-da-esterilizacao-as-mort-es-maternas). Acesso em: 11 dez 2019.

ALMEIDA, Lélia. **Linhagens e ancestralidade na literatura de autoria feminina.** Universidad Complutense de Madrid: Revista Espéculo, 2004, nº 26. Disponível em: <http://webs.ucm.es/info/especulo/numero26/linhages.html>. Acesso em 25 out. 2018.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ASHCROFT, B.; GRIFFITHS, G.; TIFFIN, H. **Post-Colonial Studies: The Key Concepts.** Second Edition. New York: Routledge, 2007.

ATWOOD, Margaret Eleanor. **O conto da aia.** Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

BADINTER, Elisabeth. **O conflito: A mulher e a mãe.** Trad. Véra Lucia dos Reis. Rio de Janeiro: Record, 2011. Edição do Kindle.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno.** 9. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida.** 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos.** 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a.

BOLTON, Lesley. **O livro completo da mitologia clássica: deuses, deusas, heróis e monstros gregos e romanos de Ares a Zeus.** São Paulo: Madras, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUENO, Eva Paulino. **Maternidade, mito e ideologia na ficção de Lya Luft**. Revista Iberoamericana. Vol. LXVI, nº. 192. Julio-Septiembre, 2000. Disponível em: <https://revista-iberoamericana.pitt.edu/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewFile/5799/5944>. Acesso em 12 fev. 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **As mensageiras: primeiras escritoras do Brasil**. Brasília: Centro Cultural da Câmara dos Deputados, Série Histórias não contadas 06, 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/visiteacamara/cultura-na-camara/arquivos/as-mensageiras-primeiras-escritoras-do-brasil-1>. Acesso em: 21 fevereiro 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CARVALHAL, Tania Franco. **Literatura comparada**. 4. ed., rev. e ampl. São Paulo: Ática, 2003.

CARVALHAL, Tania Franco; COUTINHO, Eduardo F. (Orgs). **Literatura comparada: textos fundadores**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011. 2ª edição.

CASTELLO BRANCO, Lúcia. A (Im)Possibilidade da Escrita Feminina. In: CASTELLO BRANCO, Lúcia; BRANDÃO, Ruth Silviano. **A mulher escrita**. Rio de Janeiro: Casa-Maria, 1989, p. 111-122.

CASTELLO BRANCO, Lúcia. **O que é escrita feminina**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CHODOROW, Nancy. **Psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.

CHODOROW, Nancy. **The Reproduction of Mothering: Psychoanalysis and the Sociology of Gender**. California: University of California Press, 1978.

CIXOUS, Hélène. **The Laugh of the Medusa**. Translated by Keith Cohen and Paula Cohen. The University of Chicago Press: Chicago Journals. Signs, Vol. 1, No. 4, 1976. p. 875-893. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/66416/mod\\_resource/content/1/cixous-the-laugh-of-the-medusa.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/66416/mod_resource/content/1/cixous-the-laugh-of-the-medusa.pdf). Acesso em: 25 out 2018.

COLLINS, Patricia Hill Collins. **Shifting the center: Race, Class, and Feminist Theorizing about Motherhood**. In: BASSIN, Donna et al. Representantion of Motherhood. Yale University Press, 1994, p. 371-389.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment**. 2nd Edition. New York: Routledge, 2000.

COSTA, Maria Osana de Medeiros. **A mulher, o lúdico e o grotesco em Lya Luft**. São Paulo: Annablume, 1996.

COUTINHO, Afrânio; COUTINHO, Eduardo de F. (Coord.). **A literatura no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Global, 2003. 6 v.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. University of California Los Angeles. Revista Estudos Feministas, 1º sem, 2002. Trad. Liane Schneider Rev. Luiza Bairros e Claudia de Lima Costa. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 27 março 2019.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Imagens da mulher na narrativa brasileira**. UFMG: O eixo e a roda: v. 15, 2007. Disponível em: [http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o\\_eixo\\_ea\\_roda/article/view/3267/3201](http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/3267/3201). Acesso em: 6 março 2019.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Um território contestado**: literatura brasileira contemporânea e as novas vozes sociais. In Besse, Maria Graciete; Tonus, José Leonardo; Dalcastagnè, Regina (Coords.) La littérature brésilienne contemporaine Iberic@I. Revue d'études ibériques et ibéro-américaines, 2012 no. 2 p. 13-18. Disponível em: <http://iberical.paris-sorbonne.fr/wp-content/uploads/2012/03/002-02.pdf>. Acesso em: 6 março 2019.

DALLERY, Arleen B. **A política da escrita do corpo**: écriture féminine. In: BORDO, Susan R.; JAGGAR, Alison M. Gênero, corpo, conhecimento. Tradução de Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997, p. 62-78.

DAVIS, Angela Y. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. Brasília: Ed. da UnB, 1993.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2 ed. São Paulo: Editora Atlas, 1985.

DONATH, Orna. **Mães Arrependidas**: uma outra visão da maternidade. Tradução de Marina Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

DURÃO, Fabio Akcelrud. Reflexões sobre a metodologia de pesquisa nos estudos literários. **DELTA** [online]. Vol.31, 2015, p. 377-390. Acesso em 13 de nov. de 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-445014919759499939>.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

EISENBERG, Arlene. **O que esperar quando você está esperando**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

EL PAÍS. **Ter filhos ou escrever livros?** Escritoras que refletiram sobre a maternidade. Reportagem de 9 mai 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/02/cultura/1556793186\\_130621.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/02/cultura/1556793186_130621.html). Acesso em: 11 dez 2019.

EMECHETA, Buchi. **Feminism with a Small 'f'!**, in: Criticism and Ideology: Second African Writers' Conference, edited by Kirsten Holst Petersen. Scandinavian Institute of African Studies, 1988, pp. 173-85. Disponível em: <https://www.encyclopedia.com/social-sciences/encyclopedias-almanacs-transcripts-and-maps/emecheta-buchi-primary-sources>. Acesso em: 24 abril 2019.

FADARE, Nureni Oyewole. **The narrative voice in Flora Nwapa's Efurú.** Ebonyi Journal of Language and Literary Studies. Volume 1, no. 2: pgs 128-137, 2018. Disponível em: [http://www.ejlls.com/uploads/893370\\_1529800180.pdf](http://www.ejlls.com/uploads/893370_1529800180.pdf). Acesso em: 9 abril 2019.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução:** trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FERRANTE, Elena. **A filha perdida.** Tradução de Marcello Lino. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

FIOCRUZ. **Pesquisa Nascer no Brasil:** Pesquisa Nacional sobre Parto e Nascimento, coordenada pela Fundação Oswaldo Cruz, 2014. Disponível em: <http://www6.ensp.fiocruz.br/nascerbrasil/>. Acesso em: 23 fevereiro 2020.

FIRESTONE, Shulamith. **A dialética do sexo.** Tradução de Vera Regina Rabelo Terra. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.

FORSTER, E. M. **Aspectos do romance.** Porto Alegre: Globo, 1969.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina.** Tradução de Áurea B. Weissenberg. Rio de Janeiro: Editora Vozes Limitada, 1971.

HESÍODO. **Teogonia:** a origem dos deuses. 4. ed. São Paulo: Iluminuras, 2001.

HETI, Sheila. **Maternidade.** Tradução de Julia Debasse. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista:** Arte, cultura, política e universidade. Companhia das Letras, 2018. Edição Kindle.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo:** políticas arrebatadoras. Trad Ana Luiza Libânio. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

IBGE. **Mulheres dedicam quase o dobro do tempo dos homens em tarefas domésticas.** 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24267-mulheres-dedicam-quase-o-dobro-do-tempo-dos-homens-em-tarefas-domesticas>. Acesso em: 15 dez 2019.

IRIGARAY, Luce. **Este sexo que não é só um sexo**. Trad Cecília Prada. São Paulo: Editora Senac, 2017.

JAGGAR, Alison M. **Amor e conhecimento**: a emoção na epistemologia feminista. In: BORDO, Susan R.; JAGGAR, Alison M. **Gênero, corpo, conhecimento**. Tradução de Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997, p. 157-185.

KILOMBA, Grada. **Plantation Memories**. Episodes of Everyday Racism. 2nd Edition. Münster: Unrast, 2010.

LABARI, Nuria. **La mejor madre del mundo**. Barcelona: Literatura Random House, 2019.

LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LEITE, Tayná. **Gestar, parir, amar**: não é só começar. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

LUFT, Lya. **As parceiras**. 30ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2015.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

MAROBIN, Luiz. **A literatura no Rio Grande do Sul**: aspectos temáticos e estéticos. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

MERUANE, Lina. **Contra os filhos**: uma diatribe. Tradução de Paloma Vidal. São Paulo: Todavia, 2018.

MOI, Toril. **Teoría literaria feminista**. Traducción Amaia Bárcena. Madrid: Methuen, Ediciones Cátedra, 1988.

MUZART, Zahidé IUPINACCI (Org). **Escritoras brasileiras do século XIX**: antologia. 2 ed. rev. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

NAVARRO, Márcia Hoppe. Por uma voz autônoma: o papel da mulher na história e na ficção latino-americana contemporânea. In: NAVARRO, Márcia Hoppe (Coord.). **Rompendo o silêncio**: gênero e literatura na América Latina. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1995, p. 11-55.

NEDER, Marcia. **Os filhos da mãe**: como viver a maternidade sem culpa e sem o mito da perfeição. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2016.

NUNES, Alyxandra Gomes. **Things fall apart de Chinua Achebe como romance de fundação da literatura nigeriana em língua inglesa**. Dissertação. Campinas: Unicamp, 2005. Disponível em:

[http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/269860/1/Nunes\\_AlyxandraGomes\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/269860/1/Nunes_AlyxandraGomes_M.pdf). Acesso em: 9 abril 2019.

OBIOMA, Chigozie. **Uma orquestra de minorias**. Trad. Claudio Carina. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

OLIVEIRA, Rejane Pivetta de. Pesquisa literária em foco: tendências, possibilidades e impasses. **Nonada**: Letras em Revista, vol. 1, núm. 12, mayo-septiembre, 2009. Laureate International Universities. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=512451678003>. Acesso em: 13 nov 2018.

ORTNER, Sherry B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Michelle Z. e LAMPHERE, Louise. (orgs.) **A mulher, a cultura, a sociedade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 95-120.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero**: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8. Tradução para uso didático por Juliana Araújo Lopes.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **La invención de las mujeres**. Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género. Traducción de Alejandro Montelongo González Bogotá: Editorial en la frontera, 2017.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. A Colonialidade do saber, eurocentrismo e Ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. **Dicionário de teoria da narrativa**. São Paulo: Ática, 1988.

REVISTA TAG. **As alegrias da maternidade**. Porto Alegre: TAG Comércio de Livros, outubro de 2017.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p. (Feminismos plurais).

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RICH, Adrienne. **Nascemos de mujer**: La maternidad como experiencia e institución. Traducción: Ana Becciu. Madrid: Mapas - Traficantes de Sueños, 2019.

RICHARD, Nelly. A escrita tem sexo? In: RICHARD, Nelly. **Intervenções críticas**: arte, cultura, gênero, política. Tradução de Romulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 127-141.

SCHMIDT, Rita Terezinha. **Descentramentos/Convergências**: ensaios de crítica feminista. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS Ed., 2017.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Repensando a cultura, a literatura e os espaço da autoria feminina. In: NAVARRO, Márcia Hoppe (Coord.). **Rompendo o silêncio: gênero e literatura na América Latina**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1995, p. 182-189.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro. **Educação & Realidade**, v.15, n.2, jul./dez. 1995, p 71-99.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 20. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 1996.

SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.) **Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SILVA, Cidinha da. Feminismo negro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista: Arte, cultura, política e universidade**. Companhia das Letras. Arquivo Kindle.

SLIMANI, Leïla. **Canção de Ninar**. Tradução de Sandra M. Stroparo. São Paulo: Planeta, 2018

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra R. G. Almeida, Marcos P. Feitosa, André P. Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Quem reivindica alteridade? In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.) **Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 187-205.

STEVENS, Cristina M. T. Maternidade e feminismo: diálogos na literatura contemporânea. In: STEVENS, Cristina M. T. (Org.). **Maternidade e feminismo: diálogos interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007, p. 17-79.

SWAIN, Tania. Meu corpo é um útero? Reflexões sobre a procriação e a maternidade. In: STEVENS, Cristina M. T. (Org.). **Maternidade e feminismo: diálogos interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007, p. 201-246.

TAGLIVROS. **Revista do Clube Tag Experiências Literárias - As alegrias da Maternidade**, outubro de 2017.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

TRONTO, Joan C. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre moralidade a partir disso? In: BORDO, Susan R.; JAGGAR, Alison M. **Gênero, corpo, conhecimento**. Tradução de Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997, p. 186-203.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos Direitos da Mulher**. São Paulo: Boitempo, 2015.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Trad. Bia Nunes de Souza. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

WOOLF, Virginia. **Mulheres e ficção**. Tradução de Leonardo Fróes. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2019.

WOOLF, Virginia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: L&PM Pocket, 2012.

XAVIER, Elódia. **Narrativa de autoria feminina brasileira**: as marcas da trajetória. Revista Leitura, número especial de Literatura - Programa de Pós-graduação em Letras da UFAL, Maceió, nº 18, 1996. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/6825/5409>. Acesso em: 27 nov. 2019.

XAVIER, Elódia. **Que corpo é esse?** O corpo no imaginário feminino. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura no Rio Grande do Sul**. 3. ed., atual e ampl. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.